

anxa
91-B
8553

HISTORIA

DA

Antiquissima e Santa Igreja

HOJE

INSIGNE COLLEGIADA

DE

S. MARTINHO DE CEDOFEITA

E DA

ORIGEM E NATUREZA DOS SEUS BENS

PELO

D. PRIOR D. FRANCISCO CORRÊA DE LACERDA

E PELO

CONEGO THESCUREIRO MÔR DA MESMA COLLEGIADA

O BACHAREL MANOEL BARBOSA LEÃO



PORTO

Typ. Catholica de Fonseca & Filho

72, Rua da Picaria, 74

—
1907

Digitized by the Internet Archive
in 2016

HISTORIA

DA

Antiquissima e Santa Igreja

HOJE

INSIGNE COLLEGIADA

DE

S. MARTINHO DE CEDOFEITA

E DA

ORIGEM E NATUREZA DOS SEUS BENS

PELO

D. PRIOR D. FRANCISCO CORRÊA DE LACERDA

E PELO

CONEGO THESLUREIRO-MÔR DA MESMA COLLEGIADA

O BACHAREL MANOEL BARBOSA LEÃO



PORTO

Typ. Catholica de Fonseca & Filho

72, Rua da Picaria, 74

—
1907

Nas presentes circumstancias, em que a insigne collegiada de S. Martinho de Cedofeita se vê ameaçada de total ruina pela usurpação dos seus bens e propriedades, em consequencia das abstrusas e íalsas apreciações que d'elles se tem adrede propalado actualmente, com o intento maldoso de conseguir esse nefasto fim, sem consideração alguma ás imprescriptiveis noções do justo e verdadeiro, as quaes, no caso sujeito, só se podem beber nas fontes da historia, e esta meditada, e examinada com uma critica rigorosa e imparcial; é do nosso mais estricto dever expôr ao publico a d'esta insigne e veneranda collegiada, para que, uns se possam despreoccupar, reconhecendo os er-

ros com que os embairam, e outros possam formar um juizo seguro, para poderem dar a cada um o que é seu, destrinchando com facilidade esses titulos suppostos e essas citações estropiadas, que por ahi se allegam para justificar a falsidade, e desvairar a razão, a quem a deve ter mais pura, para abraçar a verdade e por ella fazer imparcialmente a devida justiça.

N'esta exposição não nos foi possivel seguir uma concatenação regular, porque os argumentos de que nos foi forçoso servir-nos, são colligidos em tão diversas épocas, e de tão differente natureza, que só pudemos forcejar por conseguir que elles, como raios de luz, convergissem para um só foco d'onde brotasse a verdade. O publico julgará, e decidirá se o conseguimos.

PRIMEIRA PARTE

A collegiada de S. Martinho de Cedofeita, desde o seu principio, foi sempre considerada insigne e gloriosa : assim a intitulam os Summos Pontifices em diversas bullas, e os historiadores que d'ella tratam. (Doc. n.^{os} 1 e 4).

Esta santa igreja e insigne collegiada de Cedofeita foi em sua origem um mosteiro de conegos regrantes, vivendo em communitade, como no seu começo viveram todos os conegos, conforme os canones apostolicos d'on-de lhes provem o nome.

Por muito tempo assim permaneceram esses conegos, até que foram secularisados por bulla apostolica do Summo Pontifice Celestino 3.^o, no mesmo tempo em que o foram os conegos da sé cathedral d'esta cidade.

Vivendo em communitade, em commun eram administrados os seus bens, e applicados os seus rendimentos; e assim viveram, mesmo depois de secularisados,

até que os seus bens foram divididos entre o D. Prior e cabido, por bulla apostolica, governando a sé cathedral d'esta cidade o senhor bispo D. Diogo de Sousa.

Não se sabe qual era o numero dos beneficiados d'esta collegiada até ao anno de 1278, em que o seu numero era de dezoito; dos quaes, sendo supprimidos quatro, ficaram existindo até aos nossos dias quatorze, afóra o D. Prior. Estes eram: quatro dignidades, chantre — mestre-escola — thesoureiro-mór — e arcipreste que era propriedade do conego mais antigo; sete conegos prebendados, e tres meios prebendados. Finalmente em 8 de novembro de 1866 foram supprimidos mais seis, ficando tres dignidades, chantre — thesoureiro-mór e arcipreste, e cinco conegos prebendados; sendo creado um thesoureiro-menor.

O D. Prior era prelado *in beneficcialibus*: e, segundo o ultimo estado da igreja lusitana, gosava do direito d'apresentação e collação de todos os beneficios, fazendo-se perante elle todas as instancias do estylo, e a mesma profissão de fé, independentemente da jurisdicção dos senhores bispos d'esta diocese do Porto.

E' opinião seguida geralmente, fundada em documentos existentes, que esta igreja de Cedofeita foi construida em o anno de 559, e inaugurada em o de 560; á qual, em attenção á brevidade com que foi feita, se deu o nome de Cedofeita. (Doc. n.º 2.)

Que esta não fosse porém a primordial igreja d'este mosteiro, e communitade de conegos que n'elle existiam, deve ter-se por certo; porque, para que esta fosse erecta pelo voto do rei Theodomiro, que recorreu ao Santo Martinho Toronense para que, pela virtude das suas réliquias, dêsse saude a seu filho enfermo, como

deu (pelo que se converten, com toda a sua familia, do arianismo á fé catholica), de razão é que houvesse quem n'elle influísse estes pios sentimentos. De modo que esta nova igreja só veio mudar o nome a este mosteiro, como a muitos outros tem acontecido por iguaes acci-
dentes; a qual assim como tinha existido, continuou a existir por muito tempo.

Depois, pelo seculo oitavo, foram invadidas estas provincias pelos sarracenos, que d'ellas se apossaram e as governaram por muitos annos, perseguindo os povos que n'ellas habitavam, por seguirem a religião catholica.

N'estas angustiosas circumstancias de perseguição, mostram os conegos de Cedofeita quanto, pelas suas virtudes, poderio, veneração e influencia, valiam. visto que poderam conseguir dos sarracenos, povos intolerantes, e sempre enraivados por motivos de religião, a permissão de celebrar os officios divinos na sua igreja, ainda que sem toque de sinos, e com as portas fechadas; sendo-lhes igualmente permittido *possuirem os seus bens*, sem comtudo poderem *sahir d'elles para fóra* sem licença: e, para este effeito lhes foi passado um salvo conducto, pelo qual pagavam um tributo de cincoenta pesantes. (Doc. n.º 3.)

Isto acontecia no anno 729.

Do anno 1118 nos apparece um documento que, com quanto muito posterior áquelle, nos mostra tambem, que o mosteiro de Cedofeita, com o seu D. Prior e com os seus conegos, existia antes da fundação da monarchia portugueza. N'aquelle anno morreu no convento de Grijó, D. Fernando, conego regrant do dito convento, e D. Prior de Cedofeita, do qual ainda existe o retrato na galeria do priorado, com a referida

data do seu fallecimento; e já então, por confraternidade, alli se fazia uma commemoração pelos fallecidos conegos do mosteiro de Cedofeita, inscriptos no seu—livro dos obitos dos irmãos—, o que prova, sem duvida alguma, que, já desde muitos annos antes, existiam em Cedofeita D. Prior e conegos, que viviam em communi-
dade, das suas rendas e propriedades territoriaes, que eram aquellas d'onde os sarracenos lhes não permittiam que sahisses sem sua licença, como se vê do salvo conducto. (Doc. n.º 4.)

Eis-aqui por tanto provada irrefragavelmente a existencia de Cedofeita, com seus conegos e com rendas sufficientes, d'onde se mantivessem e pagassem os tributos impostos pelos sarracenos, procedentes essas rendas da sua propriedade e dos seus bens, antes da fundação da monarchia portugueza.

Depois, com o andar dos tempos, *a estes se ajuntaram muitos outros bens*, provindos de compras, e de doações particulares, disposições testamentarias e legados pios, com seus onus, de que dá testemunho a tabella existente na igreja; os quaes se cumpriram sempre, e reduzidos por bulla apostolica, se cumprem ainda hoje.

Entre estes bens, comprados, ou doados para esse fim, quer nas freguezias e concelhos ruraes, quer dentro da cidade, figuram, em grande parte: o campo do Rou, comprado com dinheiro deixado por Miguel Lopes, que determinou se satisfizessem tres anniversarios, nos dias tres de janeiro, cinco e doze de dezembro, de cada anno; e n'este campo se edificaram logo, vinte e tantas casas, com seus quintaes;—o lugar do *Ribeiro*, situado defronte da igreja de Cedofeita, deixado por Fernam Nunes, para que se cumprisse um anniversario a vin-

te de fevereiro;—e o lugar da Pena, deixado por Catharina Affonso Cardoso, para cumprimento d'um anniversario no dia oito d'abril.

Muitos outros bens que hoje possui a insigne collegiada de Cedofeita, foram comprados por cem corôas, valor que no tempo da compra dava para comprar grande porção de terrenos; obtendo ella, para este fim, licença expressa do senhor rei D. Affonso 5.^o no anno de 1439. (Doc. n.^o 5.)

Muitos outros bens provieram a esta collegiada por trocas e por escambos: por exemplo, o campo d'Alfena, pelo campo da rua do Rosario; o escambo do casal do Pombal; e o escambo e troca dos casaes de S. Martinho de Salreu.

Se pois todos estes bens e terrenos, da origem e natureza dos quaes se não póde duvidar, existem promiscuos e confundidos ha tantos annos, como distinguir alguns d'esses terrenos no caso, não concedido, de se poder suspeitar que provieram da corôa? Poderia esta insigne collegiada, com recta justiça, ser esbulhada de uma propriedade de que está de posse pacifica ha tantos seculos, por uma simples suspeita e presumpção, sem que se apresente um titulo authenticico que prove esta presumpção e suspeita?

E todavia, não obstante estes tão lucidos esclarecimentos, fundados em documentos historicos, teima-se em dizer que estes bens, e, especialmente os proximos á igreja de Cedofeita, foram doados pelo senhor D. Affonso 1.^o; e ha quem dê provas publicas, de que acredita este erro, com grave prejuizo de terceiro!

Pretende-se comprovar esta asserção com o traslado de uma carta, a que chamam doação, attribuida ao se-

nhor D. Affonso 1.º; da qual não apparece original em parte alguma, que está datada depois da morte do mesmo augusto senhor, e que não diz o dia e mez em que foi feita. (Doc. n.ºs 6 e 12.)

Bastava porém saber-se que seculos antes da existencia do senhor rei D. Affonso 1.º já existia Cedofeita, com os seus bens e propriedades, de que se sustentava e alimentava uma communidade, para se repellir *in limine* tal doação, sem viso algum de authenticidade; mórmente querendo-se dizer que os bens doados são os situados proximo á igreja de Cedofeita, os quaes tão evidentemente se vê existindo antes d'este tempo. E se a boa razão, só por isto, não repellisse logo semelhante pretensão, lá estavam os documentos n.ºs 3 e 4 a mostrar-nos, que os bens possuidos pela communidade de Cedofeita até ao anno de 1118, antes de existir o senhor D. Affonso 1.º, eram os que estão proximo á igreja, pelo menos desde o anno de 729, em vista das expressões já referidas, de que se serve o chefe dos sarracenos no seu salvo conducto.

Da mesma chamada e allegada doação isto apparece; pelo que ella vem a tornar-se um argumento contraproducente, para os fins a que se propoem os seus defeusores. N'ella se affirma a existencia da communidade de Cedofeita; n'ella se diz que a doação é feita ao mosteiro, ao abbade, e aos conegos, já existentes; n'ella se confirma a existencia da parochia—*parreciæ*,—que são as actuaes freguezias de Cedofeita e Massarellos, que então eram uma unica, com as suas pertenças, e seus grandes passaes; o que vem a produzir uma grande massa e extensão de terrenos e propriedade, existente antes da pretendida doação.

E nem se diga, como alguém menos pensadamente assevera, que esta doação é feita de terrenos conquistados em Cedofeita, e depois doados pelo mesmo snr. D. Affonso á igreja.

O senhor D. Affonso Henriques, com a bandeira da religião christã e com os proprios christãos, procurava lançar os mouros fóra d'estes terrenos, para libertar os christãos que por elles viviam subjugados. Que este senhor conquistasse, e se assenhoriasse dos bens e terrenos possuidos pelos mouros, concebe-se; mas dos possuidos pelos christãos, não se póde admittir: suppôr o contrario, é fazer-lhe uma grande injuria; e demais ir de encontro ao bom senso e factos historicos. Nas notas do tomo terceiro da *Historia de Portugal*, do ex.^{mo} snr. Alexandre Herculano, se encontram varios exemplos de christãos que possuíam e gozavam bens entre os mouros, e igualmente os continuavam a gozar depois que estes se retiravam; e bem assim de christãos que desamparavam os seus bens, quando se dava a invasão dos mouros, e depois os releviam, quando os mouros eram expulsos.

Agora consideremos, e confrontemos as demarcações, e os limites que se estabelecem n'esta chamada doação; e veremos as contradicções e absurdos que se seguem d'ahi, quando se estabelecem no conto da sé do Porto, sendo certo que em ponto algum se tocam os bens e terrenos, quer da mitra, quer do cabido da sé, com terras de Cedofeita.

Pelos dizeres da pretendida doação, deve-se concluir que, no Porto, todas as terras de determinada linha para um lado, são da igreja do Porto, e para o outro lado, da de Cedofeita; quando isto não é assim,

havendo grande espaço de terreno particular, entre uns e outros bens: como é o terreno que medeia entre o hospital da Misericórdia, inclusivamente, e o rio da Bica; e um espaço mais pequeno para as alturas da Lapa, por onde se approximam. Por outro lado, confrontando estes terrenos de Cedofeita com o monte Captivo pelo norte, não se comprehende que venha em seguida a confrontação d'elles com Paramios ou Paranhos, como se Paranhos ficasse para noroeste ou oeste quando fica além do monte Captivo, para o mesmo lado norte, seguindo para o nascente: e também não se percebe que as terras de Monchique, e monte Captivo, sejam dadas em confrontação, ficando ellas dentro da demarcação, por isso que Cedofeita as possui, e que ao mesmo tempo se dê em confrontação as de Germalde e Paranhos que ficam fóra d'ella, porque Cedofeita não possui ahi terra alguma.

D'onde se vê, que esta pretendida doação está feita muito irreflectida e inexactamente; e, comparada com as outras do mesmo seculo, é incompleta e insufficiente, e de modo algum em harmonia com as então usadas, que eram circumscriptas e cerradas em si, como é bem sabido.

Pelo exame dos termos empregados na mesma doação — *do et concedo ecclesioe seu monasterio Citofactæ et abbati, et canonicis ejusdem* —, comparados com as expressões usadas n'aquelle tempo, se vê que elles não podem ter uma significação litteral e rigorosa; e isso se conhece também pelo synonymo n'ella usado, de — *cartulam donationis seu cautum*: — o que se entende unicamente por uma carta de conto com a confirmação do que já existia, e concessão de privilegios,

de jurisdição secular, e de dizimos, como diz o doutissimo conselheiro dr. João Pedro Ribeiro. Pois, segundo tão valiosa opinião, sempre que isto se concedia, usava-se d'aquellas expressões ; e, se por acaso se comprehendiam n'ellas (rara vez) alguns baldios pertencentes á corôa, sempre se indicavam expressamente.

Mas, nem uma simples carta de couto se pôde conceder que é, porque, recordando-se a historia, e examinando-se as diversas situações dos terrenos de Cedofeita, oppõe-se-lhe a posse de muitos bens particulares, encravados por toda a parte nos de Cedofeita; como mais adiante se verá.

E se esta concessão de couto se não pôde conceder, muito menos se pôde conceder a de uma doação de bens.

Nem obstem as já referidas expressões—*do et concedo*—, as quaes, na verdadeira intelligencia do tempo a que se referem, só confirmam na posse em que se achavam das suas propriedades, o abbade e conegos de Cedofeita, á semelhança das que se empregavam nas confirmações dos coutos, e privilegios que se impetravam dos senhores reis, que então se tinham por senhores de todos, e de tudo, e que eram precedidas ordinariamente das palavras—*facio cartam donationis—facio testamentum—dono et concedo*—, apesar de serem já estes bens possuidos por corporações, por particulares, e por pais e tios dos doados.

Isto se vê terminantemente das cartas concedidas ao mosteiro de Grijó, á igreja do Porto, e a outras, das quaes vão adiante referidas bastantes para attestarem a verdade do que levamos dito. (Doc. n.º 7.)

Os senhores reis d'estes reinos tambem faziam doações de bens e terrenos: mas, se as faziam (e particu-

larmente o snr. D. Affonso 1.^o as fez,) eram estas sempre reunidas em si e sem interrupção alguma, como uma parte da propriedade real: por exemplo um lugar, um monte, uma planície, emfim, um tracto de terra, resumido, cerrado, e que pudesse ser circuitado, e fazer-se couto, na rigorosa significação da palavra, excluindo de si outro qualquer senhorio.

Isto porém é o que se não vê nos bens, propriedades e terrenos, de Cedofeita: hoje collegiada—priorado e cabido.

Ainda mais. Não fazendo cabedal dos erros, defeitos, e incoherencias que se encontram na tal pretendida carta de doação, e concedendo-se como perfeitos os limites n'ella demarcados, por Monchique, por Germalde, e monte Captivo, correndo até ao rio Douro, mesmo não fallando em Paranhos, com cujas terras os bens de Cedofeita só confrontam pelo monte Captivo, é-se forçado a concluir, que todos os bens que se acham dentro d'aquella linha de demarcação, foram doados pelo senhor D. Affonso 1.^o á igreja, ao abbade, e aos conegos de Cedofeita: isto não admite duvida. Mas isto é um contrasenso, em vista dos diversos particulares, que dentro d'esta demarcação possuem propriedades de prazos, dos quaes são directos senhorios.

O exc.^{mo} João Pacheco Pereira é senhor e possuidor d'um prazo que ladeia a rua do Triumpho até Villar: á igreja de Cedofeita pertence pelo lado do sul quasi todo o terreno de Monchique, e o prazo da Bandeirinha, que comprehende grande parte da rua da Restauração, largo do Viriato, e parte da rua da Liberdade; e pelo lado do norte o prazo do Pombal, que comprehende a maior parte do Campo Pequeno, parte

da rua do Principe, parte da rua do Breyner, e parte da rua do Rozario.

A ex.^{ma} camara d'esta cidade possui diversos prazos na mesma linha de demarcação, misturados com os de Cedofeita: um prazo na rua do Rozario; quatro nas proximidades dos quarteis da Torre da Marca; dous na rua da Carvalhosa; um no Monte Captivo; e cinco em Salgueiros. O cabido da sé cathedral d'esta cidade possui um prazo entre a rua da Boa-vista e a rua das Ballas, e proximo ao hospital militar, todo cercado por propriedades da collegiada.

O exc.^{mo} visconde de Villarinho de S. Romão possui o seu antiquissimo morgado do Carregal, quasi todo cercado de terras da collegiada. O exc.^{mo} conde de Laborim tem um grande prazo na rua do Rozario, rodeado de terras pertencentes a Cedofeita. O extincto convento dos Jeronymos de Belem tinha na rua dos Martyres da Liberdade um prazo, de que era directo senhorio. E, finalmente nas ruas da Torrinha e Cedofeita ha terras allodiaes, nomeadamente parte dos terrenos onde estão situadas as casas d'esta rua, possuidas pela exc.^{ma} baroneza do Seixo, Rodrigo José Teixeira de Carvalho, e José Gomes Monteiro.

Em vista pois d'esta promiscuidade e confusão de terras dentro dos limites de Cedofeita, pertencentes a tão diversos senhorios, como se poderá admittir uma doação generica feita dentro da linha de demarcação, que tão explicita se vê na pretendida doação, attribuida ao senhor D. Affonso 1.^o? Não é possivel, e até repugna.

Depois do que levamos dito e ponderado, nada mais, racionalmente, se podia admittir por este tão contradi-

torio titulo. do que uma confirmação de isenções e privilegios, como se vê concedidos a outras corporações. E, sendo certo que a collegiada de Cedofeita gozou, como dizem noticias historicas, o direito do pescado nas costas de Portugal, desde Aveiro até á Galiiza e desde a foz do Douro até Massarellos, e os dizimos do sal nas salinas de Massarellos, a estas concessões e graças é que se dévia attribuir a origem d'essa forjada e supposta doação ; em que se contradizem as demarcações, e se confundem os terrenos proprios com os alheios, e que tantas provas intrinsecas e extrinsecas contém da sna falsidade. O que tambem se vê bem da sua contextura, das suas palavras e do seu estylo, que bem demonstram que esta obra é feita em tempo muito posterior ao seculo duodecimo ; e segundo a opinião dos nossos melhores diplomaticos, se deve suppôr feita no seculo 16.º

D'onde se segue que, se algum incauto sem reflexão e exame, e de bôa fé, se deixar guiar por este falso documento, tendo-o por verdadeiro, será arrastado a fazer graves injustiças ; considerando como oriundos da corôa, bens que realmente o não são, e arrebatando-os, com este falso fundamento, a quem de direito pertencem.

Assim é de absoluta necessidade que tenha a maior circumspecção e critica, na apreciação d'este documento, quem só quer administrar recta justiça : e assim nos parece tambem não só de conveniencia, mas de necessidade, que lancemos os olhos para o modo e interesse com que, desde o principio da reforma civil em Portugal, tem sido considerada e avaliada esta tão grave materia.

O decreto de 13 d'agosto de 1832, primeiro que pro-

videnciou sobre este ponto, foi redigido no meio da maior commoção civil, que tenha, entre irmãos, presenciado Portugal, e apresentado como uma arma politica : assim como o foi o da extincção dos dizimos.

Chegando o exercito libertador a Portugal, julgava o snr. D. Pedro, e o seu ministro Mousinho da Silveira, que todo o exercito e povos do reino se lhe uniriam, e lhe obedeceriam de boa vontade. O desengano tiveram-no logo, no reconhecimento de Vallongo e na batalha de Ponte Ferreira. Um expediente era necessario, visto ter sido mallograda a sua esperanza. Lembrou-se então Mousinho da Silveira da doutrina d'estes decretos, esperando que com ella ganharia grande partido.

Isto se deixa vêr claramente no seu relatorio, que, por um lado revela rancor e odio contra todos que se lhe não sujeitavam, e não prestavam homenagem á curta constitncional, e por outro apresenta com profusão promessas absurdas e irrealisaveis, parecendo até querer inculcar que os povos não mais pagariam tributes !

Em taes circumstancias, não podia este decreto deixar de sahir defeituoso, inconveniente e injusto, em relação ao seu grande alcance.

Este é o juizo que d'elle fazem os ex.^{os} conselheiros Manoel A. Coelho da Rocha e Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão, ambos competentissimos juizes na materia, os quaes, a par de muitos elogios, disseram : o primeiro, «em fim é de tal modo ordenado que depois de lido seis vezes, ainda não é facil extractal-o :» e o segundo, «entre outros defeitos, tem má collocação, obscuridade, e ignorancia da materia.» E o sr. conselheiro dr. João Pedro Ribeiro, que além dos seus

vastos conhecimentos juridicos sobresahe em instrucção diplomatica portugueza, que anda sempre presa á historia da nossa antiga administração publica, não hesitou em comparar os estragos que este decreto fez no reino, aos estragos da guerra civil e aos da chole-
ra-morbus. (*Revista da legislação e jurisprudencia*, de paginas 718 a 734.)

Felizmente foram reconhecidas estas tristes verdades, e em consequencia promulgado o decreto de 22 de junho de 1846 para esclarecer e explicar o de 13 d'agosto de 1832.

Fez-se com isto um bom serviço, porque se tornaram muitas materias mais claras e explicitas, mas relativamente ao ponto sujeito pouco se adeantou, porque mais não podia ser feito, attenta a natureza do escripto.

E, na verdade, difficil tarefa seria para os legisladores, e longa, a explicação de tão variados assumptos, para em especial se tratar n'um decreto de cada um d'elles.

Em um documento d'esta ordem, só se apresentam os bons principios e idéas geraes, pertencendo ás partes dar os esclarecimentos, e fornecer os titulos que possam fazer prova, e aos juizes, com a illustração e bom senso que lhes deve ser proprio, julgar do seu verdadeiro valor, e validade.

Assim deixou o auctor do decreto entregue ao criterio dos juizes, o examinar quaes sejam os bens de doação propriamente dita da corôa, e os que o não são; distinguir os bens de diversas naturezas, reunidos em um mesmo titulo; e conhecer d'aquelles titulos que, com quanto pareçam conter doações de terras, as não abrangem realmente, tendo sempre em vista o artigo

3.º do decreto de 13 de agosto de 1832, quando diz — as doações feitas pelos reis d'estes reinos, de bens chamados da corôa — ; que são os propriamente ditos, que estão descriptos nos livros dos proprios nacionaes. (Doc. n.º 8).

D'este modo o entenderam todos os juizes até á publicação do decreto de 22 de junho de 1846 ; e quasi todos, depois da publicação d'elle.

Sirvam de prova os accordãos e respectivas tenções adeante publicadas, a par d'algumas reflexões de eximios doutores sobre o objecto ; onde se acha toda a doutrina attinente a esta questão, e tudo quanto é mister demonstrar-se, para se conhecer com a maior exactidão, se os bens e propriedade da insigne collegiada de Cedofeita, são ou não são bens de doação regia.

Uns d'estes accordãos são anteriores, outros posteriores ao decreto de 22 de junho de 1846 ; mas todos elles concordam na mesma doutrina. (Doc. n.º 9).

E a proposito vem aqui notar-se, o que o ex.^{mo} conselheiro Antonio Emilio Correia de Sá Brandão, o ex.^{mo} conselheiro Agostinho Albano da Silveira Pinto, e o ex.^{mo} conselheiro José Bernardo da Silva Cabral, disseram na camara dos senhores deputados. A doutrina d'estes senhores póde-se considerar como preliminar, para a intelligencia e interpretação do citado decreto : para ella pedimos toda a attenção. (Doc. n.º 10).

Ainda mais. Todos sabem que no tempo do senhor rei D. Manoel se mandaram fazer foracs em todo o reino, tendo-se em vista arrolar todos os bens provindos da real corôa, e tendo-se dado foral a quasi todas as igrejas do reino, e á da sé cathedral do Porto, uenhum

foral se deu á igreja de Cedofeita, contigua a esta ; o que de certo não aconteceria, se houvesse alguma presumpção ou suspeita de que alli haveriam bens da corôa. (Memoria de Franklin, impressa em 1816.)

E, se comtudo se não pôde, por meio d'estes foraes, conhecer éxactamente a distincção d'estes bens, por isso que, a pedido, foram elles tambem dados a muitos particulares, deve-se com razão presumir que todos os bens reputados da corôa ahi se acham incluídos, tendo-se mandado fazer livros proprios, nos quaes fossem descriptos ; assim como tem a maior razão de não serem da corôa os que não tenham alli sido descriptos, e a que se não tenha dado foral, como são os bens de Cedofeita.

Desta opinião teem sempre sido todos os juriconsultos encarregados, em diversos tempos, de proceder á reforma dos foraes : e as commissões para este fim nomeadas, estabelecendo as bases para a reforma, ahi vem com a ultima palavra sacramental — os bens incorporados nos proprios da corôa — ; sendo que, no entender d'estas commissões, não ha outros bens da corôa, além dos descriptos como proprios. (Doc. n.º 8.)

O ex.^{mo} conselheiro José Bernardo da Silva Cabral, fez bem sentir e bem mostrou a necessidade que ha de, n'estes litigios, se demonstrar que esses bens estão incorporados nos proprios da corôa, e a possibilidade e facilidade que ha para isto se fazer. E, na verdade, as métas estabelecidas e os modos de se conhecer a natureza d'estes bens, vem marcados na ord. liv. 2.º tit. 35, §§ 22 e 23, e tit. 36 : e nas notas do desembargador do paço Diogo Marchão Themudo : assim como nos esclarecimentos fornecidos por Pegas, Portugal e

Cabedo, os quaes ajudam a explicar o que são bens da corôa. E para definir as providencias do decreto de 13 d'agosto de 1832, existe a portaria de 19 d'agosto de 1835, e a resolução de 3 de setembro, publicada em edital de 4 do mesmo mez e anno.

Em face do que vê-se claramente, que não basta dizer-se que os bens sobre que se litija, provieram da corôa, nem exhibir titulos, d'esses que *por ahí apparecem*, obscuros, cheios de contradicções e de faltas essenciaes e insanaveis, apresentados e encarados só por si, e isolados dos elementos especiaes, que se requerem para se poder conhecer o valor e validade d'elles. Outras provas são necessarias, e analysadas com um rigoroso exame e profundo estudo.

E, dar-se-ha sempre este estudo e analyse nas pessoas que d'elle tem rigorosa obrigação, e estrieto dever, e grave responsabilidade, como é a de manter illesa a cada um a sua propriedade? Infelizmente não. Tem-se visto julgar algumas vezes por simples presumpções, nas questões que jogam com estes decretos; e assim praticarem-se as mais lastimosas injustiças, tirando-se a cada um o que é seu! Arguição esta que ha pouco ouvimos da bocca d'um honradissimo juiz da relação d'esta cidade.

Todo o cuidado pois é pouco, na applicação da doutrina dos decretos de 13 d'agosto de 1832 e de 22 de junho de 1846, que tanto mal tem causado, e ainda podem causar se não forem interpretados com o devido estudo, madureza e imparcialidade.

Como deducção geral, pôde-se estabelecer, em face dos sabios accordãos e dontrina dos conspicios jurisconsultos, referidos nos documentos adeante publicados,

que, para se mostrar que quaesquer bens provieram da corôa, é mister demonstrar : 1.º que os bens constantes de uma doação apresentada, sendo ella devidamente authenticada, foram originariamente da corôa ; 2.º que, quer elles fossem d'esta origem, quer não, elles estão real ou verbalmente descriptos nos livros dos proprios ; 3.º quaes os bens e terrenos comprehendidos na dita doação ; 4.º que os terrenos questionados, n'ella se acham comprehendidos.

E no caso sujeito é manifesto que mais e mais necessario se torna esta demonstração, para os tribunaes poderem julgar sem perigo de errar ; por haver a certeza de que esta corporação, hoje collegiada de Cedo-feita, existe desde muitos seculos antes da monarchia portugueza, com bens seus proprios dos quaes se alimentava e mantinha, e muito mais por se querer dizer que os bens doados são os que estão proximos á igreja, quando estes são pela maior parte bens de passaes, bens comprados, e bens doados á igreja por particulares : como mostramos.

Em abono da pretendida doação argumenta-se com ter-se a collegiada, D. Prior e cabido, declarado donatarios da corôa, em tempos antigos.

Desarrasado argumento é este.

Em these é axiomatico que as resoluções e declarações, feitas pelos administradores, nunca possam prejudicar os seus successores.

E não podiam estes mesmos administradores estar então persuadidos d'uma cousa como pura verdade, e mais tarde, com maior estudo de tão remotas antiguidades, reconhecerem a verdade no contrario ? Quantas cousas acreditamos nós hontem, como verdades incon-

troversas, que hoje reputamos puras invenções ? E que se póde seguir, de que as corporações, como a beneditina, que nenhuns bens da corôa possuia, e do mesmo modo Cedofeita, se appellidassem donatarias da corôa (ex.^{mo} conselheiro Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão — repositório sobre foraes e doações regias — discurso preliminar pag. 25), quando d'isto lhes provinha tanta honra e tanta conveniencia, por isso que, por esse motivo, podiam recorrer aos tribunaes da mesma corôa, que assim os denominavam no seu expediente ? Por este facto, mudaram os bens de origem e natureza ? De nenhum modo.

Uma ordem veio em 1769, do governo, para que todos os que tivessem titulos d'esta natureza os apresentassem a registro ; á qual obedeceram até os que sómente presumiam tel-os, com vistas no indicado fim. Esta collegiada assim o fez, apresentando os que tinha, isto é, umas simples copias, sem original e sem authenticidade alguma, segundo consta, e se conhece examinando as que por ali apparecem : as quaes por este facto, nem de copias passaram a ser originaes ; nem, sendo copias de suppostas e interpoladas cartas de privilegios e isenções, se tornaram cartas de doação de bens ; nem sendo falsas, se tornaram verdadeiras.

E' por isto que esses titulos nunca foram tomados em consideração, não se dando, apesar d'elles, foral a Cedofeita, nem se tendo registrado nos livros dos proprios nacionaes.

E, é com titulos manifestamente forjados no seculo 16, e com copias de copias, que agora se pretende questionar os direitos que a collegiada de Cedofeita tem estabelecidos ha tantos seculos !! E quer-se consideral-os

destruidos por este modo, sem que se apresentem titulos originaes e authenticos, ou pelo menos se mostre authenticamente que estes bens estão registrados como proprios nacionaes !!

As allegações que o D. Prior fez no seu processo, intentado para saber se lhe competiam as indemnisações, nada provam contra o que levamos dito ; e inconvenientemente são produzidas porque não provam o que com ellas se pretende.

Vendo o D. Prior que o decreto de 13 d'agosto de 1832-era mal interpretado, e que assim os seus caseiros lhe não pagavam os fóros e direitos dominicaes, que lhe pertenciam, como directo senhor que é dos bens do priorado de Cadofeita, lembrou-se de requerer aos tribunaes que lhe definissem se os bens do priorado eram ou não d'aquelles que se deviam considerar de doação da corôa. Em um dos casos, tinha a indemnisação garantida pela lei ; no outro, a cobrança das suas rendas.

Bem e liberalmente andou o D. Prior, apresentando ao tribunal os titulos que se conheciam relativos ao objecto, e esperando imparcialmente o resultado do julgamento.

Na primeira instancia julgou o juiz que o D. Prior merecia as indemnisações ; mas no tribunal da relação se decidiu, que aquella doação allegada não era titulo sufficiente para se mostrar que os bens do priorado eram provindos de doação da corôa, e por consequencia que lhe não pertenciam as indemnisações.

Se isto não é uma sentença terminante sobre o ponto, não sabemos qual ella seja : e é consequentemente um aresto contra outra qualquer proferida em sentido opposto, segundo a doutrina da ord. liv. 3.º tit. 75.

E' pois de lastimar que o mesmo tribunal da relação d'esta cidade venha hoje dizer, que os bens do priorado são originarios da corôa ; baseado nos mesmos titulos e documentos, já julgados nullos e insufficientes, para este effeito, por sentenças d'aquelle mesmo tribunal ! Importa isto negar hontem as indemnisações, porque os bens não são originarios da corôa, e tirar hoje os bens, porque provieram da corôa ; e invocando as mesmas leis, e seguindo essa dontrina contradictoria, privar por ella da sua propriedade, a quem d'ella está de posse pacifica, ha mais de 1140 annos !

Um facto d'estes só se poderia attribuir a fria deshumanidade, tibia religião e descuidado patriotismo ; pois que, com este proceder, se reduz á pobreza uma veneranda commuidade, se acaba com uma corporação historica que foi o *«berço e fonte da religião catholica nas provincias do norte»*, e se prejudica immenso a fazenda publica, por isso que, segundo a dontrina actualmente seguida pelos poderes publicos e contida nas leis de desarmortisação, diminuirá extraordinariamente o valor do laudemio, e por tanto o producto do respectivo imposto e a somma de capital a empregar em fundos publicos.

Finalmente, o ultimo argumento de que com mais força se servem para apoiar a sua pretensão, de que os bens da insigne collegiada de Cedofeita são da corôa, é o quinto que esta corporação pagára á real fazenda.

Este argumento nem tem força, nem póde ter consequencia alguma.

O tributo do quinto não só era imposto em bens que conhecidamente tinham provindo da real corôa, mas tambem sobre bens particulares, que gozaram o privi-

legio de bens da fazenda publica ; e d'este modo não póde ser um caracteristico certo e seguro, da natureza e origem dos bens sobre que é imposto.

E' d'isto prova irrefragavel, o que diz o ex.^{mo} conselheiro Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão no seu repertorio sobre foraes e doações regias — disert. prel. pag. 25 : d'onde se vê que este tributo era imposto sobre muitos bens que não eram provindos da real corôa, e eram conhecidamente patrimoniaes.

Não poucas pessoas particulares, e muitas corporações, se quizeram valer d'este tributo, para poderem usar de processos executivos na cobrança das suas rendas ; e para este fim tiveram de se sujeitar a pagar o quinto de uma pequena parte da sua propriedade, para poderem gozar aquelle privilegio : consequentemente, não póde este quinto indicar de modo algum, que estes bens provieram de doação regia. E esta é a razão porque o decreto de 22 de junho de 1846, declaratorio do de 13 d'agosto de 1832, nas regras para a applicação d'elle não considera o pagamento do quinto como caracteristico dos bens serem provindos da corôa, quando o quinto fôr pago por corporações de mão morta : como é esta insigne collegiada de Cedofeita. (Doc. n.^o 11).

Isto que o ex.^{mo} conselheiro Silva Ferrão diz sobre estes pedidos e obtidos privilegios, é o que constá, acontecêra depois de 1800 com o D. Prior D. José Correia de Sá ; e effectivamente não ha noticia de que, até este tempo, a collegiada pagasse semelhante tributo.

Da insignificante quantia que o cabido de Cedofeita pagava de quinto — 7\$776¹/₅ — , se vê que este tributo não era mais do que um simples reconhecimento á fazenda, para se gozarem os privilegios d'ella.

E se foi julgada pelo venerando tribunal da relação d'esta cidade, insignificante a quantia de — 32\$720 reis —, que de quinto pagava o D. Prior, que se deve dizer d'aquella quantia paga pelo cabido? Póde-se conceber que quatorze conegos se alimentassem, e sustentassem os seus encargos, e os da igreja, com os rendimentos de bens, dos quaes o quinto era aquella diminuta quantia? Não é crível. E assim o entenderam e julgaram os tribunaes, como se vê nas sentenças juntas.

Parece-nos que temos mostrado com toda a evidencia, a falsidade d'essa intitulada e supposta doação, attribuida ao senhor D. Affonso 1.^o, rei de Portugal; allegada contra a collegiada de Cedofeita — D. Prior e cabido: — a qual transcrevemos, acompanhada d'uma judiciosa analyse a seu respeito, feita pelo primeiro diplomatico d'este paiz, o muito sabio historiador e homem de estado, ex.^{mo} sr. Alexandre Herculano, para a qual chamamos toda a attenção dos leitores. (Doc. n.^o 12).

E parece-nos finalmente que temos mostrado, que os bens de que é dotada esta insigne collegiada, são por ella possuidos desde seculos antes da monarchia portugueza, não podem por isso ter a origem real, e devem-se considerar bens inteiramente particulares.

Agora vejamos como tem sido avaliados estes argumentos e razões, e a justa ou injusta applicação que d'elles se tem feito nos julgamentos modernos.

E' o que faremos na segunda parte.

DOCUMENTOS

Documento n.º 1

Descrição da igreja de Cedofeita

A Igreja e Collegiada de Cedofeita, merece o primeiro lugar depois da Igreja Cathedral, que acabo de descrever. A sua estrutura, he de gosto Gothico. Fundou-a Theodomiro, Rei dos Suevos no anno de quinhentos e cincoenta e nove, e n'ella foi baptisado com seu filho Ariamiro, ambos Arianos. Dedicou-a a S. Martinho de Tours, em cujo obsequio a decorou com humma Communidade de Conegos, que viviam em commun seguindo a Regra de Santo Agostinho, os quaes com o decurso do tempo, alcançaram Bullas Apostolicas, para viverem separados, e na mesma fórma dos outros Conegos das Cathedraes.

Foi sagrada por Lucrecio, Bispo Bracharense, no Pontificado de João III. Tudo consta da seguinte Inscripção lapidar, que está sobre a porta principal d'esta Igreja.....

Compoem-se esta Collegiada, de hum D. Prior com cinco mil cruzados de renda, hum Chantre, hum Mestre-Escola, hum Thesoureiro-Mór, oito Conegos Prebendados, tres de meia Prebenda, oito Capellaens, Sanchristão, Coristas, Serventes, e hum Cura para a administração dos Sacramentos. Esta Santa, e antiquissima

Igreja, goza notaveis prerogativas. Ella foi, a que na geral desolação de Hespanha, quando estava no dominio dos Sarracenos, conservou sempre sem interrupção a reza do Officio Divino, e as outras obrigações Ecclesiasticas por certo tributo, que os seus Conegos pagavam aos Mouros : ella he a unica reconhecida em Portugal com mais de mil e duzentos e vinte e seis annos de duração, sem que em tempo algum fosse reedificada. N'ella foi Conego S. Pascasio, discipulo do seu primeiro D. Prior S. Martinho de Dume, preeminencia esta de que se póde gloriarse justamente, muito mais, porque está na posse d'esta successão illustre, que se não he de Santos Canonisados, ao menos a goza em Varões de virtudes edificantes, de nobreza, e distincta litteratura : taes foram, D. Beltrão de Monfaves, D. Prior Commendatario, e Cardeal : D. Jorge da Costa, D. Prior Commendatario, e Cardeal : D. Gonçalo Pereira, Deão do Porto, Arcebispo de Braga, e Lisboa : D. Manoel de Sousa, Bispo de Silves, e Arcebispo de Braga : D. Henrique, Infante, Arcebispo de Braga, Evora, Cardeal, e depois Rei de Portugal : D. João Caetano Ursini, Cardeal, e D. Prior Commendatario : D. Nicolau Monteiro, Mestre dos Reis D. Affonso VI, e D. Pedro II, e Bispo do Porto.

(Descripção topographica e historica da cidade do Porto, por Agostinho Rebello da Costa, no capitulo 3.º, paginas 92.)

Documento n.º 2

*Inscrição lapidar que está sobre a porta principal
da igreja de Cedofeita*

Theodomir. Rex glorios. V. erex. et construx. hoc
Monast. Can. B. Aug. ad glor. D. et V. M. G. D. et
B. Martini et fecit ita solemnit. Sacrari ab Lucrec. Ep.
Brac. et aliis sub I. III. P. M. prid. idus Nov. an.
D. DLIX. Post. id. Rex in hac Eccles. ab eodem Ep.
palam bapt. et fil. Ariamir. cum Magnat. suis; et
omnes conversi ad fid. ob V. Reg. et mirab. in fil. ex
sacr. reliq. B. M. a Galliis eo Reg. postul. translatis,
et hic asservatis Kal. Jan. an. D.DLX.

Hanc inscript. an. M.D.L.VI. ex pervet. lapid.
transcriptam, ac in Archiv. huj. Eccl. invent. Opt.

Par. Mart. filii posuere an. M.DCC.LXVII.

Documento n.º 3

*Salvo conducto a favor do mosteiro de Cedofeita no
tempo da invasão e dominação dos mouros n'esta
cidade do Porto*

Hæc est carta jusgo et consentioni de Abdelasim
Abkrem Mahomet per illah illalah dominator Vile portu-
cale et gentis Nazarene in quo ordino quod præsbi-
teri, et Christiani Monasterii cito factæ Circa eandem
vilam portucalẽ morent ibi et suum Monasterium ha-
beat sua bona in pace et bona quietate sine oppressione
vexatione nec fortia de Saracenis tali pacto quod non

fient missas nisi portis cerratis nec tanget suã campanilia, et pechen per consentionem L (quinguaginta) pesantes de bono argento annuatim et possunt exire et venire ad vilam pro suo vele cum libertate et non vadant foras de terris de meo jussu et aprasmo et bene vele sic mando et facio hæ carta Salvo Conduto et do dito Monasterio ut habeat illam pro suo jusgo. Facta Carta era Christianorum DCCLV Luna raqual. Ego Abdelasi firmavi et accepi pro robore L pesantes et confirmavi.

Ego Egidius Johanes canonicus prefacti Monasterii hoc traduxi ex codice pene antiquo et tamquam lacerato in Kalendas Mayas III. era milesima ducentesima vigesima nona.

Este documento é extrahido textualmente de um folheto publicado em 1822, impresso na typographia da vinva Alvares Ribeiro e filhos, e intitulado — Foral dado ao Porto por D. Hugo ; doações que lhe fez a snr.^a D. Thereza e seu filho D. Affonso Henriques ; e tambem a carta de conto da igreja de Cedofeita.

Tambem se encontra este documento, apresentado por Delfim da Cunha Lima, no processo a que correspondem as sentenças do documento n.º 9. E ultimamente foi publicado nas—Antiguidades curiosas—colligidas por Antonio Luiz Monteiro.

Documento n.º 4

Algumas noticias particulares da insigne collegiada de Cedofeita, e D. Prior d'ella

Do estado que teve a Igreja de Cedofeita, desde a sua fundação, que foy no anno de 559, como fica visto, até o tempo em que por estas partes se principiou a restanrar Hespanha do dominio Sarraceno, e principios do Reyno de Portugal no glorioso D. Affonso Henriques, não póde constar tanto por falta de memorias d'isso, quanto pelo pouco que de muitos particulares da Cidade do Porto tratarão os nossos Escriptores, razão porque agora a respeito d'este nos dilatamos tanto, sendo elle de notavel antiguidade, e digno de permanente memoria.

Tanto que por estas partes teve principio a feliz restauração de Hespanha pelo glorioso D. Pelayo, e tendo sido esta Provincia, com as mais até ás Asturias invadidas pelos Mouros no anno de 716, já no anno de 745, tinha o famoso Rey D. Affonso o Catholico acabado de restaurar tudo o que corre das mesmas Asturias até o Rio Douro, de sorte que só por espaço de 29 annos estiveram estas septentrionaes Provincias totalmente aos Barbaros Sarracenos sojeitas na fórma que largamente mostramos na Historia que do Senhor de Mathosinhos escrevemos.

N'estes termos he certo que nos Templos que avia nos lugares restaurados, que não experimentarão ruínas, e estragos Agarenos, como não experimentou a Igreja do Senhor de Mathosinhos no lugar de Bonças, nem entre ontras muitas mencionadas no Breve do

Papa Calixto II, que já apontamos, os experimentou a Igreja de Cedofeita, que bem mostra existir ainda com a sua primitiva fabrica, se continuou em todas o Divino culto, não faltando sempre no Porto bispos, e zelosos Prelados que assim o solicitassem, além da piedosa attenção dos Principes restauradores, e devoto animo de Magnates Catholicos bem notorio n'estas Provincias em todos os tempos.

Não se póde averiguar se antes da invasão dos Mouros, se depois da restauração referida, ouve no Mosteiro de Cedofeita, a que o illustrissimo D. Rodrigo da Cunha chamou Collegiada, e humas das Insignes do Reyno; Frades, se Conegos. O Padre D. Nicolau de Santa Maria escreve que depois da restauração de Hespanha, se erigio Collegiada, e supposto não consta ao certo em que anno, comtudo que já antes do anno de 1118, tinha Prior e Conegos, que viviam em commum segundo a Regra de Santo Agostinho, o que constava do livro dos obitos do Mosteiro de Grijó, aonde em 18 de outubro do dito anno se faz menção do Mestre D. Fernando, Conego do mesmo Mosteiro de Grijó, e Prior da Collegiada de S. Martinho de Cedofeita, aonde juntamente se faz humas commemoração pelos Conegos da dita Igreja, signal de que eram Regulares.

(Catalogo dos Bispos do Porto, composto pelo illustrissimo D. Rodrigo da Cunha, e impresso no Porto, na officina prototypa, episcopal, em M.DCC.XLII, na parte primeira, primeira addição ao capitulo IV, §. 3.º, paginas 124.)

Documento n.º 5

Carta de el-rei D. Affonso V, de padroado e protecção a Cedofeita

Dom Affonso por graça de Deos Rey de Portugal, e do Algarve, Senhor de Cepta. A quantos esta carta virem, fazemos saber que nós querendo fazer graça, e mercê ao Abbade, e Conegos do Mosteiro de Cedofeita temos por bem, e damos-lhe licença, e liberdade, que sem embargo da nossa defeza, e ordenações possa comprar bens de raiz, que rendão ao dito Mosteiro, e valhão até á quantia de cem corôas, e porém mandamos a todos os nossos Corregedores, Juizes e Justiça, officiaes, e pessoas, e a outras quaesquer que esto houverem de vêr, a quantos esta carta fôr mostrada, que lhe leixem cumprir, e haver os ditos bens, que valhão até quantia das ditas cem corôas, e mais não, por quanto nossa mercê he para ella darmos-lhe a dita licença. Dante em Lisboa dezesette dias de Março por authoridade do snr. Infante D. Pedro Regente, e da Rainha Sa Madre, Martim Gil a fez anno do Nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil quatrocentos e trinta e nove.

Documento n.º 6

Inscripção, que se lê no tumulo de Affonso Henriques, em Coimbra

Alphonso Henrico primo, Portugalæ regi, regio sanguine, religione et armis clarissimo, qui, imperatore Alphonso Castellæ rege, pro patria ac viginti potentissimis manuum regilens, cum maximis copiis, parva manu, sed fide animoque ingenti, diversis præliis, pro Christi nominis augmento, juxta acie superatis. Olysiponem, Santarenam, Eboram aliaque quatuordecim munitissima oppida et universam fere Lusitaniam ab infidelium manu recuperans. Christi peculio adjecit. Hoc, et Alcobatiæ pluraque alia cænobia extinxit, ditavitque : nec regno solum, posterisque insignia, Christum, qui ei apparuit, cruxifixum referentia, sed cunctis etiam maximum exemplum reliquit. Cujus virtus suis contenta factis, cætera exequi non patitur. De fide, de patria, de regno, de suis benemerenti. pientissimi hæredes hoc sepulchrum posuere. Obiit anno Domini CICCLXXXV regni sui, LXXIII. et ætatis XCI. VI die Decembris ¹ R. J. P.

¹ Compare-se a data d'esta inscripção com a da doação publicada no documento n.º 12. A conclusão é obvia.

Documento n.º 7

*Carta dirigida ao mosteiro de S. Salvador de Castro
pelo snr. D. Affonso Henriques, em 1144*

..... facio Cartam donationis et textum
firmitudinis de illo monasterio S. Salvatoris de Castro
cum suo cauto et cum omnibus suis terminis
ut habeatis eum in illa dignitate atque libertate in qua
notum est esse a diebus Henrici patris mei us-
que ad præsens

Mon. Lus. part. 5.^a, escript. 19.

*Carta de doação dirigida a D. Gomes Nunes, em 12
ao de outubro de 1156*

Eu Affonso . . . faço carta de doação a vós Dom Go-
mes Nunes de todas aquellas herdades que forão de
vossa avó a Condessa D. Gontinha, e de vosso tio o Con-
de D. Fernão Mendes em todas as terras que de mim
tendes em Toronho.

Mon. Lus.

*Carta de doação feita pelo snr. rei D. Sancho 1.º
ao convento de Grijó*

Facio cartam donationis de omnibus quas Priores
et Fratres ejusdem Monasterio usque ad hanc diem ac-
quirere potuerint sive emptione sive testamento.

(Conselheiro Ferrão, Rep. sobre foraes e doações re-
gias. Deser. Prel. pag. XXV.)

*Carta da snr.^a rainha Dona Thereza dirigida á Sé
do Porto, em 1158*

..... Facio testamentum et cartulam donacionis per hujus modi Scripture firmitatem portugalsensi Sedi..... et cum omnibus regalibus hereditatibusque infra ipsum cautum continentur — Dono itaque et concedo perpetua stabilitate supradictas hereditates sive piscaryas Sante Marie portugalsensis Sedis et domno hugonij ejusdem Ecclesie Episcopo et ejusque successoribus et facio Cautum firmissimum per terminos suos videlicet per limita.....

(Foral do Porto.)

*Carta do senhor D. Affonso Henriques dirigida á Sé
do Porto, em 1176*

..... Dono Johani portugalsensi Episcopo et omnibus successoribus vestris amplifico illud cautum quod mater mea Ecclesie Sedis Sancte Marie portus fecit per hos videlicet suos terminos.....

(Foral do Porto.)

Outras doações e sua interpretação

Sendo certo que antes do principio da nossa Monarchia se dava o nome de Cidade, em contraposição de terra chã, a insignificantes Castros ou sitios fortificados, pelo contrario nos primeiros Reinados se diziam Villas, ou Burgos Povoações respeitaveis : assim se verifica acerca do Porto, não obstante ser a Capital de uma Diocese, de que se conhecem Bispos, ao menos desde o seculo VI.

Na Doação do seu Couto ao Bispo D. Hugo pela Senhora D. Thereza na Era 1158 se diz Burgo, e o mesmo no Foral, que lhe deu aquelle Bispo na Era 1161, e ainda no Reinado do Senhor D. Affonso I na Era 1176 diz este Soberano, que confirma e amplia o Couto do Burgo do Porto. No mesmo Reinado e Era 1196 o Bispo D. Pedro em uma Doação ao seu Cabido lhe chama Villa. No Reinado do Senhor D. Sancho I, em uma Carta ao Bispo lhe dá o mesmo nome, e em outra o de Cidade.

No liv. 16 da Chancellaria de D. Affonso V, fol. 46 vers. se acha uma Doação de maninhos na Guarda a Antão Vaz em 1471. Mas vê-se bem serem reguengos, até pelo Foral posterior de D. Manoel.

D. Sancho II, em Dezembro da Era de 1262 doou ao Mosteiro de Santo Thyrso o seu reguengo de Sá declarando — *quod jacet in vestro Cauto* (cartorio do mesino Mosteiro gav. 24 de Goim n.º 4.) E' mais uma prova de que a Doação do Couto só respeita Jurisdição, e não Doação de propriedade.

(Dr. João Pedro Ribeiro, nas suas Reflexões Historicas, a pag. 182 e 184.)

Documento n.º 8

Patrimonio da corôa

Os bens de que se compõe o Patrimonio da Corôa, huns são Corporaes, outros Incorporaes, e se chamam Direitos Reaes, como se vê na Tabella seguinte :

Bens Corporaes

Palacios, Lezirias, e Reguengos — Insuas — Mou-
chões — Alveos de Rios perenes — Aures cidos dos
Rios — Rios navegaveis, e perenes — Lagoas perenes —
Praias do Mar — Portos do Mar — Mar adjacente —
Ilhas adjacentes — Minas Mineralogicas — Terras er-
mas *nulius* — Estradas publicas — Bens das 3 Ordens
Militares — Bens incorporados nos Proprios da Corôa.

Direitos Reaes

Pescarias — Portagens — Alfandegas — Sizas — Moe-
da — Jugadas, e Direitos a Foraes — Padroado das
Igrejas — Dizimos Ecclesiasticos das Ordens Militares
— Direitos Reaes incorporados na Corôa.

(Plano de reforma de foraes e direitos bannaes nos
bens e mais direitos da corôa, apresentado e impresso
em 1825, pelo ex-deputado da junta dos foraes, o des-
embargador Alberto Carlos de Menezes.)

Documento n.º 9

I

*Processo entre as partes — Author: O cabido da col-
legiada de S. Martinho de Cedofeita. — Réo: João
Wije, negociante britannico, residente no Porto*

N.º 1

Accordam da Relação do Porto

Accordam em relação &c. Que em vista dos autos
e disposições de direito menos bem julgado foi pelo

juiz *à quo* na sentença appellada, e por isso a revogam.

Dos autos e prazo a, penso deixa-se vêr que os authores appellantes como Collegiada eram senhores directos das propriedades possuidas pelo réo appellado no Campo Pequeno e rua do mesmo Campo por arrematação e compra, e que como taes sempre foram reconhecidos pelos emphyteutas e sub-emphyteutas; assim como se prova que pela venda particular ou judicial lhes pertencia a titulo de laudemio a quinta parte do seu valor, e que com esta diminuição foram adquiridas estas propriedades, pelo réo em 1835 e 1836, já depois da publicação do decreto de 13 de agosto de 1832. obrigando-se a pagal-a. Portanto que o réo a deve é inquestionavel: a duvida está em os authores terem direito a pedil-a depois do mesmo decreto. E' principio incontestavel que, o que tem o dominio, não o perde sem facto seu, ou por causa publica com previa indemnisação: os autos nada d'isto apresentam. O mesmo decreto citado e invocado pelo réo o não favorece: porque elle só teve em vista acabar com os direitos reaes doados, contribuições e tributos doados, foraes, e com os bens chamados da corôa para os tornar livres: porém nada d'isto é pedido pelos authores. Estes pedem o cumprimento de um contracto feito por seus predecessores com os predecessores do réo possuidor sobre gozo de uma propriedade, que se não acha comprehendida na sancção geral d'aquelle decreto. Não obstem os documentos juntos pelo réo para mostrar que os terrenos, em que se acham edificadas as casas, provieram aos authores por doações regias do senhor D. Affonso 1.^o e seus successores, e que como taes foram sempre confirmados, e reconhecidos

como da corôa pelos mesmos authores na disputa com Jeronymo Pereira Leite ácerca do prazo denominado— Casal do Pombal — porque, em quanto ás doações nem tudo o que os reis doavam, era da corôa; e muitas vezes doavam de mistura bens da corôa com outros que o não eram, figurando nas ditas doações já sós, e já com suas familias, como na que se apresenta a fl. 38: e sendo os bens da corôa uma qualidade, que é necessario provar-se, não satisfez o réo com aquella certidão apesar das confirmações, que se devem entender só d'aquillo que é da corôa. E nem mesmo com a que se acha de fl. 80 por diante; porque a questão que a mesma apresenta decidida, além de ser sobre differentes bens, não foi se estes mesmos bens eram ou não da corôa; mas sim sobre novas aquisições dos authores, que para as terem se diziam donatarios da corôa; e ao que esta se oppoz pelo direito geral e particular de fiscalisação sobre corporações de mão morta: Mas ainda suppondo que as herdades doadas pelo senhor D. Affonso 1.^o eram da corôa (o que se não prova) não mostra o réo que as propriedades de que se lhe pede o laudêmio estejam dentro das mesmas; e que a doação abrangesse toda a linha d'esse terreno demarcado, que os authores não tivessem ahi já outro, ou o não adquirissem depois; visto que, sendo a fundação da Collegiada secular ou regular, anterior á monarchia portugueza, de necessidade havia de ter bens de que podesse viver, e que lhe haviam de ser dados por quem lhe deu vida (isto mesmo consta a fl. 38), bem como havia de adquirir outros á proporção que se augmentavam suas necessidades, e de que é uma prova a licença que obtiveram do snr. D. Affonso

5.º, e que consta a fl. 46. Tudo isto prova que os documentos a fl. 80 e fl. 78 nada provam. Por tanto e o mais dos autos, revogando a sentença, julgam procedente a acção, e condemnam ao réo appellado, no pedido, custas e multa. Porto 6 de março de 1839.—Juízes—Relator, Vieira da Motta—Sequeira Ferraz—Machado—Pereira Leite, e Cunha e Vasconcellos.

Reflexões do exc.^{mo} conselheiro Joaquim José Corrêa de Vasconcellos, no recurso de revista

N.º 2

.
.

Quanto ao ponto principal é certo, que a acção proposta pelo cabido no libello de fl. 6 está plenissimamente provada por documentos e confissão do recorrente; e apenas resta a questão de averiguar e decidir, se o direito e acção do cabido está extincto pelo decreto de 13 de agosto de 1832, sendo esta a unica defeza de que o recorrente lançou mão na sua contrariedade de fl. 23.

O cabido tem verificado o seu dominio directo nas propriedades compradas pelo recorrente, e tem verificado o preço das compras, e a quota que se lhe deve de laudemio; se não houvera o decreto de 13 de agosto de 1832, estava o recorrente sem defeza alguma, e como é preceito da ord. liv. 3.º tit. 53 §. 3.º, que aquelle,

que em algum tempo foi senhor da coisa, presume-se por direito ainda agora o ser. até que se mostre o contrario, segue-se que o recorrente não pôde ser absolvido do que se lhe pede, sem allegar e provar de uma maneira indubitavel, que os ditos bens foram originariamente da corôa, e que como taes estão reduzidos a allodiaes pelo citado decreto, para o que além dos principios geraes de direito, concorrem as especiaes disposições da portaria de 19 de agosto de 1835, e resolução de 3 de setembro publicada em edital de 4 do mesmo mez e dito anno, *que não podem deixar de reputar-se interpretações authenticas, porque são emanadas da mesma fonte do decreto.*

Esta prova da parte do recorrente deve ser tanto, mais plena quanto se trata de fazer caducar o direito certissimo do cabido; quanto se trata de fazer um ataque directo ao sagrado direito da propriedade (mais ou menos amplo) solemnemente garantido nas tres constituições politicas do reino (art. 6.º da de 1822, art. 145.º §. 21 da de 1826 e art. 23.º da de 1838), e quanto se trata de applicar um decreto, que é o mesmo a reconhecer, que deslocou interesses e causou damnos, visto que promette indemnisar, mas indemnisação que não pôde ter realidade sem se onerar a nação com um insupportavel imposto, que vai pesar sobre os mesmos, que devem ser indemnizados, e sobre imminensos que nenhum proveito colheram de tal decreto, acrescendo a notavel contradicção de principios, em quanto da revocabilidade das doações da corôa, e de se não poderem alienar os bens d'ella, e doal-os, se tira no decreto a contraria sentença de quitar aos caseiros o onus de pagar, o que importa uma rigorosa doação, que se lhes faz sem serviços

nem causa alguma, e de afiançar aos senhores uma indemnisação, que em rigor importa outra doação.

Examinemos pois 1.^o se o recorrente estava nas circumstancias de se poder defender com a sentença d'esse decreto, e 2.^o se de facto deduziu relevantemente essa defeza e a provou com toda a plenitude — Este exame leva todo o homem justiceiro a resolver pela negativa ambas estas proposições.

1.^o ponto

Vê-se pelo documento fl. 8 que movendo o réo appellado execução contra José Alexandre Gubiam e mulher fez penhora nos quatro chãos pertencas do campo das Cheiras, de cujo preço se pede o laudemio, vê-se que em junho de 1835 (muito depois do decreto de 1832) foram avaliados como de prazo, abatendo-se a pensão e o laudemio de 704\$000 reis, e vê-se que o mesmo executente réo e appellado foi o que os arrematou com esta natureza emphyteutica. e com a obrigação de solver o laudemio respectivo — arrematou pois bens de prazo e não bens allodiaes, é um arrematante que ao mesmo tempo era executente e tinha approvado a avaliação, tudo muito depois de estar publicado o decreto de 13 de agosto de 1832, prescindiu de todo e qualquer direito, que d'elle lhe podesse provir, reconheceu que não era applicavel a esses bens de prazo; não pôde ser admittido a contravir o seu proprio facto, e seria a maior das iniquidades e dos absurdos permittir e julgar, que os bens fossem havidos como de prazo para o réo appellado os arrematar por preço diminuto em razão de se lhes abater pensão e laudemio, e fossem logo no mesmo

momento havidos como allodiaes, para elle não pagar mais pensão nem laudemio. Estes mesmos principios procedem a respeito do outro chão, constante do documento fl. 12 por ser contiguo aos arrematados.

2.º ponto

O reu argumenta assim — O cabido de Cedofeita foi doado por D. Affonso Henriques e mulher D. Mafalda com as herdades proximas á igreja de Cedofeita, temos aqui uma doação da corôa, tanto assim 1.º que ella foi levada pelo cabido ás confirmações geraes, (documento a fl. 37); tanto assim 2.º que o cabido se denominou sempre, e foi pelo extincto desembargo do paço denominado donatario da corôa, segundo a provisão de 1807, passada a requerimento de Jeronymo Pereira Leite junta a fl. 25, e segundo o processo formado para ella se expedir, junto por certidão a fl. 80; e tanto assim 3.º que o D. Prior da igreja de Cedofeita para haver a indemnisação promettida no art. 11.º do citado decreto articulou, que todos os seus fóros e direitos dominicaes como impostos em bens da coroa estavam extinctos, documento fl. 78; mas os bens de que se pede o laudemio são d'essas herdades proximas á igreja de Cedofeita, logo os laudemios não se devem, porque estão extinctos pelo decreto de 13 de agosto de 1832.

Analyse-se o argumento

E' falso que a igreja de Cedofeita fosse dotada originariamente pelo snr. rei D. Affonso Henriques, porque sabê-se pela Historia (e basta lêr a obra de D. Rodrigo

da Cunha — Catalogo dos bispos do Porto) que a igreja de Cedofeita foi erecta e dotada pelo anno de 560, muitos seculos antes de haver monarchia portugueza, por Theodomiro, rei suevo, em honra das reliquias de S. Martinho (ainda hoje é o padroeiro) Turonense, que o dito rei fez vir de França para alcançar a sande de um filho gravemente enfermo. reliquias collocadas na igreja, que para isso mandou construir e dotou, e que pelo pouco tempo que levou a construir se denominou—Cedofeita. Quando isto não fôra assim um facto historico, sempre elle se achava provado pelo mesmo documento contra-producente a fl. 38, onde se lê que a primitiva doação da igreja de Cedofeita fôra de Theodomiro, rei snevo, na era de Cesar 598.

D'aqui já se vê que a primitiva e originaria doação da igreja de Cedofeita não é de rei portuguez, nem de bens originariamente da coroa portugueza, como aliás era indispensavel que o fosse para ter aqui applicação a sentença do decreto, segundo é assás expresso no seu art. 3.^o nas palavras—doações feitas pelos reis d'estes reinos de bens chamados da coroa—e segundo está resolvido na resolução de 3 de setembro publicado em edital de 4 do mesmo mez e anno de 1835.

D. Affonso Henriques não doou de novo bens da coroa, conservou á igreja de Cedofeita os bens que ella tinha ha muitos seculos, e só de novo a agraciou fazendo-lhe conto firmissimo; e os reis que succederam nada mais fizeram do que confirmar este conto, fazer guardar os privilegios e regalias, que lhe eram inherentes, e desvanecer duvidas que se suscitavam sobre direitos de pescaria, como se vê d'esse documento a fl. 39.

O que pois a igreja de Cedofeita houve de reis por-

tuguezes foi o conto, os direitos e privilegios de conto, a decisão sobre direitos de pescaria, a faculdade de comprar bens de raiz até ao preço de cem coroas (vide a fl. 45), foi sobre isto que versaram as confirmações; e é por isto que a igreja se denominava donataria, e o cabido tambem donatario da corôa, em attenção ao conto e aos direitos reaes da pescaria; mas nada d'isso já existe.

Muito embora pelo direito da conquista na expulsão dos mouros adquirissem os reis conquistadores dominio nos bens dos expulsados; n'esta classe não estavam os do abbade, monges ou conegos da igreja de Cedofeita, pois não eram expulsos mas conservados; e quando, caso negado, seus bens entrassem no dominio do conquistador e elle os restituisse á igreja, nem d'ahi se segue, que ficassem com a natureza de bens da corôa, sem que ao mesmo tempo se mostre que foram incorporados real ou verbalmente nos proprios d'ella, pois que só, e assim incorporados é que são bens chamados da corôa — ord. liv. 2.^o tit. 35 §. 22, tit. 36, Mello Freire liv. 1.^o tit. 1 §. 4 -Nota, sendo n'esta materia e n'este mesmo sentido dignas de lêr-se as notas do doutor Vicente José Ferreira Cardoso a um *accordam* da Supplicação, impressas em 1821, nas quaes com a lei e com muitas authoridades leva á evidencia, que sómente são bens da corôa propriamente taes os que passam pela porta da incorporação real ou verbal; vide tambem Almeida e Sousa trat. de prazos §. 30, e no trat dos morgados ao appendice ao cap. 4.

Tendo-se assim demonstrado pelos mesmos documentos do réo, que a igreja e cabido de Cedofeita não tem doação de rei d'este reino, de terras, que por incorporação real ou verbal fossem originariamente da corôa,

demonstrado é que a sentença do decreto de 13 de agosto de 1832 não pôde aproveitar nem derimir a acção, e que todo o argumento da defeza do réo fica — desfeito e destruido,

Os argumentos secundarios e indirectos, que se fazem com a provisão a fl. 25 e com o processo que lhe precedeu fl. 80. e bem assim com a certidão fl. 78, nenhuma consideração merecem depois de estabelecida e demonstrada a these vital, que acaba de evidenciar-se; — cumpre porém assim mesmo dizer duas palavras a esse respeito.

Quem lêr o processo constante da certidão fl. 80, em virtude do qual se expediu a provisão fl. 25, conhece que a questão não foi então, se o casal denominado do Pombal que o supplicante Jeronymo Pereira Leite queria sub-emprazar fôra doado ao cabido na qualidade de bens incorporados real ou verbalmente nos proprios da corôa, versou sim a questão em pretender o cabido apesar de corporação de mão morta, que a sub-emphyteuse se não fizesse sem que o cabido ficasse percebendo as vigesimas partes do fôro sub-emphyteutico, fazendo assim esta nova aquisição, ao que se oppoz o supplicante emphyteuta Jeronymo Pereira Leite, e conseguin resolver-se, que não só aquella sub-emphyteuse por elle pretendida, mas as mais que se pretendessem de bens do cabido se fizessem sem tal nova aquisição para o mesmo cabido, e que (sem duvida para evitar que o cabido fraudasse esta resolução e fizesse novas aquisições a pretexto do sub-emphytenses) fossem confirmadas pelo desembargo do paço.

Que importa pois para o caso de que tratamos essa provisão, que versou sobre objecto inteiramente diverso,

sober diverso terreno e com diversa pessoa? Que importa que o advogado do cabido nas respostas que deu e opposição que fez, dissesse que o cabido era donatario da corôa? — e que importa mesmo que na provisão fazendo-se referencia a isso, se diga o que o advogado disse? Bastará que alguém diga ser principe para se crêr de direito que o é? Não é donatario da corôa o que d'ella foi agraciado com a carta de conto, com direitos reaes de pescaria em rio navegavel, e mar, com marinhas nas praias, e com direitos de padroados? E será isto o mesmo que ser donatario de terras e bens que foram originariamente incorporados na corôa? Quem dirá que os prazos das camaras estão reduzidos a allodiaes só porque segundo a antiga legislação eram confirmados pelo desembargo do paço? Como acreditar e julgar que todos os prazos confirmados por esse tribunal estão por isso mesmo e sem dependencia de outro motivo declarados bens originariamente da corôa?

Aqui é mais lugar de advertir, que tanto é certo, que a igreja de Cedofeita nenhuns bens tem de doação regia que por incorporação real ou verbal, sejam bens dos chamados da corôa, quanto 1.º se vê da carta de D. Afonso Henriques o dizer-se que essas herdades confinam com as herdades e couto da igreja do Porto, resultando d'aqui o deverem-se umas e outras julgar da mesma natureza; e como muitos e repetidos julgados d'esta Relação, um dos quaes vem a fl. 63 por certidão, tem decidido, que os bens da igreja portuense não foram da corôa, nem estão reduzidos a allodiaes pelo decreto, forçoso é que o mesmo se julgue a respeito dos bens da igreja e cabido de Cedofeita; e quanto 2.º é certo e sabido, que dando-se no tempo de el-rei o snr. D. Manoel

foral a todas as terras do reino para se conhecer o que pertencia aos reis e á corôa, nenhum se deu á igreja de Cedofeita, posto que se deu á igreja contigua do Porto, como é facil vêr na memoria feita por Franklin, e impressa em 1816 ; e não deixaria então de dar-se-lhe foral se bens da corôa tivera.

Pelo que respeita ao argumento, que se queira formar pelo réo com a certidão a fl. 78, em quanto d'ella consta que o D. Prior de Cedofeita para haver a indemnisação promettida no art. 11.º allegára que os fóros e laudemios, que percebia, provinham de herdades que possuia por doação da corôa, basta responder o seguinte : 1.º que ao cabido não podem ser imputados nem prejudiciaes os erros e procedimentos do D. Prior, cujos rendimentos são diversos e separados ; 2.º que não se mostra o exito final d'esse articulado do D. Prior, e que o governo reconhecesse o seu direito á indemnisação, e o indemniasse. antes o contrario é notorio.

Finalmente e para que nenhuma attenção e credito se preste aos documentos apresentados pelo réo deve ter-se em vista, que posto que mencionados na maior parte da contrariedade fl. 23. todavia não foram com ella juntos, nem o réo se valeu n'ellã da providencia do art. 32.º da segunda parte da reforma judiciaria, e por isso nada podem aproveitar ao mesmo réo, segundo se protestou pelo author a fl. 34 de conformidade com a lei e requerimento a fl. 31.

Ainda n'este mesmo sentido concorrem as seguintes observações contra a sentença da 1.ª instancia fl. 159, e contra o ponderado na minuta a fl. 131.

1.ª Que para ser applicavel a sentença do decreto de 13 de agosto não basta allegar e provar. que os bens

onerados fizessem objecto d'uma doação de rei, antes é essencial que haja doação *de rei d'estes reinos dos bens chamados da corôa*, como se expressa o art. 3.^o do decreto, e já fica demonstrado que bens originarios da corôa são sómente os incorporados e relacionados no registro quadruplicado — de Recabedo Regni — ou — Livro dos proprios da corôa.

2.^a Que essa mesma carta de D. Affonso 3.^o mencionada especialmente na sentença a fl. 159 é a que destroe essa decisão, pois que d'esse diploma se vê que o seu objecto foram questões de pescaria com os moradores de outras freguezias, e foram regalias e direitos de conto, que são cousa muito diversa de doação de bens da corôa.

3.^a Que nada ha mais futil do que dizer-se pelo recorrente, que elle tem juntado n'estes autos um documento extrahido do livro dos proprios da corôa, inculcando ser tal o que está a fl. 37, que é uma certidão de certidão extrahida sem citação do cabido, o qual protestou contra a junção de tal documento, segundo se vê a fl. 31 e fl. 34; acrescendo, que se nas contadorias da fazenda existisse, como erradamente se diz na minuta, esse livro dos proprios da corôa, e ahi um tombo dos bens das doações da corôa, devia o recorrente apresentar certidão que expressasse o campo das Cheiras, de que são parte as propriedades de que se pede o laudemio, segundo verificam o prazo appenso e o sub-emprazamento a fl. 13.

Por todos estes principios, e até porque o vago, e obscuro da sentença do decreto de 13 de agosto de 1832 não dá lugar a que se possa facilmente achar provado o facto de tal modo, que seja forçoso concluir pela

sua applicação, confia o recorrido, em que a revista será denegada e assim o implora. .

Joaquim José Correia de Vasconcellos.

N.º 3

Accordam do supremo tribunal

Accordam os do conselho do supremo tribunal de justiça : Que negam a revista, por não haver preterição de formalidade substancial, nem violação directa de lei alguma do reino em vigor.

Lisboa 23 de julho de 1841. — *Dr. Camello. — Frias. — Ribeiro Saraiva.*

II

Processo entre as partes — Authora : Maria Clara de S. José — Réo : Custodio José Caetano

N.º 1

Reflexões do exc.^{mo} snr. conselheiro Joaquim José Corrêa de Vasconcellos

.
.

O decreto de 13 de agosto de 1832, que com uma promettida indemnização futura, quando devia ser previa segundo o disposto em todas as constituições politicas d'este reino (vide o art. 6.º da constituição de 1822, e o art. 145.º §. 21 da carta constitucional, e o art. da cons-

tituição de 1838). reduziu á mendicidade innumeraveis familias, não só de altos dignitarios, mas de classe media, que não podem deixar de repntar-se por uma grande, e a mais sãa parte d'esse — povo — a quem no relatorio se diz, que era mister favorecer e proteger; o decreto de 13 de agosto de 1832, que, como no sen relatorio se diz, desloca interesses, e que, promettendo no art. 11.º uma indemnisação, vem a reconhecer, que causa danos, e que ataca o direito de propriedade; o decreto de 13 de agosto de 1832, em fim, que revogando as doações a muitissimos, que por seus relevantes serviços, talvez com ellas mal pagos, as tinham merecido, alienou bens, com que o thesouro se repletaria; e pela maior parte sem serviços antes por desserviços fez doações sem causa aos possuidores dos bens, que os haviam adquirido com abatimento das pensões, a que estavam onerados; este decreto, digo, deve em attenção a todas estas circumstancias, e ao principio anti-constitucional do sen art. 16.º, entender-se sempre — in judicando — muito restrictamente, e jámais applicar-se sem que a demonstração dos factos conducentes á sentença d'elle tenha chegado á summa evidencia, pois que pelo menos fóra d'esse caso é forçoso que o poder judiciario garanta e não fira o sagrado direito de propriedade.

.

Nem mesmo para ser applicavel a sentença do decreto de 13 de agosto de 1832 é bastante allegar, que os bens onerados com o fôro pedido estão comprehendidos em doação feita por algum rei d'estes reinos, antes é forçoso allegar e provar que elles foram originariamente da corôa e nos proprios d'ellas foram incorporados real ou verbalmente, visto que o decreto no art. 3.º

usa das palavras — doações feitas pelos reis d'estes reinos de bens chamados da corôa — e só taes se chamam aquelles em que ha algumas das ditas incorporações, e só estes eram os sujeitos á lei mental, vide ord. liv. 2.^o tit. 35 §. 22, tit. 36, Mello Fr. liv. 1 tit. 4 §§. 4 nota, e liv. 2 tit. 3 §§. 22, e resol. de 3 de setembro publicada em edital de 4 do mesmo mez e anno de 1835.

.

Aqui é lugar de observar, que com quanto diversifiquem os historiadores sobre o nome do rei suevo, que fez construir e dotou a igreja de Cedofeita em honra das reliquias de S. Martinho, advindas de França e collocadas na dita igreja quando esse rei se converteu ao catholicismo abandonando a heresia d'Ario, e quando por intervenção d'essas reliquias alcançou a saude para um seu filho, todavia são concordes todos, em que essa construcção e dotação tivera lugar pelo anno de 560, seculos antes de haver monarchia e corôa portugueza (basta vêr o Catalogo dos bispos do Porto por D. Rodrigo da Cunha); de sorte que se depois das diversas vicissitudes porque passou esta provincia e reino, se conservou á igreja de Cedofeita o seu patrimonio das herdades proximas a ella, e se lhe fez conto perpetuo e firmissimo, é conhecido que não ha ahi uma doação de bens, que estivessem incorporados real ou verbalmente nos proprios da corôa, mas apenas uma concessão para conservarem o que desde seculos tinham o abbade e padres d'essa igreja, augmentado como couto e prerogativas, e que ainda no supposto de ser augmentado commais herdades, o que não é provado, deve entender-se que estas eram d'aquellas que os reis conquistadores

se reservavam para dispôr como bens seus, e não da sua corôa.

.

Joaquim José Corrêa de Vasconcellos.

N.º 2

Tenções dos exc.^{mos} juizes da Relação do Porto

Pede o appellante ao appellado no libello a fl. 5, com trato successivo, o fôro annual declarado no mesmo, que diz estar na posse de receber, e elle lhe estava devendo desde o S. Miguel de 1832, tendo até ahi, pelas casas e quintal n.ºs 8 a 11, sitas na rua dos Bragas, freguezia de Cedofeita, que lhe havia sub-emprazado; e junta para prova da sua posse e direito, os dous documentos de fl. 6 e 9, mostrando-se pelo 1.º que a appellante obtivera em 1810 sentença contra o appellado para lhe pagar o dito fôro; e pelo 2.º, que elle em 8 de junho de 1834 declarára para o lançamento da decima serem as ditas propriedades oneradas para a A. com a pensão pedida. O réo defende-se na contrariedade a fl. 14, já exceptuando com o beneficio do decreto de 13 de agosto de 1832, pretendendo lhe seja applicado, com o fundamento de ser o cabido de Cedofeita considerado no circulo do seu couto, e doação, em que é comprehendido o terreno, de que se pede o fôro, donatario da corôa, e originariamente provenientes d'ella semelhantes bens; e que por isso se achava extincto tal fôro; já que não obstante se lhe tivesse feito prazo de um dos chãos, e que o réo tenha pago o fôro de dous até 1832, sendo o prazo ecclesiastico, o direito da

A. se não podia provar sem escriptura publica na forma da ord. do liv. 4.^o tit. 19, que ella não tinha do cabido, nem do réo do outro chão ; e já finalmente, porque no prazo, que juntava por appenso, existia uma provisão, em que era denominado o referido cabido donatario da corôa, e sujeitos por isso ás licenças superiores para os seus contractos, e alterações dos empraçamentos, não importando nada o que constava dos documentos de fl. 8 e 9, porque tudo devia ceder á verdade, e á disposição da lei. O juiz julgou a acção improcedente pelo unico fundamento de constar do sub-empraçamento appenso, o serem os dous chãos do mesmo prazo do Regueirinho, de que era senhorio o cabido de Cedofeita, e emphytenta a authora, e provar-se da provisão incerta n'aquelle titulo, de que se servira para repeller as pretensões do mesmo cabido, ter a authora reconhecido como bens da corôa os de que se tracta ; mas no meu entender não julgou bem ; porque não pode haver duvida, que a authora provou a sua posse de receber as ditas pensões por mais de 30 annos, não só pela confissão do réo na contrariedade, e no seu depoimento a fl. 23, que conforme a ord. do liv. 3.^o tit. 53, §. 9 a dispensava de outra prova ; mas tambem pelo que resulta dos documentos a fl. 6 e 9, fundamento bastante para proceder a acção possessoria, tanto pela antiga legislação, como pela moderna, não sendo applicavel a disposição da ord. liv. 4.^o tit. 19 ás questões possessorias, de que o mesmo senhorio ecclesiastico podia usar sem titulo ; mas só aos contractos entre o senhorio ecclesiastico e o emphyteuta, e não aos secundarios entre seculares, como já se decidiu em outro tempo contra o réo pela sentença a fl. 7, em questão sobre os mesmos fóros ; e porque está

reconhecido, que os dous chãos foram do dominio util do irmão da authora, e são agora d'esta : e o réo parece-me, que não líquida com a evidencia, que o juiz recorrido se persuadiu, o facto de serem indubitavelmente da corôa, e originarios d'ella os bens, de que se pede a pensão, não obstante ser d'elles senhorio directo o cabido de Cedofeita, para esta se poder julgar extincta, e aquelles livres, e allodiaes : por quanto o réo não apresenta titulo directo, porque prove, que o dito cabido é donatario da corôa de bens d'esta natureza, e menos que n'elles sejam comprehendidos os de que se pede o fôro, nem fez outra casta de prova relevante, porque verificasse a sua asserção a este respeito ; não bastando allegar, que os bens onerados com o fôro demandado estão comprehendidos em doação regia : é necessario allegar, e provar, que foi feita essa doação, por quem, quando e de que ; que comprehendeu semelhantes bens, e que foram originariamente da corôa, e nos proprios d'ella incorporados real ou verbalmente ; porque só taes se denominam, e eram aquelles em que se dava alguma das ditas incorporações, ord. liv. 2.º tit. 35 §. 22, e tit. 36, e resolução de 3 de setembro de 1835, publicada em edital de 4 do mesmo mez e anno. Não incumbindo á authora provar, que os bens teem differente natureza, e que a sua aquisição pelo cabido fôra por titulo particular ; pois ao adversario, que assevera competir-lhe o beneficio do decreto, é que compete a prova dos factos para isso necessarios, tanto pela regra geral do direito, como pela decisão na portaria de 19 de agosto de 1835 ; estando a presumpção a favor da appellante possuidora, em quanto o contrario se não mostre. E a provisão inserta no praso appenso, com que tanto se argumenta, e

é o unico fundamento da sentença, não póde gozar da força provativa, que a mesma lhe attribue, pois não se tendo junto para outro fim, senão para isentar o sub-emprazamento do pretendido onus para o cabido, para commum interesse da authora, e do réo, que a não alcançaram. mas um 3.º respectivamente a um casal proximo á igreja de Cedofeita ; e não a tendo approvado para outro fim, não póde tal facto prejudicar a authora, nem favorecer o réo ; e a questão não foi, se os bens, que fizeram o objecto d'ella. eram, ou não da corôa ; mas sim sobre novas aquisições do cabido, de fôro, e bens, que para as haver se dizia donatario da corôa, e ao que esta se oppoz pelo direito geral. e particular de fiscalisação, e inspecção sobre corporações de mão-morta. e seus bens. Mas ainda suppondo, que houve doação regia de alguns bens da corôa, não mostra o réo, que as propriedades, de que se lhe pede o fôro, estejam comprehendidas na mesma ; e que o cabido não tivesse alli já outros terrenos, ou os não adquirisse depois ; sendo certo pela historia, ser a igreja de Cedofeita edificada por um rei suevo em 560, muito antes da monarchia ; cujos reis se depois lhe conservaram o seu patrimonio, e lhe fizeram conto, é visivel, que não houve uma doação de bens incorporados de qualquer fórma nos proprios da corôa : mas apenas a permissão de conservar o que desde seculos possuia com concessão de conto e prerogativas ; e que ainda no supposto de que houvera augmento de mais herdades, se deve entender, e é presumivel, na falta de evidentes provas, que estas eram das que os reis conquistadores reservavam para si : sendo tambem certo, que as corporações, como a collegiada de Cedofeita, possuem muitos bens por titulos onerosos, e

mesmo lucrativos, para cuja aquisição obtiveram licenças. Por consequencia não está verificado, que os bens sub-emphyteuticados, de que se pedem os fóros, sejam do numero d'aquelles, a que respeita a sentença do decreto. E por tanto, em vista do que fica ponderado e o mais dos autos, revogaria a sentença appellada para julgar procedente e provada a acção, e condemnaria o réo no pedido conforme se conclue no libello, nas custas, e multa respectiva. Porto 14 de dezembro de 1842.—*Sequeira Ferraz*.

Concordo com a proxima tenção na revogação da sentença appellada por ser inteiramente conforme com o fundamento e razões n'ella adoptadas. Porto 22 de dezembro de 1842.—*Machado*.

Tambem concordo. Porto 1 de março de 1843.—*Silva Amaral*.

N.º 3

Accordam da Relação do Porto

Accordam em Relação etc. Que menos bem julgada foi pelo juiz de direito *à quo* na sentença appellada de fl. 26, a qual por isso revogam ; por quanto : Pedindo a authora, fundada na posse, no libello de fl. 5, que o réo fosse condemnado a pagar-lhe a quantia de 100\$000 reis de 5 annos de fóros (ficando a sentença com tracto successivo), que lhe está devendo desde o anno de 1833 em diante, impostos em duas moradas de casas na rua dos Bragas com os n.ºs 8 a 11 ; vê-se a fl. 14, que o réo lhe oppoz por excepção, 1.º a disposição do decreto de 13 de agosto de 1832 ; 2.º que sendo o prazo ecclesias-

tico, a authora não apresentava d'elle escriptura, como lhe era mistér em vista da disposição da ord. liv. 4.^o tit. 19.

Examinados os autos, vê-se que a authora provou plenamente a sua posse, já pelos documentos a fl. 6 e 9, já pela confissão feita no art. 3.^o da contrariedade a fl. 14; e muito principalmente pela feita no depoimento do mesmo réo a fl. 23; e mais do que esta não era precisa á authora em vista da ord. liv. 3.^o tit. 53 §. 9, e art.^{os} 461 e 465 da novissima reforma judiciaria.

Outro tanto não pôde dizer-se da defeza do réo; porque tendo elle excepcionado, cumpria-lhe provar a materia da sua excepção, pela regra do L. 1 ff. de exept., e é o que elle não fez, porque elle não provou que as propriedades de que a authora lhe pede o fôro, fossem bens da corôa dados e doados pelos reis d'estes reinos como lhe cumpria fazer, para poder ser-lhe applicavel a disposição do art. 3.^o do decreto de 13 de agosto de 1832, pela regra do L. 19 ff. de probat.

Nem pôde aproveitar ao mesmo réo o argumento que faz com a provisão inserta do documento appenso, porque nem ella foi obtida pela authora, nem alli se faz menção das propriedades de que a authora pede o fôro: e quando mesmo aquelle documento provasse que o senhorio directo do prazo, o cabido de Cedofeita, era donatario da corôa, nem ainda assim seria melhor a condição do réo, porque seria mister que de mais provasse, que as propriedades de que se lhe pede o fôro, eram das doadas, e que n'ellas se verificavam os requisitos marcados na ord. liv. 2.^o tit. 35 §. 22, e tit. 36, para poderem ser tidas por bens da corôa.

O argumento pelo mesmo réo reduzido da ord.

liv. 4.^o tit. 19, também não lhe aproveita, ou seja porque sendo a acção fundada na posse não precisava a authora apresentar titulo; ou porque ao réo já não seja licito o argumentar com essa materia depois d'ella estar decidida na sentença a fl. 7.

Por tanto isto e o mais dos autos e tencionado, revogam a sentença appellada de fl. 7, para julgarem procedente e provada a acção da authora, e condemnarem o réo nos fóros pedidos no libello, com tracto successivo como no mesmo se conclue; e bem assim condemnam o mesmo réo nas custas e multa legal. Porto 1 de março de 1843. — *Ferraz.* — *Machado.* — *Silva Amaral.*

III

Processo entre as partes—Author: D. Prior da collegiada de Cedofeita—Réos: Delfim da Cunha Lima e a fazenda nacional.

N.^o 1

Sentença de 1.^a instancia

Vistos estes autos etc. O author exc.^{mo} D. Prior da collegiada de Cedofeita, como senhorio directo do prazo do Côxo, pediu que o réo Roberto Guilherme Woodhouse e sua esposa a exc.^{ma} viscondessa de Balsemão fossem condemnados a pagar-lhe oitocentos mil reis, importancia do laudemio de cinco-um, que lhe é devido pela compra que o primeiro réo fez de uma propriedade, pertença do dito prazo, por quatro contos de reis. Os réos chamaram á authoria a Delfim da Cunha

Lima que pelo termo de folhas quatorze verso a aceitou, chamando á authoria a fazenda nacional e real que a não aceitou a folhas vinte e tres, mas depois, pelo termo de folhas vinte e seis verso a aceitou. O primeiro chamado á authoria continuou a defender-se do pedido até final com a assistencia e coadjuvação do doutor delegado do procurador regio, allegando que o author é donatario da coroa; que o prazo do Còxo está comprehendido dentro dos limites e demarcações da doação regia feita á collegiada. O que tudo visto etc. Mostra-se pelo prazo appenso ser o author senhorio directo do prazo denominado — do casal do Còxo — sujeito ao laudemio de cinco-um do preço da venda: não se mostra que os bens d'este casal do Còxo fossem doados pela coroa: não-se mostra que elles se achem comprehendidos nas demarcações dos bens doados a folhas oitenta e tres, nem ainda que isso se mostrasse poderia considerar-se e julgar-se com bom fundamento, que foram doados pela coroa bens, que o documento de folhas oitenta e tres mostra terem sido doados antes de existir coroa n'estes reinos, cujo primeiro monarcha existiu muitos seculos depois de tal doação; sem que seja necessario, nem talvez possivel determinar o direito que o doador tinha nos bens que doára, para se dever respeitar o direito que nos bens doados o doado tem conservado por seculos. As confirmações posteriores feitas pelos monarchas portuguezes, ainda que em nenhuma se notasse anachronismo; a vangloria de quaesquer se intitularem senhores donatarios da coroa em tempos, que davam a titulos taes alguma importancia, não podem convencer de que foram doados pela coroa bens que se conhece positivamente que provieram d'outra origem e não da co-

roa. O réo Delfim da Cunha Lima inculca-se senhor directo do prazo do casal do Coxo; como tal vê-se a folhas nove que recebeu o laudemio da venda que o author pede, porém não mostra nem mesmo allega, como é que tal dominio directo lhe pertence para haver o laudemio de que se trata; e porque titulo adquiriu esse dominio directo. Pela remissão de folhas dezesete que nunca podia privar o author d'aquelle dominio directo sem audiencia sua, não o adquiriu o réo; nem taes remissões quando mesmo tem toda a efficacia, por não se verificar aquella falta d'audiencia e previo convencimento de alguem, podem jámais considerar-se como titulos, que deem aos remidos o dominio directo, o direito de haverem o laudemio, que recebia o senhorio a quem se pagava o fôro remido. O réo não allega, e não mostra que esse laudemio, que recebeu pela compra de folhas oito feita pelo réo primitivo, fosse imposto por titulo posterior a essa remissão do fôro que obteve, com que, considerando-se senhor pleno da propriedade, a aforasse. N'estas circumstancias é manifesto que o réo pelo facto de receber o laudemio do comprador a folhas oito deu um testemunho de que elle o devia pagar; mas se nada convence, de que era o réo que o devia receber, mostra-se pelo appenso prazo, que era ao author que devia e deve ser pago; foi o mesmo réo que a folhas dezeses declarou que o laudemio pedido lhe pertencia por virtude do documento seguinte que é a publica forma da remissão do prazo do Còxo, é elle que declara que o author era o senhorio directo d'esse prazo, devendo concluir-se que é a este por esta qualidade, e não ao réo que a não mostra ter, antes a reconheceu no author, que o laudemio é devido. Cumpre a toda a autho-

ridade respeitar o poder d'onde dimanaram ordens dadas a seus subordinados ; essas ordens não podem ser offendidas, nem carecem de ser authorisadas por outro poder do estado. Respeito n'esta conformidade o poder d'onde desceram as portarias regias de folhas trinta, e trinta e uma ; mas não póde o juiz julgar senão em presença do que no processo se allega e se prova. Se o réo allega, e não provou que a propriedade, sobre que se impoz pelo appenso o laudemio pedido, fosse doada pela coroa, como lhe cumpria ; sendo certo que por falta de prova d'este mesmo ponto de facto, é que se proferiu a sentença de folhas setenta e uma. A folhas trinta e nove vê-se que se julgou em causa ordinaria. que de propriedade do mesmo prazo do Côxo se pagasse ao author o laudemio pedido. Por tanto julgo a acção procedente e provada, e condemno o réo Delfim da Cunha Lima no pedido, nas custas, e multa legal. Não condemno a fazenda nacional, posto que accitasse a authoria folhas vinte e seis verso, e defendesse, ou auxiliasse a defeza d'aquelle réo condemnado, porque nenhum fundamento tenho para a condemnar, julgando como julgo improcedente e sem effeito a aceitação, que fez da authoria folhas vinte e seis. Porto 23 de julho de 1858. - *Thomaz de Aquino Martins da Cruz.*

N.º 2

Tenções dos exc.^{mos} juizes da Relação do Porto

O pedido n'esta acção, posto que simples em si, tornou-se complicado pelas questões que envolve e foram suscitadas, e de cuja solução depende a decisão final,

taes são—1.^a—se os bens do priorado de Cedofeita são bens da coroa e provindos de doação regia—2.^a—se o D. Prior é donatario da coroa—3.^a—finalmente se a remissão effectuada pelos segundos réos chamados á authoria, póde ser attendida para excluir a pretensão do author de haver o laudemio, que como senhorio directo do casal do Côxo pede lhe seja pago pela compra de uma morada de casas, sitas na rua do Breyner d'esta cidade, pertença do mesmo prazo. Quanto á primeira é para mim sem duvida que os bens do priorado de Cedofeita não são bens da coroa, nem por ella foram doados áquella igreja, pois seculos antes da monarchia já ella os possuia como consta da historia, e ainda que doados por Theodomiro, rei dos suevos, comtudo já eram d'aquella igreja quando foi acclamado o primeiro legitimo rei de Portugal D. Affonso Henriques, e os possuia como seus sem a natureza de bens da corôa que não adquiriram pela concessão de couto feita áquella igreja por aquelle primeiro rei e seguintes confirmações, visto que nem taes bens tinha origem em doação da corôa, nem se mostra que fossem incorporados nos proprios d'ella, como foi ordenado por leis posteriores. Além de que as doações feitas pelo primeiro rei eram das terras conquistadas aos sarracenos e principalmente das incultas, e não das que eram possuidas por mosteiros e igrejas por qualquer modo adquiridas, porque estas continuaram no dominio e posse d'ellas sem necessidade de doação, e o mesmo aconteceu com as possuidas por proprietarios particulares: d'outra sorte e entendendo-se que os primeiros reis de Portugal ficaram senhores de todos os bens de raiz do paiz, que iam conquistando aos sarracenos, viriamos a cahir no absurdo de terem a natureza de

bens da coroa a maior parte do reino, porque quasi todo foi conquistado pelos primeiros reis. E para se vêr que o couto concedido áquella igreja não comprehendia todo o terreno demarcado, e que não era mais que um privilegio, basta mostrar que dentro d'elle ha bens pertencentes a outras corporações e particulares, que não existiriam dentro d'elle se fosse do dominio exclusivo da igreja de Cedofeita. Quanto á segunda, demonstrado que os bens do priorado de Cedofeita não são bens da coroa, é consequencia necessaria que o D. Prior não é donatário d'ella, e posto que em tempos modernos pagasse o quinto como consta do documento a folhas, esse titulo não era mais que honorifico e obtido por muitas corporações pelos privilegios que lhe eram inherentes, não podendo por isso a collecta do quinto servir de regra para a applicação da lei de vinte e dous de junho de mil e oitocentos e quarenta e seis, porque por ella não é considerado como caracteristico de bens provenientes da corôa, quando elle fôr pago por corporações de mão-morta—segunda parte do paragrapho quinto do artigo vinte e dous da citada lei. Quanto á terceira, remissão, entendo que o documento do qual consta haver ella tido lugar, não póde ser attendido para o fim que os appellantes pretendem, por que para poder ter lugar a remissão era necessario que os fóros e direitos dominicaes fossem comprehendidos na disposição do artigo setimo e ficar subsistindo com a redução do paragrapho sexto e beneficios dos outros paragraphos, mas isso é o que en não vejo provado, e que o author D. Prior deixe de receber os fóros, pensões e landemios por inteiro, vindo por isso a ser nulla tal remissão por ser applicavel

aquella lei no artigo e paragraphos citados, visto não se provar ter os fóros sido reduzidos a ametade, nem o author ter para esse fim sido declarado donatario da corôa, como era mister, não bastando allegar-se essa qualidade no requerimento feito para a remissão. E nem obsta o ter-se obtido a mesma por virtude do regulamento de onze de agosto de mil e oitocentos e quarenta e sete, porque o author não foi n'ella ouvido, e segundo os mais triviaes principios de direito não podia ser privado do dominio directo d'aquelle prazo sem primeiramente ser convencido da obrigação de aceitar a remissão, não sendo nem mesmo citado para dizer o que lhe conviesse n'aquelle processo de remissão, e sendo esta um acto nullo não pôde produzir effeito valido nem ser attendido n'este processo, em que o author se apresenta como senhorio directo a pedir o laudemio que lhe é devido da venda de bens do prazo do Côxo, qualidade que não podia perder pela a arbitraria e nulla remissão. Por tanto a sentença appellada que julgou procedente e provada a acção, e condemnou os appellantes na fórmula concluida no libello, está nos termos de ser confirmada, e bem assim tambem na parte em que deixou de condemnar a fazenda nacional não obstante aceitar a authoria, que antes considero como assistente, visto que os primeiros chamados se defenderam até final, porque o seu direito quanto á remissão sempre lhe fica salvo; e confirmando a mesma sentença condemnaria os appellantes nas custas acrescidas. Porto quatro de maio de mil e oitocentos e cincoenta e nove.— *Machado.*

2.^a Tenção

Concordo na confirmação da sentença appellada adoptando para este effeito os fundamentos expendidos na precedente tenção—custas acrescidas pelos appellantes. Porto onze de maio de mil e oitocentos e cincoenta e nove.—*Leite*.

3.^a Tenção

Concordo. Porto dezoito de maio de mil e oitocentos e cincoenta e nove.—*Silva*.

N.º 3

Accordam da Relação do Porto

Accordam em Relação etc. Que confirmam a sentença appellada pelos seus fundamentos e tencionado, e condemnam os appellantes nas custas acrescidas. Porto dezoito de maio de mil oitocentos e cincoenta e nove.—*Silva*.—*Leite*.—*Machado*.¹

¹ Estes documentos—sentença de 1.^a instancia, tenções e accordam da Relação do Porto—referem-se á mesma propriedade, a respeito da qual se proferiram as sentenças ultimamente publicadas em alguns jornaes do Porto. Nada importa que o processo, d'onde aquellas sentenças foram extrahidas, fosse annullado no supremo tribunal, visto este tribunal tomar conhecimento sómente da regularidade ou nullidade dos processos. E' a mesma a propriedade; são os mesmos os litigantes—D. Prior de Cedoteita e Delfim da Cunha Lima. Adivinhe quem quizer, e poder, comparando-as, quando se fallou verdade, e se fez justiça, se ao proferir as primeiras sentenças, se as segundas.

IV

*Processo das indemnisações, intentado pelo D. Prior
de Cedofeita*

N.º 1

*Reflexões do ajudante do procurador regio, no recurso
interposto para a Relação do Porto*

.....
.....

Lendo-se e examinando-se com attenção os autos, parece que a pretensão do appellado era habilitar-se para por uma só vez se indemnisar dos prejuizos por elle soffridos na qualidade de D. Prior da collegiada de S. Martinho de Cedofeita pela publicação do decreto de 30 de julho de 1832, que extinguiu os dizimos, e do decreto de 13 de agosto do mesmo anno, que deu por extinctos os bens da coroa, e fóros e pensões nos mesmos impostos, recebendo titulos admissiveis em compra de bens nacionaes na fórma do §. 8.º do art. 4.º do decreto de 15 de abril de 1835 e instrucções de 28 de julho do mesmo anno, e tanto que para isso se promptificou a fazer cedencia á fazenda, na conformidade do art. 6.º d'estas instrucções, dos bens e rendimentos subsistentes depois dos ditos decretos, como se vê a fl. 3. Mas esta pretensão não póde ter cabimento em vista do art. 11.º do de 13 de agosto do mesmo anno, por isso mesmo que ao appellado, como ecclesiastico, sómente por semelhantes in-

demnisações lhe podia competir uma congrua igual ao rendimento anterior, devendo-se levar em conta o rendimento dos bens possuidos por elle, e que não foram extinctos e ficaram subsistindo.

Por isso já se vê d'aqui a improcedencia da acção, e que a sentença para o fim d'essa indemnisação deve ser revogada, ou pelo menos declarada n'essa conformidade.

Em toda a fórma porém deve ser revogada ou alterada em parte, pois que foi dar como provado de competirem indemnisações ao appellado, pela extincção de bens da coroa e fóros impostos n'estes, d'um rendimento annual de 3:572\$380 reis, porque a tanto montava o dos fóros e laudemios das propriedades forciras ao priorado, e da quinta da residencia do D. Prior arrendada, e o da horta e casas da mesma residencia por elle desfructada e possuida, quando semelhantes indemnisações ainda na fórma, por que em todo o caso deve ser declarada a sentença, como dito fica, não podem ter lugar; pois que o decreto de 13 de agosto, hoje declarado e ampliado pela lei de 22 de junho de 1846, não póde ter applicação alguma aos bens e fóros de que é possuidor o directo senhor e appellado D. Prior, como pretende este, e julgou a dita sentença em vista do documento fl. 22 sem outra qualidade de prova mais de que os ditos bens e fóros sejam dos doados pelos reis e da corôa.

Para ser onerado o thesouro com uma congrua annual igual áquelle rendimento que em parte diz o appellado não recebe, e em parte promette ceder, não basta dizer que esses bens e fóros sejam da corôa e de doação regia, e juntar para esse fim aquelle documento confuzo e até contraproducente, era necessario provar

d'uma fórma concludente e indubitavel, que os ditos bens foram originariamente da corôa, e como taes estão reduzidos a allodiaes segundo a portaria de 19 de agosto de 1835 e resolução de 3 de setembro. publicadada em edital de 4, do dito mez e anno. E fez isto o appellado? Não, sem duvida.

Examinemos os antos e veremos que elle não deu nenhuma outra prova senão a fundada no dito documento fl. 22, que o jury julgou sufficiente, e tanto que tendo em vista o artigo 116 do decreto de 16 de maio de 1832, não fez quesito algum ao jury sobre o facto allegado de serem de bens da coroa. Mas esse documento não é sufficiente, e não prova o que se pretende.

Combinadas as disposições do art. 6.º e 3.º do referido decreto de 13 de agosto vê-se que a doação d'el-rei D. Affonso Henriques e sua mulher a rainha D. Mafalda, que n'aquelle documento se acha por certidão, feita ao mosteiro ou igreja, abbade e conegos de Cedofeita, não póde comprehender bens chamados da coroa, a que só é applicavel o decreto; o que D. Affonso fez, foi circumscrever e ampliar os limites do couto, e o que deu, foi a confirmação de direitos e regalias de couto, e direitos reaes de pescarias; e nem podia deixar de ser assim, por que recorrendo á historia, ella nos diz que pela era de 559 ou 560, muito tempo antes da monarchia portugueza, a igreja de Cedofeita foi erecta e dotada por Theodomiro, rei dos suevos, em honra das reliquias de S. Martinho (ainda hoje seu padroeiro) Turonense, que o dito rei fez vir de França para alcançar a saude de um seu filho gravemente enfermo, e foram collocadas na igreja para isso mandada fazer com tal rapidez,

que pelo pouco tempo em construir-se se denominou Cedofeita, e este mesmo facto historico é confirmado pelo proprio documento contraproducente, em que se diz que a primitiva doação fôra d'esse rei suevo, e nos diz mais a historia que os monges do mosteiro de Cedofeita pagavam um tributo aos sarracenos, que assim os deixaram e lhes consentiram a celebração dos officios divinos.

Posto isto, e sendo certo que os senhores reis d'estes reinos adquiriram pelo direito de conquista o dominio dos bens dos mouros que expulsavam, não se segue que el-rei D. Affonso Henriques pelo mesmo direito de conquista houvesse os bens que já eram do abbade e conegos de Cedofeita, porque nem estes fizeram guerra a D. Affonso para sobre seus bens se exercer o direito de conquista, e nem ha documento nenhum historico que prove que D. Affonso se apoderasse dos bens e terras possuidas pelos christãos, porque com estes é que elle guerreava os mouros e os expulsava.

Por tanto já se vê que pela carta de doação de D. Affonso não se prova que os bens possuidos pelo appellido fossem originariamente da corôa, e antes pelo contrario se mostra do mesmo documento, e do que consta da historia conforme com elle, que esses bens foram dotados com outros no anno de 559 por Theodomiro, rei dos suevos, e que eram proprios ao tempo de D. Affonso Henriques do abbade e monges ou conegos de Cedofeita, faltande assim os requisitos essenciaes do decreto de 13 de agosto no art. 3.º por alli se exigir, para ter lugar a sua sentença ou disposição, que os bens fossem doados pelos reis portuguezes, e que fossem da corôa quando dados por alguns d'estes; e tanto mais

quanto é certo que, sendo necessario para se terem como bens da corôa o mostrar-se que se acham incorporados nos proprios d'ella segundo a ord. liv. 2.º tit. 35 §. 22 e tit. 36. e é opinião dos melhores jurisconsultos Mello Freire, Vicente Ferreira Cardoso, e Almeida e Sousa, nada d'isso se prova.

E nem como prova d'essa incorporação se póde ter essa confirmação de rei a rei constante do dito documento fl. 22, pois que essa confirmação é de direitos e regalias de couto, e não de doação de bens da corôa, e por essas confirmações posteriores sómente se confirmou o couto, e se fizeram guardar os privilegios e isenções inherentes, e se desvaneceram duvidas suscitadas sobre direitos de pescarias; sendo pelo gozo de semelhantes privilegios e direitos que a collegiada era chamada e tida como donataria da corôa.

Por conseguinte está demonstrado que o appellido não fez prova alguma de ser donatario de bens da corôa, e como tal possuir bens d'ella, e ter recebido os fóros de que é directo senhorio o seu priorado, e muito menos ainda que todos esses fóros de que justificou o rendimento, sejam de tal natureza e estejam extinctos pelo decreto de 13 de agosto, e que seu pagamento seja questionado debaixo de tal fundamento pelos emphyteutas, como tudo se tornava necessario provar.

Que nenhuns possue de semelhante natureza, parece-me ser evidente, não só pelo que fica expellido, mas tambem 1.º porque é certo e sabido que, dando-se no tempo de el-rei D. Manoel foral a todas as terras do reino para se conhecer o que pertencia aos reis e á coroa, nenhum se deu á igreja e priorado de Ce-

dofeita, posto que se dêsse á igreja contigua do Porto; e não deixaria de dar-se-lhe se ella possuisse bens da coroa; 2.^o porque nunca pagou o quinto, que se pagava dos bens da coroa; o que tudo assim se deve acreditar em quanto se não mostrar o contrario, e tanto mais que se se fizesse este pagamento, então o appellado que é homem de bondade, consciencia, e probidade, o descontaria como fez a respeito das outras despezas fl. 4.

Que todos esses fóros sejam de tal natureza nunca será possível acreditar, porque ainda mesmo que se queira que alguns fossem dados por D. Affonso Henriques, e que fossem da coroa, como já se mostrou que não, é impossivel que muitos não sejam patrimoniaes, ou por já possuidos pelos conegos e abbade antes de D. Affonso, visto que já existiam ha seculos e haviam de ter de que viver, ou por adquiridos depois por compra ou outro titulo como lhe foi concedido por el-rei D. Affonso 5.^o até ao valor de cem coroas, como se vê do documento junto a fl. 28.

E que finalmente seu pagamento seja questionavel em todo ou em parte pelos foreiros, e que algum d'esses fóros se tenha julgado extincto segundo o dito decreto nos juizos e tribunaes, nunca o demonstron, e nem ainda hoje o demonstrará, porque em varias questões que tem havido d'este genero até este tempo em que estamos, sempre foi julgado o contrario como senão negará.

Em conclusão de tudo, espero que a sentença quando não seja revogada no todo, por não poder, nem ainda quanto ás perdas soffridas pela extincção dos dizimos, ter lugar a indemnisação na forma que se pretende, pelo menos seja declarada no seu effeito em quanto a es-

sas perdas, e revogada na parte da indemnisação pretendida em virtude do decreto de 13 de agosto, porque não se provou que alguns dos bens do D. Prior sejam de doação regia, e da coroa para estarem extinctos, e muito menos todos, e porque está possuindo e desfructando alguns d'esses bens, quaes a quinta, horta, e casas da residencia, e recebendo fóres das propriedades foreiras ao seu priorado, e que formam d'este o seu património sem contradicção alguma, como deve receber, questionando com qualquer foreiro, que resistir, e mostrando que não são, como em verdade não são, bens da coroa, ou já extinctos ou já subsistindo na fórma da lei de 22 de junho de 1846 que interpretou e declarou o dito decreto de 13 de agosto, e porque só depois de semelhantes questões com os emphyteutas e ficar vencido com a assistencia do ministerio publico, poderia requerer a indemnisação por congrua vitalicia, correspondente á perda d'esse fôro ou fóros reputados extinctos por sentença passada em julgado; nada valendo contra isto a cedencia que prometteu fazer em seu requerimento ou libello a fl. 3, porque o artigo 6.º do decreto de 28 de julho de 1835, em que se fundou, só é relativo ás familias e pessoas não ecclesiasticas; e nem tambem obstando as disposições do art. 22 e §§., pois que vigoram para quando a questão se dá entre os senhores e os emphyteutas, e não n'uma questão da natureza da presente.

Confio em que o mui respeitavel tribunal assim julgará, ou na fórma melhor que entenda.

Porto 8 de junho de 1850.

Mexia Salema.

• *Tenções dos exc.^{mos} juizes da Relação do Porto*

Apesar das respostas do jury aos quesitos que lhe foram propostos a fl., eu entendo que o jury julgou mal, porque essas respostas com quanto affirmativas, não davam como provados os factos principaes, de que podia provir ao appellado direito ás indemnisações que pretendia, mas unicamente factos secundarios que, isolados, nenhum direito podiam conferir ao appellado.

• Não póde duvidar-se da honradez do seu character, da sua acrisolada adhesão á causa da legitimidade, e dos serviços por elle prestados em prol da liberdade, o que seria mui digno da mais distincta recompensa; mas o que lhe não dá direito fundado a indemnisação alguma. Para ter este direito seria necessario mostrar-se que pela disposição de alguma lei, filha do novo systema de governo, elle fôra privado de interesses pelos quaes a lei lhe estabelecera e instituiria alguma prestação paga pelo thesouro. Isto porém é o que se não mostra. Nenhuma indemnisação particular póde competir ao appellado pelos dizimos que percebia, e de que foi privado pela lei que os extinguiu, porque ou o consideremos como membro e presidente de uma collegiada, ou como parochio, em lugar d'esses dizimos lhe foi designada uma congrua sustentação, paga ou pelo thesouro, ou pela derrama pelos seus parochianos, porque a lei não quiz que o clero ficasse privado d'uma congrua sustentação, a que em maior ou menor abundancia, eram applicados os dizimos. Para obter indemnisação pelos fóros que recebia e pela quinta e residencia que des-

fructava, seria necessario mostrar-se que provindo esses fóros, quinta e residencia de doação regia, ou figurando a respeito d'elles a collegiada de Cedofeita como donataria da corôa, tinha sido do seu gozo privado pelas disposições do decreto de 13 de agosto de 1832 que então regia *exclusivè*, ou que hoje pelas disposições da carta de lei de 22 de junho de 1846, estavam taes fóros e propriedades extinctas. Isto porém é o que se não mostra, nem mostrar-se podia, porque a essa operação se oppõe a verdade historica. Supposto não possa fixar-se com precisão a época certa da fundação da igreja de Cedofeita, é certo que ella sobe á mais remota antiguidade, e que muitos seculos antes da conquista das terras de Portugal pelos sarracenos ella existia, devendo a grandeza, e lustre com que se sustentava, á munificencia do rei Theodomiro, chefe dos suevos, que então dominavam este paiz, que amplamente a dotára: e então manifestô é que os bens que possuem o D. Prior e collegiada de Cedofeita, nunca podiam provir da corôa, nunca podiam proceder de doação regia dos reis d'este reino, porque muito antes de existirem, já aquelles bens pertenciam ao mesmo D. Prior e collegiada. Nem a esta demonstração obsta o documento de fl., de que o juiz recorrido erradamente inferiu essa doação regia, porque, examinado, elle prova o contrario. N'aquelle documento o que o snr. D. Affonso Henriques fez, foi coutar as terras que o abbade e monges de Cedofeita já possuiam, fixar os limites d'esse couto, e dar ao mesmo abbade e monges as pesqueiras que dentro d'esses limites estivessem: mas não lhes deu terras ou fóros alguns, que a mesma carta prova existirem já; pois a não exis-

tirem, não podiam ser coutadas. E' esta doação ou coutamento, e estas pesqueiras que foram depois confirmadas de rei a rei: em quanto a elle é que a collegiada de Cedofeita foi considerada donataria da corôa, e em relação a ellas é que pagou o quinto, o que até se mostra pela exiguidade d'elle; porque sendo o rendimento do priorado tão pingue como mostra o mappa a fl. 4, impossivel era que, a considerar-se doação da corôa pelo quinto respectivo, pagasse a insignificante quantia de 32\$720 reis, *ut* fl. 4.

E' por tanto evidente que a acção de fl. 2 não está provada, e por isso reformo a sentença de fl. 68, e julgando a acção improcedente e não provada, absolvo a fazenda nacional, condemnando o appellado nas custas.—Porto 12 de julho de 1850.—*Macedo*.

Sem me embrenhar na obscuridade da historia relativamente ao rei Theodomiro, e suas doações á igreja de Cedofeita—sem entrar na analyse das que a mesma igreja recebeu da liberalidade de nossos primeiros monarchas, e de qual é ou póde ser o seu alcance—eu concordo com a 1.^a doutissima tenção em julgar improcedente e não provada a acção de fl. 2, revogando para este fim a sentença appellada. Basta-me para isso attender a que se não allegára, nem provára, que o appellado fosse privado de alguma prestação que recebesse pelo thesouro—e que nenhuma se lhe deve pela extinctão dos dizimos, porque se proveu á sua congrua sustentação.

O resto da sua pretensão não está em harmonia com a legislação actual.

Porto 19 de julho de 1850. — *Seabra*.

Tambem concordo. Porto 26 de julho de 1850.
— *Silveira Pinto*.

N.º 3

Accordam da relação do Porto

Accordam em Relação etc. Que mal julgado foi pelo juiz recorrido na sentença appellada, a qual revogam em vista das provas dos autos, e direito applicavel. O author não allegou nem provou que pela nova legislação ácerca de foraes, dizimos, extincção de padroados particulares e mais alterações que por a mesma legislação se fizeram a respeito d'objectos analogos, elle fosse privado de alguma prestação que recebesse pelo thesouro publico — não provou que pela extincção dos dizimos, alguma indemnisação se lhe devesse, nem que os fóros, que se lhe pagavam antes do decreto de 13 de agosto de 1832, foram por elle extinctos, como provenientes da corôa; por estes motivos, e outras mais razões ponderadas na primeira tenção, ampliadas na segunda. com as quaes a terceira se conformou, é evidente que elle não provou os requisitos essenciaes, que nos termos do decreto de 30 de julho de 1832 lhe davam direito para pedir as indemnisações que fazem objecto d'este processo, e que sem essa prova elle não podia ser attendido na acção proposta. Por tanto, e o mais dos autos, julgando improcedente, e não provada a mesma acção, revogam a sentença appellada, e o condemnam nas custas. Porto, 26 de julho de 1850.
— *Silveira Pinto*, — *Seabra*. — *Macedo*.

Documento n.º 10

A proposito d'um projecto de lei sobre fóros e pensões, apresentado na camara electiva, em 1843, disseram diversos snrs. deputados, entre outras cousas, o seguinte:

N.º 1

O snr. Silva Cabral

.....

Todos sabem, que milhares de familias vivem de fóros, principalmente nas provincias do norte; todos sabem que estes constituem toda a sua propriedade: todos sabem que estes são ainda os rendimentos, que restam aos cabidos, conventos, collegiadas, camaras, e até muitas confrarias (apoiados numerosos), e que estes são os unicos restos que lhe ficaram da desmantelação geral, que veio fazer a má intelligencia *d'aquelle aliás providentissimo decreto* (decreto de 13 de agosto de 1832); e então uma de duas, ou nós queremos fazer mais victimas de indiscretas medidas legislativas, nós que todos os dias pedimos pão a favor d'estes desgraçados, a favor das freiras (apoiados numerosos) fazendo levantar em cada cathedral, em cada convento, em cada municipio, a bandeira de exterminio, e da fome, ou queremos apartar da nossa vista esse horrendo quadro dando-lhes meios, e então temos de lançar tributos que compensem essas espoliações, temos de esperar pela sua cobrança, temos, mas, snr. presidente, para que continuar?

Podemos nós sobre outras urgentes necessidades publicas augmentar mais esta ? Quem ha ali que tenha essa intelligencia, esse valor, essa ousadia ? (apoiados) . . .

N.º 2

O snr. Emilio Brandão

.

Os nobres deputados defensores do projecto não querem ouvir dizer que armam á popularidade. De que maneira se armará mais ás claras á popularidade, snr. presidente ? Eu não posso crêr, snr. presidente, que não seja para armar á popularidade, e que seja por convicção que a illustre commissão brade aos foreiros—não pagueis,—e aos senhorios—não justifiqueis o vosso direito.—Mas está-me parecendo que ainda eu me apresento mais verdadeiro amigo da agricultura. Eu que lhe fallo á linguagem da verdade, eu que a não engano, eu que não me atrevo a prometter-lhe cousas, que conscienciosamente não posso conceder-lhe. Melhor andariam os illustres deputados se aconselhassem os foreiros a serem gratos, a verem nos senhorios em lugar de verdugos, os seus bemfeitores. Que possuíam os foreiros os seus ascendentes antes de aforarem os seus predios aos senhorios? Nada, snr. presidente. E então aquelles que lhes estabeleceram seus patrimonios, e por um preço tão diminuto como todos sabem que o *canon* costuma de ser, que a maior e a principal parte do rendimento é do senhorio util comparado com o que recebe o senhorio directo, serão os seus verdugos ou os seus bemfeitores? Desejára, digo eu, que antes insi-

nuassem os fôreiros a serem gratos, porque a gratidão é a base da moral, e a moral da felicidade dos povos...

N.º 3

O snr. Albano

.....

Preparado pois por este modo, digo eu, snr. presidente, que se os fóros de que se trata de suspender as execuções pertencem á fazenda nacional, esta suspensão está providenciada; se pertencem a particulares, o objecto é assás grave, e parece-me que affecta o direito de propriedade; tenho por tanto, snr. presidente, de entrar sobre o objecto com outros fundamentos: ou esses fóros são um encargo injusto sobre a propriedade, ou não são; se não são encargo injusto, é claro que deve pagar quem deve aquillo a que por contracto está obrigado, isto parece-me que não tem replica, e se elles são um encargo injusto, então, snr. presidente, é diminutissimo n'este projecto todo o favor que se faz aos foreiros, isto é, oito mezes de suspensão é favor muito diminuto; e então diga-se francamente — não se pagam mais fóros, ficam abolidos todos os fóros; perca quem perder, a fazenda publica ou o particular, vá tudo com a fortuna..... fique pobre quem tinha que comer, fique rico quem tinha de que viver. Isto, snr. presidente, é serio; porque quem vive dos fóros escusa de ter bôca ou dentes para mastigar, não terá que comer, não é possível!... Snr. presidente, e quem os pagava não viveu por muito tempo com o rendimento dos proprios bens pagando os fóros?

.....Mas eu, snr. presidente, entendo que são offendidos mnitos interesses, e que, se aquelles que pagam fóros se entendem, ou se querem entender lesados pelo pagamento d'elles, tambem são cidadãos portuguezes, tambem teem direito á protecção aquelles que vivendo á sombra da lei, e tendo á sombra d'ella recebido esses mesmos fórcs, deixam agora de os receber. São todos cidadãos portuguezes. A minha intenção é não fazer, como já notei, ricos aquelles que já são remediados, para tornar pobrissimos outros que já estão reduzidos a circumstancias bem minguadas, talvez á ultima miseria.

N.º 4

O snr. Silva Cubral

.....
Snr. presidente, entretanto que o illustre deputado o snr. Simas, apresentava este argumento com que outro se havia de sahir o illustre deputado o snr. Pereira de Mello, esse terceiro illustre defensor do projecto? Com dizer que é verdade que reconhecia o principio de que aquelle que allegava um facto para fundamentar um direito, devia proval-o: mas que isto tinha um correctivo, e que este correctivo era, que desde logo que houvesse impossibilidade da parte dos foreiros, esta os desobrigava da prova, e que este era o caso presente, porque os foreiros estavam na impossibilidade de provar pela perda dos documentos, ou pelo facto da sua existencia na mão dos senhorios. Ora, snr. presidente, tambem é esta uma jurisprudencia no-

va, também é esta uma jurisprudencia que não existe em nação alguma, só se nós *mais adiantados que todos* a queremos estabelecer, só se nós, invertendo todos os principios da credibilidade juridica, quizermos agora estabelecer e determinar, que tudo que existe a respeito de jurisprudencia, conforme a razão, não exista, que se mude a razão, que se mude a natureza, pois regras ha d'aquellas que são fundadas na primeira razão natural (apoiados). Eu o demonstro, snr. presidente, porque não quero ficar sem demonstrar proposição alguma d'aquellas que eu estabelecer; porque, torno a dizer, é no campo do raciocinio que eu combato (apoiados numerosos). Snr. presidente, não póde haver mais que dous generos de posições a respeito dos litigantes — elles ou devem *ser authores ou não* — todos reconhecem que desde que o author vem a juizo, lhes incumbe a prova do facto sobre que pretende estabelecer o seu direito, é por isso que ninguém póde também deixar de reconhecer como regra certa de que o author deve vir preparado a juizo.

O réo por uma regra de igual justiça, pelos principios de natural defeza não devia nem deve ficar de peor condição, e d'ahi provieram os termos e dilações — que ainda variam conforme se tem ou não de juntar documentos — de serem estes existentes no reino ou fóra, e ainda de existirem, ou se haverem perdido; para todos estes casos, e ainda para o caso de existirem os documentos no poder do contrario, ou no de terceiro, ha providencias muito conhecidas, estabelecidas em direito. E' pois a ellas que os foreiros se devem recorrer; e nunca a uma negativa pura, que equivaleria ao trans-torno de todas as regras que o direito tem estabelecido

conforme os verdadeiros principios da credibilidade lógica para regular as provas. E havia o parlamento deixar passar uma lei, que assim fazia uma revolução na razão e na jurisprudencia? Havia deixar passar uma lei que levanta a simples negativa em prova para destruir direitos duradouros, ha seculos? ... (apoiados). Quanto mais, snr. presidente, n'este caso, no caso do decreto de 13 de agosto (sejamos francos para com os foreiros, para que elles saibam a lei porque devem regular-se) n'este caso (digo) nós sabemos que não póde haver desculpa da falta de documentos, *por que todos os bens da corôa, e n'ella incorporados por incorporação real ou verbal, devem constar dos livros chamados dos proprios da corôa, os quaes, como ninguém ignora, são cuidadosamente guardados no archivo publico ou torre do tombo, aonde muitos foreiros teem ido procurar as certidões de que carecem* (apoiados). Logo nem ha razão nem justiça, nem plausibilidade na objecção proposta..... Snr. presidente, quaes são os bens da corôa a que o decreto de 13 de agosto póde ser applicado? E' isto o que se devia estudar antes de aconselhar, foi isto que eu estudei por espaço de cinco annos durante os quaes não deixei de pôr os olhos da reflexão sobre essa jurisprudencia, folheando esses alfarrabios dos Pegas, de Portugal, Cabedo etc., alfarrabios lhe chamam, mas que comtudo são as verdadeiras fontes aonde se lê a explicação dos verdadeiros principios de direito sobre bens da corôa, n'aquelles escriptos, digo, se encontraria a verdadeira definição de bens da corôa — ahi se encontraria, que nem estes se deviam, ou devem confundir com os patrimoniaes do rei, nem com aquelles em que a corôa succede como prazos, bens vacantes

etc. — nem com aquelles em que é investida por meio d'execuções fiscaes. — A regra para conhecer os primeiros está visivelmente consignada na ord. liv. 2.º tit. 35.º §§. 22.º e 23.º, e na ord. liv. 2.º tit. 36. E além d'esta méta ou regra, não ha bens da corôa na significação do decreto de 13 de agosto, julgo conveniente lêr á camara duas notas do desembargador do paço Diogo Marchão Themudo, transcriptas por Pegas tit. 10.º á ord. cap. 4.º a n.º 16.º, e outra a n.º 19.

Eis-aqui a primeira:

«Os bens confiscados são bens d'el-rei, mas nem por isso são bens da coroa. Se el-rei os dá ficam livres de quem os recebe para fazer d'elles o que quizer—e assim as sesmarias, e outras semelhantes.—Salvo se quando el-rei os deu estavam escriptos no livro dos proprios—ou se na carta de mercê se fizer expressa menção—que foram incorporados no patrimonio real—ord. liv. 2.º tit. 35.º §. 22.º tit. 30.º e 36.º Nem obsta a ord. liv. 2.º tit. 26.º §. 13.º aonde diz que são direitos reaes os bens, em que os malfeitores são condemnados . . . porque é verdade que é direito real applicarem-se a el-rei, mas nem por isso se hão-de haver por bens da coroa para serem regulados pela lei mental, e pelas mais qualidades dos bens da coroa *quod nota*, porque muitos se enganam, cuidando que as confirmações—de rei—em fórmula commum—obram os effeitos que as confirmações—por successão.»

Eis-aqui a segunda:

«Ha uns bens da corôa sujeitos á disposição—da lei mental; outros são bens da corôa patrimoniaes do rei, que não são sujeitos á lei mental: os primeiros são aquelles que são bens da corôa por sua

natureza, como jurisdicções, direitos reaes, tributos, e aquelles que pela real ou verbal incorporação são bens da corôa e não do fisco, nem do principe patrimonias, como os bens vacantes — confiscados — e bens dos proprios, e todos os mais por qualquer maneira adquiridos á corôa, como capellas, morgados, prazos vacantes, que ainda que sejam da corôa — não são d'aquelles bens que estão sujeitos á lei mental.*

Concorda a declaração das côrtes de Elvas no anno de 1361, que refere frei Joaquim de Santa Rosa no Elucid. v. — Prividas — e o alvará de 3 de junho de 1656.

(*Diario do Governo* — n.º 95, a pag. 697 — n.º 97, a pag. 715 — n.º 98, a pag. 719 e 720 — n.º 117, a pag. 862, 863 e 864.)

Documento n.º 11

Carta de lei de 22 de junho de 1846

Art. 22.º §. 4.º Presume-se que os bens, sobre que estão impostos quaesquer fóros, censos ou pensões, actualmente não incorporados na fazenda nacional, provieram da corôa ou fazenda:

1.º Quando se mostrarem doados pelo rei, ou por algum membro da familia real.

4.º Quando esses fóros, censos ou pensões estiverem mencionados em foral, ou se mostrarem consignados em tombos, sentenças, emprazamentos, e composições fundadas em foraes ou doações regias.

5.º Quando se provar que d'esses bens se pagava o quinto, como de bens provenientes da corôa e não tão sómente por pertencerem a corporações de mão morta.

Documento n.º 12

N.º 1

Ill.^{mo} e exc.^{mo} snr. Alexandre Herculano.

Tendo-se movido n'esta cidade uma questão, que assenta principalmente n'um documento passalo por Afonso I á Collegiada de Cedofeita, o qual uns chamam doação, outros carta de couto, pretendendo outros que não seja uma, nem outra cousa, mas uma falsificação; e tendo sido apresentado em juizo aquelle documento como valioso, tomo a liberdade de me dirigir a v. exc.^a, como a pessoa mais competente para dar voto decisivo na questão, pedindo-lhe a graça de me dizer, pelo exame do documento que remetto por cópia, qual é o valor d'aquelle documento olhado á luz da diplomatica, e qual o seu character, ou significação juridicamente fallando.

V. exc.^a relevará que o distraia dos seus trabalhos agricolas para um campo, que tão gloriosamente cultivou, se attender a que este ponto interessa tambem a lavradores foreiros da Collegiada, aos quaes convem fixar por uma vez os seus direitos, e a todos tanto se-

nhorios como foreiros, verem-se livres do arbitrio de alguns juizes, que infelizmente não são muito conhecedores d'estes documentos.

De v. exc.^a humilde servo

Manoel Barbosa Leão.

Porto 4 de julho
de 1870.

N.º 2

Carta de couto do senhor rei D. Affonso Henriques

Ego Alfonsus Portugaliæ Rex, Simul cum Regina Uxore nostra Domna Mafalda donamus, et concedimus Ecclesiæ, seu Monasterio Cito factæ, et Abbati, et Canonicis ejusdem, et eorum Successoribus omnes hæreditates proximas ipsimet Ecclesiæ, quæ confinant cum hæreditatibus, et cum cauto Ecclesiæ Portugalensis, id est, per locum, qui vocatur de Monchique, per Germinaldum, et Monte cativis, et per Paramios, deinde sicut currit in Dorium per limites ejusdem Parreciæ Cito factæ usque in Dorium, et facimus ipsasmet hæreditates, et territorium cautum perpetuum perperpetua stabilitate firmissimum per suos terminos rellatos, et dictum Cautum confirmamus cum suis pescariis, et pertinentiis, ut eum, et eas jure perpetuo possideat ipsa Ecclesiæ Cito factæ in honorem Beactæ Mariæ Virginis et Beati Martini Episcopi Turensis, cujus SacroSanctæ Reliquiæ in præfacto Monasterio servantur, et in remedium animarum nostrarum, et

pro remissione peccatorum nostrorum. Nemo autem alienorum, et propinquorum nostrorum hanc Cartulam donationis infringere valeat. Siquis vero de propinquis meis, vel de alienis hanc Cartulam donationis. seu Cautum errumpere, auferre, seu infringere putaverit, iram Dei incurrat, et a Sacratissimo Corpore, et Sanguine Domini nostri Jesus Christi alienus fiat, et ut permaneat ævo perenni. et in sæcula sæculorum. Ego Alfonsus et Uxor nostra Regina literis mandavimus, et in memoriam presentium, et futurorum manibus nostris roboramus, et confirmamus eorum infra subscriptis testibus. Facta Charta apud Colimbriam, era milesima, centesima, octoginta Sexta. Ego Aldefonsus Rex Portugalie — Ego Mafalda Regina confirmo — J. Colimbræ Episcopus — P. Portugalensis Episcopus — T. Prior — Ferdinandus Datarius Regis Curie — Petrus Pelagius Curie Signifer — Velascus Sancius — Gondisalvus Rodericus — Alfonsus Menedius — Gondisalvus de Sousa — Ferdinandus testis — Petrus Alfonsus testis — Guilhelmus testis — Albertus Curie Regis Cancelarius.

N.º 3

Ill.^{mo} snr.

Pede-me v. s.^a a minha opinião acerca de um documento, de que me remette copia de copia — a carta de couto ao mosteiro, depois Collegiada, de Cedofeita. Ha annos que, examinando por ordem da Academia das Sciencias os archivos das corporações d'essa provincia, tive occasião de vêr o cartorio de Cedofeita, onde não achei, quanto a documentos antigos, (ou não se me

mostraram) senão copias modernas n'um livro que ali se guardava. Já se vê que nada podia ajuizar a respeito d'elles pelos caracteres a que os diplomaticos chamam intrinsecos, visto que não appareciam os originaes; mas pelos extrinsecos, isto é pelos que passam para as copias, pareceram-me todos ou quasi todos suspeitos. Tenho idéa de que as informações que n'esse tempo dei á Academia foram de tal ordem, que d'elles se não fez caso algum para haverem de entrar na collecção *Portugaliæ Monumenta Historica*, que então se começava a publicar.

Refiro-me a estes factos que passaram ha mais de 15 annos, porque n'essa epoca a apreciação que eu fazia da genuinidade ou falsidade de qualquer documento da nossa idade media era aceita com confiança pelos homens competentes. Ora, entre os taes documentos de Cedofeita, um dos primeiros e dos que mais me desagradaram foi justamente esta carta de couto, se me não enganam as minhas reminiscencias.

Hoje, n'esta vida rustica, sem tracto frequente com taes assumptos, rodeado de poucos livros e esses estranhos á materia, não sei o que poderá valer o meu voto. Creio que pouco. Entretanto, permitta-me v. s.^a que diga que me causa pasmo que por um papel sem authenticidade, e aliás tão incongruente com as formulas de chancellaria da epoca em que se figura redigido, se possesse fazer obra em qualquer tribunal.

De certo, se, como supponho, esta carta de couto é forjada (não é a unica que eu conheço: as corporações ecclesiasticas não eram escrupulosas em taes materias) o falsario não era um individuo inteiramente inepto. Tinha visto mais de uma carta de conto. e mais de um

diploma regio de Affonso I. O que não tinha era visto sufficiente numero d'esses monumentos para fazer obra perfeita e limpa. E' a impressão que me fez o papel que v. s.^a me remetteu.

1.^o Duvido de que appareça outro documento de Affonso I em que se leia *cum regina uxore nostra D. Mafalda* em vez de *una cum uxore mea regina* etc.

2.^o São para mim de grande novidade, no estilo de notario d'aquelle tempo. *hereditates proximas ipsimet ecclesie quæ confinant* etc. *per limites ejusdem parreciæ* etc.

3.^o Se este documento fosse verdadeiro, a questão dos limites do couto da Sé do Porto estava acabada. E' notavel que João Pedro Ribeiro, que tanto forcejou por destruir os factos que resultam da Inquirição de 1348 sobre as usurpações dos bispos do Porto, estendendo astuciosamente os limites do couto episcopal até Miragaia (veja-se a nota 2 a p. 46 do t. 3 da minha Hist. de Portugal 2.^a edição) não aproveitasse uma prova tão peremptoria de que o conto da Sé lindava com o de Cedofeita; elle que forçosamente conhecia bem o archivo da Collegiada, cujo visinho foi, até, por muitos annos. E' que provavelmente sabia bem o que valia a tal carta de conto de Cedofeita.

4.^o Onde a mão do falsario se descobre melhor em relação ás formulas é na phrase *facimus ipsasmet hereditates et territorium cautum perpetuum*. Este latim é a traducção litteral da phrase, que seria vulgar em portuguez do seculo XVI para cá *faço couto os sobreditos predios e territorio*: mas a formula do seculo XII seria *facimus tibi cautum de* (ou *in*, posto que mais raro) *supradicto loco*, ou *cautamus tibi su-*

pradictum locum ou *hereditatem*. Teria curiosidade de vêr um exemplo do contrario em carta de couto authentica dos seculos XI, XII e XIII.

5.º Digo o mesmo de *terminos relatos*. Um notario do seculo XII diria: *ipsos terminos, dictos terminos, supradictos terminos*. O que elle nunca escreveria é: *terminos relatos* traducção da expressão moderna *os referidos termos*.

6.º Pelo contrario, alludindo á fabula de estarem os restos de S. Martinho Turonensi em Cedofeita (fabula que supponho de invenção mais moderna) um notario do tempo de Affonso I, se a petã vogasse já n'esse tempo, escreveria *turonensis* e não *turensis* porque era mais facil saber o nome latino-barbaro *Turonium* do que o vulgar francez *Tours* de que se fez o barbarismo *turensis* n'este papel.

7.º Para não cansar. Estão mostrando o redactor moderno as palavras *alieni* por *stranei*, *putaverit* por *tentaverit*, *uxor nostra* (repetido) por *uxor mea*, *litteris mandavimus* (d'estas elegancias latinas não sabiam os notarios do seculo XII) por *scribere jussimus* etc.

8.º Finalmente *Datarius Regis Curia* é um cargo palatino cuja existencia nunca chegou ao meu conhecimento.

São as observações que me occorrem ao correr da penna e que me parece abonarem pouco um documento que, aliás, como copia que supponho não authentica, mal poderia servir em juizo como prova contra ou a favor do direito de alguém.

No Censual da Sé do Porto (chartulario que não só historicamente, mas tambem legalmente, tem mais

fé que o livreco modernissimo de Cedofeita) ha-de existir uma doação de Berengaria Aires ao bispo do Porto de varios padroados, jurisdicções etc. de um grande numero de igrejas do Minho, entre as quaes se enumera a de Cedofeita. Deve estar pelo meio do codice e é do principio do seculo 14. Este documento devia vêr-se. Quem sabe se Cedofeita era uma honra ou conto nobre, convertido depois em conto ecclesiastico? ¹

Eis o pouco que das cercanias de uma aldeia a mais de 16 leguas de Lisboa, sem tempo, nem paciencia, nem livros, nem notas indispensaveis para tratar devidamente o assumpto, lhe pode dizer acerca d'elle quem tem a honra de se confessar

De v. s.^a

v.^{or} e c.

Q. de Val-de Lobos
18 de julho de 1870.

A. Herculano.

¹ Revendo o Censual da Sé do Porto, effectivamente encontramos a pag. 101 v. a doação mencionada pelo exc.^{mo} sr. Alexandre Herculano. D'esta carta ou escriptura de Berengaria Aires, feita em 12 d'agosto de 1340, e intitulada = doações de muitos padroados e igrejas ao bispo do Porto D. Geraldo =, vê-se que esta senhora doara ao bispo todos os seus padroados, e todo o direito, toda a jurisdicção e toda a servidão que n'elles tinha; e mencionando-se as igrejas cujos padroados e jurisdicções ella doara, no arcebispado de Braga e bispados do Porto e Lamego, encontra-se, tomando um dos primeiros lugares, Cedofeita. Nenhumas outras circumstancias porém encontramos n'esta carta ou escriptura, que esclareçam esse padroado: nem em outras partes, a que recorremos, descobrimos elementos que certifiquem, tanto a existencia do padroado, como o direito a elle, que a esta senhora assistia até essa epoca, ou que depois usara o bispo do Porto.

Publicamos tambem uma allegação do advogado ex.^{mo} sr. Adriano Anthero de Sousa Pinto, que, em tempo, foi já publicada na «Revista dos Tribunaes» 9.^o anno, pag. 65 e seguintes. Essa allegação foi produzida n'uma acção, em que o Ministerio Publico, em nome do governo, pretendia que o Cabido e Collegiada de Cedofeita fossem julgados donatarios da corôa a respeito de certos bens ; e essa acção foi julgada improcedente, não só na primeira instancia, mas tambem nos tribunaes superiores.

«Minuta por parte da Real Collegiada de S. Martinho de Cedofeita, na acção ordinaria que lhe move a Fazenda Nacional.

Começamos por prestar o devido preito ao digno agente do Ministerio Publico pelo seu trabalho. As allegações da auctora são um diploma que, só de per si, constituem a honra de um magistrado ; mas, como não ha architecto que suspenda com a sua palavra a quêda de um edificio, tambem não ha delegado que salve com o seu talento a perda d'uma questão.

A primeira cousa a notar é que a acção vae redondamente nulla, por illegitimidade de pessoas.

A carta de lei de 8 de novembro de 1866 deu uma organização nova á Collegiada de Cedofeita, e por essa organização ficaram os seus bens e rendimentos repartidos entre o prior da collegiada, entre esta mesma col-

legiada e entre o bispo da diocese, que todos são portanto quinhoeiros nos bens da mesma collegiada. E de tal fórma que não se designou, desde logo, para cada uma d'essas entidades uma parte distincta, separada e individual dos rendimentos, mas, só depois d'elles collidos collectivamente, é que se ha-de fazer a divisão nos termos da referida lei.

Por isso a ré não póde dispôr, de per si, dos bens que constituem o patrimonio da collegiadá, nem póde portanto ser condemnada a largar esses bens, visto que ha mais quem governe n'elles, e d'ahi se conclue que tambem a ré, só de per si, é parte illegitima no processo. Vê-se isto expressamente do art. 193 do Codice Civil, que diz: *«Qualquer acção relativa á propriedade do pre-indiviso, ou que possa ter por effeito diminuir o valor dos quinhões, deve ser intentada contra os quinhoeiros»*.

A auctora quiz vêr se fugia d'esta nullidade, dizendo que o prior da collegiada é o representante d'ella, e que assim, citado elle, estava citado tudo o que tinha interesse na questão. Mas não é verdadeiro este argumento; primeiramente, porque o prior foi citado só como representante da collegiada e não na sua qualidade individual de prior; em segundo logar, porque deixou de ser citado o cardeal-bispo, que é tambem quinhoeiro nos bens e rendimentos da mesma collegiada.

E' por isso incontestavel a nullidade da acção por este fundamento.

Outra nullidade está na falta de intervenção do Ministerio Publico pelo lado da ré. Como se vê dos art.^{os} 92 e 53 da Novissima Reforma Judicial, o Ministerio Publico deve intervir em todas as questões das corpo-

rações a que o Estado deve protecção, e uma d'essas é o cabido ou collegiada de Cedofeita, nos termos do alvará de 19 de julho de 1790.

Ora esses artigos da Novissima Reforma Judiciaria não foram revogados peloCodigo do Processo, porque este não trata de fixar em parte nenhuma as attribuições do Ministerio Publico, segundo faz, por exemplo, com relação aos juizes ; e assim, não tendo sido revogados aquelles artigos da Novissima Reforma Judiciaria, vem a haver a nullidade insanavel de que falla o art. 130, n.º 3 do mesmo Codigo do Processo.

E não obsta que o Ministerio Publico figure como auctor na questão, porque podia e devia nomear-se, além d'esse, um Ministerio Publico especial ou *ad hoc* para intervir pela ré.

Independentemente d'estas nullidades, a accusação nunca podia proceder.

Começa a auctora por se fundar na supposta doação de D. Affonso Henriques, de fl. 7, e na confirmação dos reis D. Affonso II, D. Affonso III, D. Diniz, D. Affonso IV, D. Pedro I, D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João II, de fl. 8 e seguintes.

Começando pela doação de D. Affonso Henriques, é ella falsa e apocrypha. N'este sentido accumulam-se tantos argumentos que não podemos expôl-os senão mui resumidamente :

1.º Não apparecem os originaes de tal doação, e sem isso não póde saber-se que valor teem as cópias, relativamente a elles.

2.^o O estylo, as palavras e todas as mais circumstancias notadas nas cartas de Alexandre Herculano, de fl. 130, provam evidentemente essa falsidade. E essa carta foi escripta por um homem que teve nas letras patrias e nos estudos historicos o primeiro logar d'este seculo. A sua auctoridade constituia e deve constituir, n'estes assumptos, para a geração actual o cunho da infallibilidade opiniativa ; porque, se elle errou, ninguem está ainda no caso de lhe apontar o erro.

O Ministerio Publico diz que, segundo o proprio Alexandre Herculano declara, essa carta foi escripta de Valle de Lobos, a 16 leguas de Lisboa, sem tempo nem paciencia, nem livros, nem notas indispensaveis para tratar devidamente o assumpto. Mas o Ministerio Publico não attendeu a que essa modestia de um homem d'aquelle valor mais realça o seu juizo, e a que os argumentos por elle apresentados são de tal fôrma que fallam acima de todas as modestias.

Desde que, segundo para aquelle eminente historiador, a doação emprega palavras e falla de fórmulas e cargos que só existiram muito posteriormente a D. Afonso Henriques, é incontestavel que tal doação é apocrypha.

3.^o Tão falsa é a doação, que as confrontações assignadas n'aquelle documento não são exactas, porque, segundo os seus dizeres, todas as terras da linha divísoria para um lado deviam ser da egreja do Porto, e para outro lado da de Cedofeita ; quando isso não é exacto porque segundo se viu pelas testemunhas de fl. 154 e seguintes, ha grandes espaços de terrenos particulares entre uns e outros.

O Ministerio Publico responde que, por serem geraes

os limites, bem podia haver dentro d'elles terrenos de outros donos que não da Corôa. Mas, na doação, dão-se como da Corôa todos os bens que confinam com a linha ahí traçada para a egreja do Porto (*ecclesia Portugallensis*) ; e assim dão-se como bens da Corôa muitos que o não são. Isto é seguramente um indicio de falsidade.

4.º O modo de apresentar as confrontações confirma também essa falsidade, porque, na doação, depois da confrontação com o monte Captivo pelo norte, vem a de Paranhos (*Paramios*). Assim, para a doação ter verosimilhança, devia Paranhos ficar ou para este ou para oeste do monte Captivo ; e, pelo contrario, fica para além d'elle, no mesmo ponto do norte, como igualmente se viu pelas mencionadas testemunhas.

Além d'isso as terras de Germalde e Paranhos ficam fóra do limite dos bens de Cedofeita ; e, pelo que toca á primeira, já vimos que Paranhos fica ao norte do monte Captivo, que é o limite septentrional de taes bens. Entretanto, na doação, dão-se aquellas terras como confrontações.

O Ministerio Publico diz a isto que se não apuraram devidamente esses erros de confrontações ; mas basta lêr os depoimentos das mencionadas testemunhas, para se conhecer que tudo está apurado e bem apurado.

5.º A egreja e priorado de Cedofeita já existia antes de D. Affonso Henriques, com seus bens, como se vê dos documentos de fl. 135. E não póde duvidar-se da força d'esses documentos, porque os factos historicos provam-se pelo testemunho de historiadores fidedignos.

O Ministerio Publico responde que podia existir a

egreja e ser-lhe depois feita a doação dos bens questionados. Mas não attendeu a que no salvo-conducto dado pelos sarracenos, muito antes de D. Affonso Henriques, já se falla nos bens que a collegiada tinha ao pé do Porto, *circa vilam Portucale*, como se vê de fl. 36 v., e a que, já nos citados historiadores, se dão como existentes igualmente os bens e privilegios d'ella antes d'essa época de D. Affonso Henriques.

6.º Entre os limites designados n'aquella doação ha varios bens pertencentes a outros senhorios, como á Camara do Porto e á Misericordia, segundo se provou tambem pelas referidas testemunhas. E sendo certo que as doações regias comprehendiam sempre uma qualidade de bens, sem se intrometterem nenhuns outros estranhos, tambem aquelle facto faz presumir a falsidade da doação.

E este facto não se dá em relação a um terreno ou outro isoladamente, porque então poder-se-ia dizer que resultava do abuso dos emphyteutas que, pelo lapso de tempo, se constituíram em senhores. Dá-se em relação a vastas extensões, como, por exemplo, as dos terrenos foreiros á Misericordia e á Camara do Porto.

7.º A collegiada tem varios outros bens em varios outros sitios, como Villa do Conde, Gondomar, etc., a respeito dos quaes nunca ninguem se lembrou de fallar em qualquer doação regia. Por isso tambem os bens d'esta cidade podiam ser adquiridos, como foram, por igual origem, e não doados pela Corôa.

Tantos e tão fortes argumentos demonstram, sem

a minina hesitação, que a doação, de que se trata, é falsa. Supponhamos, porém, que o não é; e, n'esse caso, vejamos o que valeriam os seus termos.

Como se vê d'ella, traduzida em portuguez, diz-se ahi: «*Concedemos todas as herdades proximas da mesma egreja e fazemos d'ellas couto perpetuo.*» Eram pouco mais ou menos os dizeres geraes de qualquer coutamento, de fôrma que só por isto não se podia afirmar se se empregou as palavras *concedemos as herdades* para incluír essas herdades no privilegio do couto, ou se realmente ellas não eram ainda então da egreja de Cedofeita. Seja como fôr, o que está bem expresso é unicamente o couto, e o couto representava apenas um privilegio e não uma doação, como se vê do *Eluclatório*, de Viterbo, na palavra *Couto*.

E mesmo que a doação fosse verdadeira e que se não tratasse de um simples couto, os bens doados seriam dos propriamente chamados da Corôa?

A lei de 22 de junho de 1846, invocada pelo Ministerio Publico, falla nas doações dos *bens chamados da Corôa*. Mas, como se vê do *Reportorio de Foraes*, do snr. Ferrão, e da *Classificação dos Bens Nacionaes*, de Alberto Carlos de Menezes, que é um dos livros mais instructivos d'esta natureza, e como se confirma pelo proprio decreto de 13 de agosto de 1832, no artigo 3, nem todos os bens doados pelos reis eram dos chamados bens da Corôa.

Por isso é essencial determinar previamente quaes sejam os bens da Corôa, a que se refere a mesma lei.

A Ordenação, livro 2.º, titulo 35.º, §§ 32.º e 33.º, estabelece a regra para se saber quaes eram rigorosamente os bens da Corôa, e por ali se vê que era necessário para isso :—1.º que os bens fossem originarios e primitivamente da Corôa, adquiridos por direito proprio ou conquista ; 2.º quando não fossem originarios da Corôa, mas fossem herdados ou confiscados, que fossem incorporados no patrimonio d'el-rei, a saber : escriptos em livros proprios, ou que, na carta de doação se fizesse expressa menção de que foram incorporados na Corôa ; e, além d'isto, sendo confiscados, menção de que o foram ; 3.º quando proviessem por troca, que essa troca fosse já de taes bens da Corôa de que se fallou.

Com isto concordam as notas n.ºs 16 e 19 do desembargador Diogo Marchão Themudo, transcriptas por Pegas, titulo 10.º á Ordenação, capitulo 4.º ; Portugal. *De donat.*, capitulo 43.º ; alvará de 6 de dezembro de 1852 ; Lobão, *Direito Emphyteutico*, § 30.º, e *Morgados*, no appendice ao capitulo 8.º

Vem depois o decreto de 1832, que, distinguindo no artigo 3 os bens doados pelos nossos reis *em bens chamados da Corôa, bens da Fazenda Publica, etc.*, mostron bem que acceitava as regras da Ordenação, para distinguir os mesmos bens.

Desde 1832 até 1846 discutiu-se na imprensa e nos tribunaes o sentido rigoroso dos bens chamados da Corôa, e, em 1843, dizia na camara electiva o sr. Silva Cabral, a proposito do projecto de uma lei sobre fóros : « *Todos os bens da Corôa, e n'ella incorporados por incorporação real ou verbal, devem constar dos livros chamados dos proprios da Corôa, os quaes, como ninguem ignora, são cuidadosamente guardados no ar-*

chivo publico ou Torre do Tombo, onde muitos foreiros teem ido procurar as certidões de que carecem».

Ora, depois d'isto, é que apparece a lei de 1846, fallando outra vez em donatarios de bens da Corôa e applicando-lhe no artigo 20 a obrigação de encarte.

Já se vê que o sentido d'essa phrase é o da legislação anterior; e por isso os bens chamados rigorosamente da Corôa continuaram a ser os que estavam incorporados real ou verbalmente nos proprios d'ella, como o entende tambem o snr. Silva Ferrão, no seu *Commentario*. E para isso é que, segundo vimos, havia um livro onde todos elles estavam consignados.

Mas a respeito dos bens questionados não ha incorporação alguma, nem real nem verbal, nem qualquer consignação na referida doação de que elles fossem da Corôa. E já no tempo d'el-rei D. Manoel, em que se déram foraes a quasi todas as egrejas e se arrolaram os seus bens (como se vê da *Memoria*, de Franklin, impressa em 1816), nenhuns bens se arrolaram da egreja de Cedofeita, e nenhum foral se lhe deu.

Tudo isto prova evidentemente que os seus bens não eram, nem podem ser considerados como bens da Corôa.

Como se sabe e como se vê expressamente do decreto de 13 de agosto de 1832, artigo 3, os bens doados podiam ter origem diversa de bens da Corôa. Podiam até ser bens patrimoniaes, que os reis incluíssem nas doações; podiam ser bens da Fazenda Publica, bens destinados ao gôso geral, em summa, outras muitas qualidades.

Por isso não bastava haver uma doação, para que se lhe devesse applicar logo o artigo 20 da lei de 1846,

invocada pelo Ministerio Publico. Era preciso mostrar que essa doação foi de bens da Corôa.

E o Ministerio Publico mostrou alguma coisa d'isso ?

Leia-se o seu brilhantissimo trabalho, e vêr-se-ha que nem sequer tocou n'este ponto.

Por tudo isto, a doação de D. Affonso Henriques nenhum valor tem : — 1.º porque, segundo vimos, é falsa; 2.º porque, além d'isso, não se poderia affirmar se os bens de que falla eram dos taes chamados bens da Corôa.

Mas a falta de valor d'esse documento arrasta consigo as doações que confirmaram aquella, já porque se referem a ella e portanto não podem ter mais valor do que a referida. já porque são também simples cartas de couto ; e. finalmente, porque se não provou a sua veracidade, nem se mostrou que tratassem de bens da Corôa, como se deduz do que já dissemos.

N'uma d'ellas, a de D. Affonso II, como diz, na apreciação de fl. 125, um dos espiritos mais cultos e mais competentes n'estas materias e um dos homens mais honrados do seu tempo, o sur. Oliveira Marreca, só a phrase *e tudo façades cumprir como nos dictos papeis é conteudo* bastava para mostrar a falsidade, visto que, no seculo XIII, ainda se não escrevia em vulgar e nem se empregava o papel.

Aqui temos, pois, que os taes documentos que se diziam emanados dos nossos reis não provam que a ré seja donataria de bens chamados da Corôa.

Tenham porém esses documentos o valor que tiverem, são anteriores ao seculo XIV, e a ré declarou no

fim da contrariedade e declarã novamente que não reconhece a sua authenticidade.

N'estes termos, e pelo disposto no artigo 2:497 do Codigo Civil, já elles não podem ser tidos como authenticos sem o respectivo exame. E só isto era bastante para os pôr agora de parte.

O Ministerio Publico, n'este ponto, nada requereu e nada respondeu. E' de general prudente fugir do inimigo que se não pôde destruir, mas fica registado o reconhecimento implicito da sua fraqueza.

Pretende tambem a auctora que a ré seja considerada donataria de bens da Corôa, só pelo facto de que pediu em 1769 ao governo a confirmação e registo d'essas doações.

Effectivamente consta isso de fl. 28. Mas os antecessores da ré, que assim procederam, estavam no erro de que as doações eram verdadeiras ; e esse erro é que não pôde fazer com que a falsidade se converta na verdade.

Além d'isto, o abbade e conegos que então requereiram essa confirmação e registo eram méros usufructuarios dos bens do priorado e collegiada ; e, como taes, os seus erros ou mesmo qualquer confissão nunca podia prejudicar os successores, nem portanto os actuaes representantes da ré, como se vê do artigo 2:207 do Codigo Civil.

Argumenta ainda a auctora com o facto de os an-

tecessores da ré terem pago o quinto das pensões, fóros e direitos dominicaes que recebiam na freguezia de Cedofeita. Esse argumento, segundo se vê do artigo 22, § 4.º, n.º 5 da lei de 22 de junho de 1846, só teria valor se o quinto fosse pago pela ré como donataria da Corôa, e não como corporação de mão-morta; pois é certo que tal imposto podia ser pago pelo facto de os bens pertencerem a corporação de mão-morta ou como imposto regio lançado sobre as doações da Corôa, e ainda extraordinariamente por outros fundamentos.

Vê-se isto do decreto de 19 de novembro de 1652, decretos de 20 de maio e 2 de agosto de 1664, 29 de outubro de 1665, 24 de outubro de 1796, provisão de 26 de novembro de 1796, provisão de 20 de março de 1797, decreto de 7 de junho de 1809 e da citada lei de 22 de junho de 1846, artigo 2, § 4.º, n.º 5.

Ora, sendo a ré uma corporação de mão-morta, ainda que ella tivesse pago aquelle quinto, a presumpção legal é que o pagava n'essa qualidade. E porque se não demonstrou o contrario claro está que nada vale o argumento da auctora.

Mas o que é mais, não se provou sequer, nem consta do processo, que a ré chegasse a pagar algum quinto. Da certidão de fl. 25 consta apenas que foi collectada n'esse pagamento em 1830, mas não consta se o pagou ou se foi ouvida para essa collecta, nem os lançamentos d'esse anno revolucionario, em que as franquias leaes foram varridas, ou pelo despotismo ou pela revolução, póde servir de argumento para cousa nenhuma.

Além d'isto, esse quinto em que os antecessores da ré foram collectados importava para a collegiada em

7\$766¹/₂ réis e para o D. Prior em 32\$730 réis; e com certeza essas quantias não são a quinta parte dos rendimentos dos bens que a auctora pretende que sejam doação da Corôa.

Mas supponhamos ainda que effectivamente o quinto era pago de bens da Corôa. Segue-se que os antecessores da ré estavam na falsa persuasão de que era verdadeira a doação de D. Affonso Henriques; e, como já dissemos, por um lado, desfeito o erro, desapparecem as suas consequencias, e por outro lado a falsa persuasão dos usufructuarios dos bens da ré não prejudicam os direitos d'esta. E um d'estes direitos é sem duvida o de não ser obrigada a consentir uma doação falsa.

Argumenta mais a auctora com o facto de, em 1835, o prior que então era da collegiada vir a juizo confessar-se donatario da Corôa.

Effectivamente, n'essa data, não se prestando os foreiros da ré a pagar-lhe os fóros e mais direitos dominicaes, o D. Prior, para não morrer de fome, resolveu-se a submeter os documentos que tinha á apreciação dos tribunaes, para vêr se era ou não donatario da Corôa, para no caso affirmativo pedir indemnisação n'essa qualidade.

Sabem todos que, n'essa época, fermentavam ainda com todo o calor os odios politicos. A estrada ensanguentada da revolução não estava ainda limpa de rancores fraticidas, e as corporações religiosas tiveram o mais largo quinhão na vindicta liberal.

N'essas circumstancias, em que os foreiros toma-

ram a liberdade como pretexto, para não pagarem o que deviam, pouco admirava que o D. Prior recorresse a esse expediente, para vêr se não ficava expoliado.

Os tribunaes, porém, não fizeram obra pelo que disse o D. Prior, porque julgaram que elle não era donatario da Corôa; e assim o argumento do Ministerio Publico perde totalmente de valor.

Ainda a auctora argumenta com varias sentenças em que a ré tem sido julgada donataria da Corôa. As questões resolvem-se pelas leis: *legibus non exemplis judicandum*; mas, se fôr mister recorrer a exemplos, é certo que a ré tem também a seu favor varios accordãos dos tribunaes superiores passados em julgado, e um d'elles logo depois da lei de 22 de junho de 1846.

Um d'esses julgamentos consta da certidão junta sob o n.º 1; e, entre os mais que existem, um d'elles decidiu até, como já dissemos, que a ré não era obrigada ao encarte questionado.

Argumenta o Ministerio Publico também com o facto de que alguns foreiros de terrenos de Cedofeita obtiveram a remissão dos seus fôros, permittida pela lei de 22 de junho de 1846.

Mas, como se deduz dos documentos de fl. 9, o D. Prior ou a collegiada não souberam nem foram ouvidos para essa remissão.

Foi portanto um acto illegal e subrepticio, feito ás

occultas dos interessados ; e já se vê que, em taes circumstancias, não serve de argumento.

E, quando mesmo o não fosse, já dissemos e repetimos que um acto qualquer dos antecessores da ré, que eram apenas simples usufructuarios, não prejudicava os direitos d'esta.

Nenhum, pois, dos argumentos da auctora prova que a ré seja donataria da Corôa. E, não sendo donataria da Corôa, não tinha obrigação de encartar-se, como a auctora pretende.

E que effectivamente o não é, é nunca foi considerada como tal, vê-se tambem do citado livro *Classificação dos Bens Nacionaes* que, trazendo, a fl. 319 e seguintes, a relação das corporações ecclesiasticas donatarias da Corôa, não menciona a ré, como se vê da certidão junta sob o n.º 2.

Supponhamos, porém, um momento que a ré era donataria da Corôa ; nem assim era responsavel pela falta de encarte, porque, no espaço de tempo que mediou entre o decreto de 13 de agosto de 1832 e lei de 22 de junho de 1846 e ainda nos annos decorridos até 1849, sempre os tribunaes haviam julgado que a ré não era donataria da Corôa. Assim bem podia ella ter-se inculcado como donataria da Corôa e pedir o encarte que, tendo os tribunaes julgado que o não era, havia força

maior que impedia a pretensão da mesma ré. Ora a força maior isenta de toda a responsabilidade.

Além d'isto, a lei de 16 de junho de 1848, extinguindo varias collegiadas, deixou subsistente a de Cedofeita; e nem ella podia ser extinta, porque estava comprehendida nas excepções d'esse decreto. E d'ahi se conclue tambem que, se a ré devesse ser extinta, por falta de encarte, ficava subsistindo pela força d'esse mesmo decreto com os seus bens e regalias.

E não é só do decreto de 16 de junho de 1848 que se tira esta illação. Acontece a mesma cousa com a carta regia de 9 de novembro de 1866, transcripta a fl. 140, que organisou definitivamente a collegiada e garantiu os seus bens e privilegios e que por isso equivale a um verdadeiro encarte, e com o decreto de 1 de dezembro de 1869, que, tratando de regular o modo como se haviam de ir extinguindo as collegiadas que existiam legalmente, dá no seu relatorio como tal a de Cedofeita.

A sonhada falta de encarte carece, portanto, de toda a importancia. Mas accresce ainda que, embora tivesse existido similhante falta, a auctora não podia allegal-a, por lhe obstar a prescripção.

Effectivamente a ré, por si e passados e desde o principio da sua instituição, tem sempre possuido os seus bens, inclusivamente aquelles que a auctora quer

vêr incluídos na supposta doação de D. Affonso Henriques ; e os possui, portanto, ha mais de trinta annos, depois d'aquella lei de 22 de junho de 1846.

E essa posse, pelo menos desde 1846, tem sido na boa fé de que não era donataria da Corôa, porque, além de já se ter descoberto então a falsidade da referida doação, varios accordãos julgaram logo que a ré não era effectivamente donataria da Corôa.

O proprio governo auctorisou essa boa fé, já porque não fallou nunca até hoje no referido encarte, e já porque nos citados decretos de 1848, 1866 e 1869, considerou a ré como isenta d'essa obrigação ; e até despachou, depois de 1860, todos os actuaes conegos de Cedofeita e o D. Prior, reconhecendo igualmente com esse despacho a existencia juridica legal da ré.

Finalmente esse mesmo facto de o governo ter despachado depois de 1860 os actuaes conegos, e ter despachado em 1878 o prior, obsta igualmente á pretensão da auctora, porque o despacho para qualquer logar vitalicio estabelece um contracto entre o governo e o despachado ; e portanto não podia o mesmo governo tirar-lhe, depois, por esta acção, esses rendimentos que lhe deu.

Temos demonstrado juridicamente a improcedencia dos fundamentos da acção.

Não terminaremos sem recordar uma circumstancia, já ponderada na contestação.

Se a acção fosse julgada procedente, o D. Prior, os conegos da collegiada e todos os mais empregados que foram despachados, na santa convicção que o eram por um governo sério, ficariam sem cousa nenhuma. O apagnio da fome e a triste garantia da miseria, contra os sagrados direitos dos contractos, porque os seus despachos equivalem a verdadeiros contractos com o Estado, não podia effectivamente recahir em mais illustres victimas.

Em troca de uma migalha para o Estado, repartia-se, ás mãos largas, a crueldade, o desprestigio do culto e dos seus sacerdotes e a deslealdade dos governantes. Era tristissimo fructo para uma sentença !

Por todos os motivos, pois, esperamos a improcedencia da acção.

Adriano Anthero de Souza Pinto.

SENTENÇAS — DIREITO CIVIL

Doutrina que dimana d'esta sentença. — A collegiada de Cedofeita não é donataria da Corôa

Porto. — Acção Ordinaria. — Auctora, a Fazenda Nacional, representada pelo delegado do Procurador Regio na 3.^a vara. — Réu, o reverendo abbade D. Antonio Maria Corrêa de Bastos Pina, na qualidade de D. Prior da Real Collegiada de S. Martinho de Cedofeita.

A Fazenda Nacional, representada pelo delegado do Procurador Regio n'esta vara, demanda pela pre-

sente acção, deduzida na petição de fl. 2, o reverendo abbade D. Antonio Maria Corrêa de Bastos Pina, na qualidade de D. Prior da Real Collegiada de S. Martinho de Cedofeita, d'esta cidade, para os fins declarados na conclusão da petição inicial de fl. 2:

1.º Ser reconhecido e julgado donatario da Corôa, de todos os bens, fóros, pensões, laudemios e outros quaesquer direitos dominicaes, comprehendidos na doação que el-rei D. Affonso Henriques, com sua mulher a rainha D. Mafalda, fez pela carta regia constante do documento n.º 1, a fl. 6, á egreja ou mosteiro de Cedofeita, seu abbade e conegos, de todas as herdades proximas á mesma egreja, a confinar com as herdades e conto da egreja do Porto e por Monchique, Germalde e Monte Captivo e por Paranhos, d'ahi assim como corre para o rio Douro pelos limites da mesma parochia de Cedofeita até ao Douro, contando juntamente as mesmas herdades e territorios, doação que assim constituiu conto perpetuo, firmissimo. com perpetua estabilidade, e que foi confirmada pelos successores do rei doador D. Affonso III, D. Diniz, D. Affonso IV, D. Pedro I, D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II, como se mostra do mesmo documento ;

2.º Ser condemnado a abrir mão para a Fazenda, auctora, de todos esses direitos dominicaes comprehendidos na doação, pelo fundamento de nunca se ter encartado, ou os seus antecessores, antes, ou depois da lei de 22 de junho de 1846, na administração dos bens de que é donatario e haver por isso incorrido na comminação do art. 20 da mesma lei.

Allega differentes factos para demonstrar que o réu é donatário da Corôa e assim tem sido reconhecido,

taes como o de terem os seus antecessores mandado entregar na secretaria da Junta das Confirmações Geraes, por effeito da lei de 6 de maio de 1769, os titulos das referidas doações regias para serem confirmadas e havêl-as feito registrar na respectiva repartição da contadoria d'esta cidade, reconhecida a mesma qualidade quando solicitaram a provisão regia de 6 de setembro de 1799. constante do documento de fl. 32, que é conforme á outra de 26 de outubro de 1807, d'onde tambem consta igual reconhecimento; de haver sido collectado no quinto dos fóros, pensões e direitos dominicaes que recebia nas freguezias de Cedofeita e Massarellos, expressamente por ser donatario da Corôa; de ter o antecessor do réu. D. Francisco Corrêa de Lacerda, confessado em juizo, em 1835, essa qualidade de donatario da Corôa, produzindo os mencionados titulos da doação e confirmações, em respeito aos dominios directos, que possuia como D. Prior ou Abbade da egreja da Real Collegiada de Cedofeita; e finalmente de ter sido julgada e reconhecida, tanto pelos tribunaes judiciais, como pelo Thesouro Publico, essa qualidade de donatario da Corôa aos antecessores do réu ou á sua egreja com relação á generalidade dos territorios constantes da referida doação de D. Affonso Henriques tendo até muitos foreiros obtido na melhor boa fé remissões em conformidade com as disposições da citada lei de 1846.

Com a petição foram juntos os documentos que decorrem de fl. 6 a 90 v. Citado o D. Prior da Collegiada. fez-se representar pela procuração a fl. 116, e veio declarar, pela petição de fl. 115, que não contestava a acção por ser parte illegitima para ella, por isso que não elle D. Prior e Parocho de Cedofeita, a quem ou-

tr'ora pertenciam os bens de que se trata, mas a Collegiada, que está na posse e administração d'esses bens por effeito da carta regia de 8 de novembro de 1866, e provisão do Eminentissimo Prelado da diocese, de 12 de outubro de 1877.

Mas os conegos da Collegiada, signatarios da procuração a fl. 144, vieram a juizo com a contestação a fl. 118 allegar a sua competencia para contestar e defender a acção, visto que são os unicos beneficiados da Collegiada, que é uma corporação ou pessoa moral com plena existencia juridica, que, nos termos d'aquella carta regia de 8 de novembro de 1866, se compõe do parocho da freguezia, com o titulo de D. Prior, e de oito beneficiados. dos quaes actualmente só existem elles quatro, por terem fallecido os outros e não terem sido substituidos, e visto que o D. Prior, tendo sido citado para a acção, a não quiz contestar.

Allegam em respeito á materia da acção o seguinte :

Que é falsa e apocrypha a supposta doação de D. Affonso Henriques, como se reconheceu na Torre do Tombo e fez vêr o insigne historiador portuguez o sr. Alexandre Herculano, segundo mostram os documentos que apresentam, o que tambem dão a conhecer as confrontações assignadas aos terrenos na supposta carta regia, que comprehendem grande porção de terrenos particulares, que não são do dominio da Collegiada, nem da egreja do Porto, como são os que medeiam entre o Hospital da Misericordia inclusivamente e o da Bica e um outro mais pequeno para o lado da Lapa, e não se comprehende como confrontando os bens com o Monte Captivo se designe em seguida a confrontação com Paramos ou Paramios, que não fica ao noroéste ou

a éste d'este Monte, mas além e seguindo para o nascente, e porque sendo certo que as terras de Monchique e Monte Captivo ficam dentro da demarcação e que as de Paranhos ficam fóra d'ella, não se comprehende tambem como na doação se designassem umas e outras para confrontações dos bens doados.

Além d'isso, porque antes de D. Affonso Henriques, e da fundação da monarchia, já existia a Collegiada e egreja de Cedofeita com todos os seus bens, como se mostra por uma inscripção que na mesma egreja existe e por um salvo-conducto dado pelos sarracenos aos conegos para poderem celebrar os officios divinos e percorrer as suas terras, como affirmam, entre outros historiadores, Agostinho Rebello do Couto e Rodrigo da Cunha. Ainda porque entre os limites da supposta doação ha terras d'outros senhorios, como são o Cabido da Sé, a Misericordia do Porto e a Camara Municipal, emquanto que é certo que não houve doações régias senão de terrenos unidos, como affirmam João Pedro Ribeiro e outros historiadores, e finalmente porque possuindo a Collegiada e o Priorado varios prazos n'outros concelhos, como Maia, Villa do Conde, Gondomar, Villa Nova de Gaya, Villa da Feira e Oliveira d'Azemeis, que não adquiriu por doação regia, o que não se presume, e sendo de suppôr que esses fossem adquiridos pela mesma fórma por que o foram os de Cedofeita, é de concluir que estes não foram adquiridos por doação regia. Allegam, mais que, ainda quando fosse verdadeira a carta de doação, devia reputar-se, e assim é que foi reputada emquanto se suppoz verdadeira, como simples carta de couto, mas que, ainda quando assim se não reputasse, não se seguia que os bens de que se trata fos-

sem bens da Corôa, pois que bem podiam ser já da Collegiada, ou d'outra proveniencia, ou de natureza diversa das propriamente chamadas da Corôa, e não ter sido feita a doação senão para se confirmar a posse d'elles por occasião de se dar carta de couto á egreja de Cedofeita, tanto mais que os reis muitas vezes doavam com bens seus outros que o não eram, ou nas cartas de couto fallavam de bens que não eram da Corôa ;

Que se o abbade e conegos anteriores dos contes-tantes, que eram méros usufructuarios dos bens do Priorado e da Collegiada, apresentaram á Junta das Confirmações Geraes, para o fim da lei de 6 de maio de 1769, os titulos da supposta doação e suas confirmações, foi na supposição de que eram verdadeiras, mas, reconhecido o seu erro, não pôde este prejudicar os seus successores, como pela mesma razão os não pôde prejudicar o facto de se terem aquelles reconhecido donatarios da Corôa e haverem implorado e obtido as resoluções regias de 6 de setembro de 1779 e 26 d'outubro de 1807, a que a acção allude ;

Que o quinto com que por parte da Fazenda tambem se argumenta era pago por serem os bens de corporação de mão-morta e não por serem de doação regia, e tanto que eram muito diminutas as quantias em que se collectavam a Collegiada e Priorado e consideravelmente inferiores á quinta parte do seu rendimento, e que, quando assim não fosse, nada importava essa circumstancia desde que se reconheceu a falsidade da carta de doação, e do mesmo modo o facto de haver o D. Prior vindo a juizo declarar-se donatario da Corôa em 1835, porque foi a isso levado pela necessidade de pedir indemnisações por terem os foreiros deixado de pagar

os fóros e mais direitos dominicaes, em consequencia das revoluções politicas por que passou o paiz e da lei de 1832. e em todo o caso os tribunaes não reconheceram essa qualidade, e antes decidiram o contrario, e os julgados invocados pela Fazenda não foram proferidos contra a Collegiada, e não foram sempre uniformes, porque alguns houve que decidiram que o D. Prior não era donatario da Corôa :

Que as remissões que alguns foreiros obtiveram foram obtidas sobrepticamente e sem audiencia do D. Prior, que não recebeu o seu producto, de que se não sabe o destino ;

Que a Collegiada não póde ser responsavel pela falta de encarte, porque no tempo que medeou entre o decreto de 13 d'agosto de 1832 e a lei de 22 de junho de 1846, e ainda depois até 1849, sempre os tribunaes julgaram que não era donatario da Corôa, e pela lei de 16 de junho de 1848, que extinguiu varias Collegiadas, ficou subsistindo esta, que estava comprehendida nas excepções da extincção, e a sua existencia legal foi reconhecida pela carta regia de 8 de novembro de 1866, que a organison definitivamente e lhe garantiu os seus bens e privilegios pelo decreto de 1 de dezembro de 1869 ;

Finalmente invoca a prescripção pela posse de todos os bens incluídos, que se pretende considerar comprehendidos na supposta doação, posse de trinta annos, exercida por si e seus antecessores, publica e pacificamente e em boa fé, que tambem se dá emquanto á falta d'encarte, desde a lei de 22 de junho de 1846, porque além de se não fallar n'elle nas referidas leis de 1848 e 1866, e decreto de 1869, o governo tem mos-

trado que considerava a Collegiada d'elle isenta, pela nomeação dos actuaes conegos já depois de 1860, e do D. Prior em 1878, os quaes todos vivendo dos fóros e pensões, a que respeita a acção, ficariam reduzidos á miseria, se d'elles fossem privados.

Por tudo concluem pela improcedencia da acção.

Juntaram tambem documentos e a Fazenda Nacional replicou por negação.

Foram inquiridas as testemunhas produzidas pela Collegiada e seguiram-se as allegações finaes por uma e outra parte, e como por parte d'aquella se juntassem novos documentos, sobre elles foi de novo ouvido o representante da auctora e por ultimo se mandou ainda dar vista do processo ao advogado constituido pelo D. Prior, que insistiu em não se considerar parte legitima na causa, declarando comtudo que não duvidava perfilhar a allegação por parte da Collegiada.

N'esta allegação arguiu-se nullidade do processo por falta de citação do eminentissimo Cardeal-Bispo d'esta diocese do Porto, que é quinhoeiro nos bens de que se trata por virtude da já citada carta regia de 8 de novembro de 1866, e pela falta de assistencia do Ministerio Publico á ré, para o que devia ter-se nomeado agente especial.

Primeiro que tudo cumpre conhecer da legitimidade das partes, como prescreve o art. 281 do Cod. do Proc. Civ. Não se me offerece duvida sobre a da auctora, que se acha legitimamente representada nos termos do art. 10 do mesmo Codigo, e não se me offerece tambem duvida sobre a dos réus, quer o D. Prior, primitivamente chamado como representante da Collegiada de Cedofeita, quer dos conegos que vieram assis-

tir á acção contestando-a e seguindo os seus termos, porquanto aquelle, sendo o seu presidente pela organização que á mesma Collegiada foi dada pela alludida carta regia de 8 de novembro de 1866, é pessoa legitima para a representar em juizo, nos termos do art. 11 d'aquelle Codigo, e os conegos, sem duvida interessados na acção pelo seu objecto, teem direito para legitimamente intervir n'ella como assistentes, offerecendo articulados e seguindo os mais termos, por virtude do disposto nos artigos 329 e 330 do mesmo Codigo.

Não attendo e julgo improcedente a arguição de nullidade do processo por falta de citação do Eminen-tissimo Cardeal-Bispo da diocese e falta de assistencia á Collegiada ré de agente especial do Ministerio Publico, a primeira, porque comquanto seja certo que pelo art. 7 da mencionada carta regia de 8 de novembro de 1866, constante do documento de fl. 139 v., que organisou a Collegiada e regulou a distribuição dos seus rendimentos liquidos das despesas obrigatorias, pela fabrica e pessoal da Collegiada, applicou para o seminario da diocese o excedente ás quotas designadas, quando o houvesse, comtudo só n'este caso de haver excedente é que o seminario é comparte e quinhoeiro n'esses rendimentos, e portanto n'essa hypothese é que teria interesse na causa e seria para ella pessoa legitima; mas como não se allegou nem provou que effectivamente ha excedente applicavel ao seminario, não se verifica aquella hypothese que tornasse indispensavel a citação do representante do seminario, e não se dá por consequencia a falta arguida. E a segunda, porque nenhuma lei vigente exige a assistencia do Ministerio Publico a corporações da natureza da Collegiada ré.

Não o exige o Código do Processo, nem alguma outra lei especial, e o preceito do art. 53, n.º 11 da Nov. Ref. Jud., referido aos agentes do Ministerio Publico em primeira instancia pelo art. 92, respeitando não á organização judicial, ou á do Ministerio Publico, mas ao processo, não obstante a parte em que está collocado, está evidentemente revogado pela lei de 8 de novembro de 1876, que revogou toda a legislação anterior sobre processo civil, quer geral, quer especial, e por consequencia aquella, como se reconheceu no accordo do Supremo Tribunal de Justiça de 26 de novembro de 1886, mas, além d'isso, porque a Collegiada não é alguma d'aquellas pessoas a que pelo alvará de 19 de julho de 1790 era devida a protecção do Estado, a que se refere a citada disposição da Nova Reforma Judiciaria, protecção que aqui mal se comprehende e nenhum cabimento tinha, quando é o proprio Estado que demanda a ré para lhe entregar os bens que possue.

Resolvidas estas questões e entrando no julgamento da acção, cumpre, por força do disposto no art. 281, § 2.º do Cod. do Proc., conhecer em primeiro logar da excepção de prescripção pela posse de trinta annos, invoca-la pela ré, por isso que tendo o art. 20 da lei de 22 de junho de 1846 fixado o praso de dois annos desde a sua publicação para o encarte dos donatarios que a elle eram obrigados e pagamento dos respectivos direitos, se do termo d'esse praso podia começar a correr a prescripção, como se reconhece no art. 37.º da contestação, e desde então ainda não decorreu o espaço de tempo prévio para estabelecer a prescripção.

Pelo direito vigente ao tempo em que a prescripção

devia começar, o termo d'aquelle praso de dois annos dado para o encarte (13 de julho de 1848), dois annos depois da data da publicação da lei de 1846, que foi 13 de julho d'esse anno, não podia dar-se prescripção contra a Fazenda Nacional, como é sabido, senão pelo lapso de quarenta annos, tempo este que ainda não era decorrido quando foi feita a citação ao representante da ré (27 de novembro de 1886), e comquanto pelo Código Civil, art. 529, fosse o praso para a prescripção, independentemente de titulo e boa fé, reduzido a trinta annos contra quem quer que seja, não póde regular-se a prescripção invocada por esta disposição, porque desde a vigencia do Código até á citação do réu ainda não decorreu o novo praso de trinta annos e faltando para o complemento da prescripção pelo direito vigente no seu começo do que o exigido pelo Código, pois faltavam para os quarenta annos vinte annos, tres mezes vinte e um dias, contados desde o termo do praso para o encarte (13 de julho de 1848) até á vigencia do Código Civil (22 de março de 1868), emquanto que por este Código são exigidos trinta annos, tem de regular-se a prescripção pelo direito anterior em harmonia com as regras prescriptas no art. 566 do mesmo Código e não póde dar-se a prescripção estabelecida no art. 528 pela posse de quinze annos, porque lhe obsta a falta de titulo, que não obrigasse encarte, que a Collegiada não mostra, e de boa fé em que a ré não podia presumir-se pelo menos durante o tempo em que se não suspeitava da allegada falsidade da carta regia de doação.

Para a procedencia da acção é necessario que se prove por modo claro e concludente que a Collegiada ré é donataria da Corôa dos bens e direitos dominicaes

a que respeita a mesina acção, para que n'essa qualidade se considere obrigada ao encarte no praso estabelecido na lei de 1846 e incursa na pena comminada no artigo 20 por essa falta.

E estará provado nos autos que a ré é donataria regia d'esses bens e direitos dominicaes, por fórma a não deixar duvida e a estabelecer certeza juridica de modo que pela falta de encarte deva ser despojada d'esses bens, que tem possuido e possue, para serem incorporados na Fazenda Nacional, como bens que provieram da Corôa ? Entendo que não.

Invoca a Fazenda Nacional para o demonstrar a carta regia constante do documento de fl. 6, de doação feita por D. Affonso Henriques e das mais d'outros reis já referidos em confirmação d'aquella :

O reconhecimento d'essa qualidade pelos antecessores do D. Prior e conegos da Collegiada pelos factos de haverem apresentado na Junta de Confirmações Geraes essas cartas regias e de as terem apresentado para serem registadas na Repartição da Contadoria d'esta cidade, de terem solicitado a resolução regia de 6 de setembro de 1879 e a provisão regia de 26 de outubro de 1807, e de ter o D. Prior, D. Francisco de Lacerda, confessado judicialmente essa qualidade, produzindo até as mesmas cartas regias para a comprovar ;

O pagamento do quinto dos fóros, pensões e mais direitos dominicaes, que percebiam como donatarios da Corôa ;

Os casos julgados nos tribunaes judiciais e do Theouro Publico ;

Finalmente algumas remissões por virtude da lei

de 22 de junho de 1846, o que tudo comprova pelos documentos que juntou.

No emtanto nem d'esses documentos, nem dos factos de que dão conta, resulta prova juridica para a procedencia da acção.

A carta regia de D. Affonso Henriques oppõe-se á disposição do art. 2:497 do Cod. Civ., porque sendo anterior ao seculo xvi e sendo, como é, contestada a sua authenticidade, não póde ser recebida como meio de prova sem prévio exame diplomatico na Torre do Tombo, que demonstre a sua authenticidade. Este exame não se requereu, não obstante a formal declaração feita pela ré, no final da sua contestação. E esta falta é tanto mais importante que não existe n'aquelle archivo o original documento da supposta doação, como prova o documento de fl. 125. nem se mostra que exista em parte alguma, o que mais faz suspeitar da sua authenticidade, e se essa circumstancia obsta a que se faça o exame no original, nem por isso se torna dispensavel e se póde ter por supprido para o fim da lei, pois que, além de poder fazer-se pelo traslado, cópia ou publica-fórma por onde podia ser apreciado o documento, não deixou em todo o caso de ficar nas condições de não poder ser acceite como prova, por virtude d'aquella disposição do Codigo Civil. que tem de respeitar-se.

Se esta razão é bastante para que o documento seja rejeitado, muito menos póde por elle julgar-se quando tantos motivos de suspeita se levantam contra a sua authenticidade. já pela designação dos terrenos que se dizem doados, que abrangem alguns que reconhecidamente são do dominio d'outras corporações, enquanto que n'outra parte excluem outros que são do dominio

da ré, como assás se provou pelo depoimento das testemunhas, já porque a antiguidade legendaria da Collegiada e da sua egreja, reconhecida pelos seus historiadores, a inscripção que n'esta se encontra, como consta pelo documento de fl. 135, sem fallar no salvo-conducto dado aos conegos para usufruirem e percorrerem as suas terras, quando sob o dominio dos sarracenos, que pela mesma razão de ser documento anterior ao seculo xvi, não póde ser tambem recebido como meio de prova pela mesma falta de exame diplomatico, se não fazem prova plena, estabelecem pelo menos fundada presumpção de que a Collegiada é de instituição anterior á monarchia e do supposto doador, o primeiro rei D. Affonso Henriques, de que já possuia as terras que por este se dizem doadas e de que não é verdadeira, mas apocrypha a doação que ao mesmo rei se attribue.

Mas quando estas circumstancias não bastem para justificar a suspeição lançada sobre esse documento, não póde d'ella livrar-se em face do voto auctorizado do official-maior do archivo da Torre do Tombo (documento a fl. 125), e muito mais em vista do parecer e juizo que sobre tal documento emittiu o eminente e abalisado historiador o snr. Alexandre Herculano, o juiz mais competente sobre taes assumptos, como diz aquelle official-maior e por ningnem deixa de ser reconhecido, parecer a que este se refere e que consta do documento de fl. 130, que se não contesta.

E' verdade que estas abalisadas opiniões não teem a força juridica e probatoria d'um exame diplomatico, que mostrasse a falsidade do documento; no emtanto o que principalmente expende aquelle illustre historia-

dor é mais que sufficiente, se não para prova, pelo menos para pôr grande duvida á authenticidade d'um documento que a lei já não permite receber como meio de prova ou exame que demonstre a sua authenticidade.

Posto de parte portanto este documento, que seria, quando verdadeiro, a principal base da acção, nenhuma importancia podem ter para a procedencia da acção as outras cartas regias, tanto mais que em respeito a ellas se dá a mesma falta de exame diplomatico.

E não obsta o argumento de que tendo sido reconhecido por outros representantes do Priorado e Collegiada, antecessores da ré, a authenticidade do documento já não póde ser contestada e se torna por isso desnecessario o exame. E' certo que assim se julgou em accordão da Relação d'este districto, de 24 de novembro de 1874, proferido em autos de aggravo ; mas, sem quebra de respeito que tributo aos doutos signatarios d'aquelle accordão, parece-me que esse reconhecimento que não foi feito n'este processo, nem pelos que actualmente representam a ré e n'elle intervém, não dispensa o exame diplomatico desde que o documento é impugnado. não só porque a citada disposição do Codigo Civil não auctorisa essa distincção, exigindo o exame para que possa ser admittido o documento como de prova sempre que é contestada a sua authenticidade, mas tambem porque podendo ser feito o reconhecimento na persuasão de que o documento é verdadeiro, perde todo o valor desde que se reconhece, ou pelo menos se mostram fundadas suspeitas de que é falso como succede em respeito ao de que se trata.

E por esta mesma razão não podem ser attendidos

como prova de doação regia os reconhecimentos a que se allude, baseados n'um erro de facto, pelo qual pôde ser revogada a confissão judicial (Codigo Civil, art. 2:413), tanto mais se não mostra que fosse julgada procedente a justificação constante do documento de fl. 36, requerida por o antigo D. Prior, D. Francisco de Lacerda.

Assim tambem as decisões do Thesouro Publico e dos tribunaes judiciaes, invocadas pela auctora, que por falta de identidade de pessoas e de objecto não tem para esta acção o effeito de caso julgado, perdeu toda a importancia e força probatoria, porque tendo todas por fundamento principal a mesma carta regia, cahem pela base como prova para a presente acção, bem como a que resulta das remissões, embora estas e aquellas subsistam e produzam os seus effeitos emquanto não forem annulladas, cumprindo no emtanto notar tambem que nem sempre foram uniformes essas decisões judiciaes, porque em contrario a ré apresenta pelo documento a fl. 199 prova d'uma em seu favor, proferida na Relação d'este districto, por votos conformes de tres distinctos juizes, d'entre os quaes sobresahe a notavel tenção do relator, um dos mais conspicuos ornamentos da actual magistratura na qual se manifesta com mais proficiencia de que eu o posso fazer o que são e o que valem a supposta carta regia de doação e as posteriores de confirmação e os mais argumentos com que se pretende mostrar que a Collegiada de Cedofeita é donataria da Corôa, sem exclusão do deduzido do pagamento do quinto, que aliás por meio nenhum aqui se prova que fosse pago, como se allega, pela Collegiada e Priorado, como donatario da Corôa, o que aniquilla este argu-

mento, e ainda, quando provado esse facto, não teria maior importancia que os mais, visto que tinha o mesmo defeito do erro sobre a carta regia.

Demais se essa circumstancia, quando provada, constituia por virtude do disposto no art. 22, § 6.º da lei de 22 de junho de 1846, presumpção legal a favor dos foreiros, nas acções contra estes intentadas pelo D. Prior e Collegiada para cobrança dos fóros; se n'essas acções, provado mesmo presumptivamente qualquer dos factos mencionados n'aquella disposição, se declinava sobre aquelles, como sobre os demais senhores, em condições semelhantes, a obrigação de provar que os bens lhes não provieram da Corôa ou Fazenda, ou que foram adquiridos por título oneroso e teem a natureza de patrimoniaes, aqui pelo contrario incumbe á Fazenda auctora a prova plena e cabal de que a ré é donataria da Corôa e como tal sujeita ao encarte, como allegou.

Portanto, e attendendo a que, em vista do que fica ponderado, a auctora não provou a sua intenção n'aquelles termos, julgo não provada e improcedente a acção, e absolvo d'ella a ré. Sem custas, nem sêllos, porque a Fazenda Nacional é isenta d'umas e d'outras.

Porto, 14 de março de 1890.— *Henrique Pinto.*

— — — —

DOAÇÃO REGIA — BENS DA COLLEGIADA DE CEDOFEITA

E' de tal importancia a doutrina das tenções que precedem os accordãos que publicamos em seguida, que

não haverá ninguém que não repnte bem empregado o tempo que gastar com a sua leitura.

1.^a TENÇÃO

A Fazenda Nacional acciona o reverendo abbade D. Antonio Maria Corrêa de Bastos Pina, para, na qualidade de D. Prior da Real Collegiada de S. Martinho de Cedofeita, vêr incorporar na Fazenda Nacional todos os bens, foros, pensões, laudemios e mais direitos dominicaes, impostos nos bens de que está de posse a referida Collegiada n'esta freguezia e na de Massarellos, por serem provenientes de doação, feita por El-Rei D. Affonso Henriques, e confirmada por outros Senhores Reis seus successores, por nem o reu, nem seus successores se haverem encartado conforme a disposição da lei de 22 de julho de 1846.

O reu não contestou a acção, por dizer que não estava na posse dos bens, mas sim a Collegiada, por effeito da carta regia de 8 de novembro de 1886 e Provisão do Ex.^{mo} Prelado de 12 de outubro de 1887, juntando a procuração a fl. 110. A fl. 118 contesta a Collegiada a acção, negando aos bens, que possui, a proveniencia da doação regia, que classifica de apocrifa negando a obrigação d'encarte, allegando a prescripção, e concluindo pela improcedencia da acção. A Fazenda Nacional replicou por negação. Juntaram-se documentos e inquiriram-se testemunhas.

O juiz da primeira instancia julgou improcedente a acção.

E' d'esta sentença que vem a appellação, de que deve conhecer-se, por haver sido interposta e apresentada em tempo.

O relatorio está feito na sentença recorrida e a elle me reporto.

Não me parecem procedentes as nullidades apontadas a fl. 187: não a falta de citação do Reverendo Cardeal Bispo da Diocese, porque este não está de posse dos bens, que se revindicam, e não podendo promover o encarte dos mesmos, por isso não pôde ser responsavel pelas consequencias d'esta falta, nem pela falta de nomeação de agente do M. P. especial para proteger a ré; porque não ha lei que mande nomear agente especial do M. P. no caso dos autos; Acc. do S. T. de J. de 28 d'abril de 1851, *Diario*, 111. Também me não parece procedente a excepção de prescrição allegada, por não ter decorrido o tempo necessario para a sua procedencia.

A auctora funda a sua intenção na doação d'El-Rei D. Affonso e nas confirmações dos Senhores Reis seus successores.

Esta doação, por muitos annos considerada verdadeira, é hoje geralmente tida como apocrifa. Aconteceu-lhe como ás Côrtes de Lamego. Por muitos tempos foram consideradas como verdadeiras; e hoje são julgadas como nunca haverem existido. São do mesmo Rei. A ré exigiu a esta doação o exame de que falla o artigo 2:497.º do Codigo Civil, e este exame não se fez, e por isso não pôde tal documento ser recebido como meio de prova. E nem obsta o ter sido considerada em tempo e n'outros processos como verdadeira a apocrifa doação, porque os processos só dizem respeito ás partes que n'elles litigam, e as sentenças n'elles proferidas só a essas partes obrigam.

Nem obsta tambem a persuasão em que estiveram

antigos possuidores dos bens reivindicados, de que os mesmos eram provenientes de Regia doação do Senhor Rei D. Affonso Henriques, porque, reconhecida hoje a falsidade, não póde a supposta doação provar a qualidade na ré de donataria da coroa, não tendo porisso obrigação de encartar-se.

Finalmente a carta régia de 8 de novembro de 1886, organisando a Collegiada e distribuindo os seus rendimentos pelo D. Prior, dignidades e mais empregados, e destinando o resto, quando o houvesse, para dotação do seminario, de per si seria bastante para a acção ser julgada improcedente. Por estes fundamentos e mais que dos antos consta, confirmaria a sentença appellada.

Porto, 1 de novembro de 1891.

Mourão.

2.^a TENÇÃO

Pela presente acção pretende a Fazenda Nacional que o D. Prior da Real Collegiada de S. Martinho de Cedofeita, d'esta cidade, o Abbade D. Antonio Maria Corrêa Bastos Pina, lhe entregue os bens indicados na petição inicial, de que está de posse e constituem uma doação de bens da coroa feita á Collegiada por o 1.^o Rei D. Affonso Henriques, visto não ter promovido o competente encarte, nem antes nem no praso para esse fim concedido na lei de 22 de março de 1846.

Mostra-se que o dito D. Prior se declarou parte illegitima, por não estar de posse de taes bens, e que os conegos da mesma Collegiada contestaram a acção com a materia que entenderam de justiça, como interessados no pleito.

Mostra-se que o juiz, pelos fundamentos adduzidos na sentença, desprezando as nullidades arguidas por parte da Real Collegiada e a excepção de prescrição allegada, julgou a acção improcedente e absolveu a ré do pedido e custas.

Mostra-se que d'esta sentença interpoz a Fazenda recurso d'appellação e nada obsta a que d'elle so conheça.

Não se duvida da legitimidade das partes e perante este Tribunal não insiste a ré nas predictas nullidades, que áliás julgaria improcedentes, pelos motivos constantes da sentença e douta precedente tenção, que adopto.

A meu juizo, a tres se limitam os pontos a apreciar e resolver:

1.º Estará a acção prescripta, como a R. pretende?

2.º No caso negativo, não se prova que a R. seja donataria da Corôa, improcedendo por isso a acção?

3.º Sendo considerada donataria, os actos que se mostra ter o Governo praticado em seu favor não importam o supprimento ou dispensa do alludido encarte?

Não procede, penso, a excepção de prescrição, porquanto, exigindo a legislação ou jurisprudencia anterior aoCodigo Civil o espaço-de 40 annos para se operar a de bens da Corôa — Rocha D. C. §. 464 e outros jurisconsultos (comquanto o S. Tribunal de Justiça em Acc. de 8 de junho de 1888 (D. do G. n.º 269) os julgasse imprescriptiveis) é certo que, devendo-se contar o tempo sómente desde 13 de julho de 1848, epoca até quando podia requerer-se o encarte, ainda faltavam para completar os 40 annos 19 e alguns mezes, tempo este que não decorreu desde a publicação do Cod. — 22 de

março de 1868 — até á installação da acção — 24 de agosto de 1886, como era necessario, em presença do disposto nos artigos 529, 564 e 566 do mesmo C. Civil.

Quanto ao 2.º ponto :

Desde que a Collegiada allegou que considerava apocripa a Carta Regia de doação attribuida ao nosso 1.º Rei e que a A. não promoveu nem se mostra que se procedesse ao exame diplomatico determinado no artigo 2:497 do Codigo, indispensavel, em casos taes, nos documentos anteriores ao seculo XVI, nem esse exame era possivel, pela falta do documento original na Torre do Tombo, onde devia existir, é claro a todas as luzes que tal doação é como se não existisse, tanto mais que sabios abalisados — um Alexandre Herculano e um Marreca — opinam pelo apocripo de similhante Carta.

Cáem assim, por falta de base solida (que o não pôde ser o erro de facto—C. C., art. 2:419) os argumentos deduzidos das confirmações dos Reis seguintes a D. Afonso Henriques, das solicitações por parte do D. Prior e Collegiada d'esses tempos, das suas confissões, mesmo d'alguns casos julgados ; que tem outros em contrario, como se vê dos autos.

N'estas circumstancias, a acção parece-me de todo o ponto infundada.

Sem pois entrar na apreciação do 3.º ponto, por desnecessario, d'accordo com o douto Relator, pelos principios expostos e mais fundamentos da sentença appellada, confirmo esta, sem custas, por d'ellas ser isenta a Fazenda Nacional.

Porto, 16 de dezembro de 1891.

Marques da Paixão.

Considero-me suspeito na presente causa, pelo fundamento de ser meu filho quem por parte da F. N. instaurou a presente causa, e a advogou até final, e por isso passo os autos ao snr. Juiz immediato.

Porto, 22 de dezembro de 1891.

Paçô Vieira.

3.^a TENÇÃO

Cumpre reconhecer da appellação, legalmente interposta a fl. 223, que julgou improcedente a acção.

A Fazenda Nacional representada pelo M. P. propôz a presente acção, em que pede que a Real Collegiada de Cedofeita d'esta cidade seja julgada donataria da Corôa, em virtude da carta de doação feita em 1186 por el-rei D. Affonso Henriques, transcripta em latim na fl. 7, e em portuguez na fl. 26, e confirmada pelos Reis posteriores até D. João II em 1484, como consta até fl. 17 v.; qualidade reconhecida pelo Cabido, que, em observancia da lei de 6 maio de 1769, apresentou esse titulo á junta das confirmações, como mostram os documentos ex. fl. 6 e fl. 20; e tambem reconhecida pelo D. Prior e Cabido nos documentos fl. 32 e fl. 34, na justificação por certidão fl. 36, e julgada em diversos processos (autos fl. 41 e fl. 64), sendo tambem assim considerado nos Proprios Nacionaes para o effeito das remissões, a que se referem os documentos fl. 27 e fl. 73 a 83, e Diarios ex. fl. 85, e finalmente na mesma qualidade sujeito ao imposto antigo do quinto. — Pela falta de encarte, a que a Collegiada estava sujeita nos termos da lei de 22 de junho de 1846, como donataria da Corôa, pretende a auctora que os bens prove-

nientes d'aquella doação e confirmação se declarem incorporados na Fazenda, sendo a Collegiada condemnada a abrir mão d'elles, e nas custas.

Citado o respectivo abbade, na qualidade de D. Prior, declarou este a fl. 115 que se considerava parte illegitima, porque, em virtude da Carta Regia de 8 de novembro de 1866 ex. fl. 39 v., não lhe competia a posse e administração dos bens, e renovou a declaração a fl. 223 v. Por esse motivo a Collegiada veio contestar a fl. 118; e, em resumo, allega que a doação primitiva é apocripa, inexacta na designação dos limites, dentro das quaes além d'isso, se comprehendem muitas terras alheias; e, quando fosse verdadeira, seria apenas uma carta de couto, e não doação, sendo aquella corporação e egreja do tempo dos reis suevos, anterior á monarchia, com bens proprios, que conservou no tempo dos sarracenos. — Explica os reconhecimentos e julgados e o tributo do quinto, por ser corporação de mão morta. — Nega a obrigação do encarte, e allega a prescrição. — A replica fl. 147 foi por negação. — A sentença fl. 223 julgou improcedentes as nullidades de falta de citação do Em.^{mo} Cardeal Bispo, na qualidade de quinhoeiro das rendas, e da falta de nomeação de agente especial do M. P., arguidas a final; e julgou as partes legitimas, improcedente a prescrição e improcedente a acção.

As nullidades não procedem, como julgou a sentença, porque a propriedade e administração competem á Collegiada, e o Prelado da diocese apenas dispõe de uma parte eventual do excesso das rendas para o seminario, e porque n'esta acção, em que o Estado demanda a Collegiada, não havia motivo para que o mesmo Estado

a protegesse na demanda por meio de outro representante especial, quando deve considerar-se essencial a intervenção do M. P. nos processos, em que ella fosse parte.—A Fazenda acha-se legalmente representada, e a Collegiada tambem legalmente citada na pessoa do D. Prior, podendo além d'isso intervir e defender-se, como fez, attenta a organização dada pela mencionada Carta Regia de 1866 ; e assim as partes são legitimas, como julgou a sentença.

A prescrição allegada é o primeiro ponto da questão a resolver ; e não procede.—No caso presente a prescrição seria, pelo menos, de quarenta annos antes do C. Civil ; e, achando-se em cerca de metade, quando começou a vigorar este codigo, a contar do fim do prazo para o encarte, não tendo decorrido trinta annos desde a vigencia do codigo, tinha de completar-se o prazo anterior antes de proposta a acção, o que não aconteceu, attentas as disposições transitorias dos artigos 564 e 566 do C. Civil.

Quanto ao fundo da questão, não pôdem aqui invocar-se as presumpções excepçionaes do artigo 23.º da Lei de 22 de junho de 1846, que se referem ás questões com os foreiros, e não pôdem ampliar-se a outros casos, segundo o preceito do artigo 11.º do codigo civil.—Para impôr a pena de falta de encarte não se presume a qualidade de donatario da corôa ; e, segundo as regras geraes, incumbe ao auctor provar que o reu possuidor tem essa qualidade e quaes são os bens comprehendidos na doação sujeita ao encarte. A doação primitiva e confirmação, a ultima das quaes é do seculo XV, em que se funda esta acção, pertencem a uma epoca, em que os archivos publicos estavam longe de

ser regulares. e passaram depois pelas vicissitudes do reinado dos Filippes, e dos terremotos de Lisboa; e por esses motivos não é para estranhar que na Torre do Tombo não se encontrem originaes, ou registos regulares d'esses diplomas, como declara a certidão fl. 126.— Poderiam existir os originaes nos archivos da Collegiada; porém esta não os apresentou, quando em 1769 requereu á junta das confirmações, como se vê dos documentos fl. 6 e fl. 20; e nem mesmo apresentou copias ou publicas-fórmulas tiradas directamente d'elles. — Os que foram apresentados, e de novo entregues em 1777 ao procurador da Collegiada, foram extrahidos dos registos, relativamente modernos, do seu archivo, e sómente isso lá encontrou Herculano, segundo declara na carta transcripta no documento fl. 30. Em todo o caso, qualquer que fosse o motivo do extravio, a sua falta não podia ser supprida, senão se, pelo exame de que existe, feito nos termos do artigo 2:497 do código civil, fosse possível reconhecer a authenticidade da doação e confirmação. — Sem isso, desde que ha contestação, aquelles documentos não podem servir de prova legal.

A Collegiada, por motivos obvios, quiz ser considerada donataria durante seculos, e reconheceu muitas vezes essa qualidade, como se allega na acção, invocando-a tambem na justificação, a que se refere a certidão fl. 36, para obter uma indemnisação do desfalque dos seus rendimentos causado pelos Decretos de 1832, e guerra civil. Assim o fizeram muitas outras corporações e particulares, procurando englobar nas doações regias bens de outra proveniencia; e pode presumir-se que assim aconteceu com a Collegiada, cuja origem é legen-

daria, e sem duvida anterior á monarchia, ou data do rei suevo Theodomiro do 6.º seculo da era christã, ou não. — O que pode considerar-se factó historico é a sua antiguidade e a sua permanencia sob o dominio sarraceno, possuindo sem duvida os rendimentos para subsistir, que n'essa epoca deviam provir em grande parte de bens immoveis, e devia possuir algum territorio em roda da sua antiga egreja. — Depois da expulsão dos sarracenos pela conquista definitiva de todo o territorio ao norte do rio Douro, é provavel que alargasse o seu dominio, e mediarão bastantes annos até 1186 (provavelmente era de Cesar) data indicada na copia existente da primitiva doação, que não se refere á conquista dos terrenos doados, talvez por não ser recente, chamando-lhe herdades, e comprehendendo tudo o que ficava em roda da egreja, isto é, mais ou menos terrenos, que sem duvida deviam pertencer já á collegiada; e de tudo forma um couto, que era coisa diversa das doações, e apenas uma graça com certas regalias, podendo abranger bens de diversas proveniencias. — Os limites são vagos, e parecem hoje incorrectos, e seriam em todo o caso impossiveis de determinar, achando-se tambem hoje dentro d'elles muitos terrenos, que não são da Collegiada, como referem as testemunhas e é notorio n'esta cidade. — Logo nos dois seculos seguintes, 13 e 14, houve questões sobre pescarias, e sal, provenientes da incerteza dos limites, e direitos resultantes do titulo primitivo, como dizem os documentos transcriptos fl. 8, fl. 10, fl. 11 v. e fl. 12, se forem authenticos. — Passados tantos seculos, quem poderia determinar, e como se havia de julgar se houve realmente alguns terrenos doados e quaes foram?

A Collegiada, mais tarde e depois da lei de 1846, que estabelecia uma presumpção contra ella nas questões com os foreiros, e reduziu os seus rendimentos, começou a contestar a sua qualidade de donataria, e succumbiu nas questões indicadas nas certidões fl. 41 e fl. 64, vencendo porém na de fl. 199; e tambem foi considerada donataria nas remissões requeridas por alguns foreiros.

N'estas circumstancias os reconhecimentos do representante da Collegiada, e as decisões contra ella proferidas, que são o argumento principal da acção, não me parece que possam converter em bens da corôa os que realmente não possam reconhecer-se d'essa proveniencia em presença de documentos authenticos primitivos.—Não se tendo verificado a authenticidade d'elles, tudo cáe pela base, e não é possível applicar a pena da lei,* pela falta de encarte.

Os argumentos que a defeza pretende deduzir da Carta Regia, que organisou definitivamente a Collegiada em virtude da Lei de 16 de Junho de 1848, e regulamento de 27 de Dezembro de 1849, não são seguros;—ficam prejudicados pela falta de prova ao fundamento da acção.

Por estes motivos, voto que se confirme a sentença appellada.—Sem custas.

Porto, 19 de fevereiro de 1895.

D. Oliveira.

Tendo ficado sem effeito a primeira tenção, por ter deixado de pertencer ao tribunal o douto relator, passo os autos ao immediato. — Data supra.

D. Oliveira.

Parecendo-me que não sou por emquanto competente para tencionar n'estes autos, porque, achando-se o primitivo relator snr. Mourão no quadro da magistratura judicial sem exercicio, tendo tencionado depois d'elle o actual conselheiro presidente d'esta relação snr. Marques da Paixão, cuja tenção subsiste por elle pertencer a este tribunal—Cod. do proc. civ. art. 1:041 e accordão do Sup. Trib. de Just. de 15 de fevereiro de 1887, publicado no *Diario do Governo* n.º 182 de 1888 —e que ficou sendo o relator na falta d'aquelle, e dando-se por impedido o juiz immediato snr. Barão de Paçô Vieira, segue-se na ordem da procedencia n'esta secção, segundo a antiguidade, o snr. Juiz Champalimaud, o qual entendo ser o competente, como se depreheñde dos art.^{os} 1:034, 1:039, 1:040, e 1:059 do cit. código.

Apresento por isso os autos á conferencia, para se resolver.

Porto, 5 de março de 1895.

Vasco Leão.

Accordam em conferencia na relação :

Que, sendo na ordem da precedencia a seguir actualmente ao snr. Barão de Paçô Vieira o snr. Champalimaud, é este o juiz competente a quem devem passar os autos para tencionar.

Porto, 5 de março de 1895.—*Vasco Leão.*—*D. Oliveira.*—(vencido)

4.^a TENÇÃO

Em consequencia do recente fallecimento, que deploramos, do infeliz collega e meu condiscipulo do Col-

legio e da Universidade, o mui illustrado e integerrimo juiz d'esta relação, Dr. Joaquim d'Araujo Cabral Montez Champalimaud, compete-me agora tencionar n'este processo.

A appellação é recurso competente e foi interposta no praso legal pela Fazenda Nacional da sentença a fl. 223, que, declarando as partes legitimas e improcedentes as nullidades arguidas e a prescripção allegada na contestação de fl. 118 e na allegação de fl. 187, julgou não provada e improcedente a acção de fl. 12, pela mesma intentada contra o D. Prior da real Collegiada de S. Martinho de Cedofeita d'esta cidade e absolveu esta do pedido.

Entendo que as partes são legitimas; a auctora representada pelo ministerio publico, em vista do art. 10.^o do cod. de proc. civ., e a ré collegiada em vista dos art.^{os} 32 e 37 do cod. civ. e 11, 329 e 330 do proc. e por se achar na posse da administração dos bens que a auctora pretende reivindicar, e em vista da Carta Regia de 8 de novembro de 1866.

Improcede a arguida nullidade da falta da citação do Eminentissimo Cardeal Bispo d'esta diocese, porque elle, segundo o artigo 7.^o da mencionada Carta, só pode dispor para o seminario do excedente, quando porventura o haja, dos rendimentos da dita Collegiada, sendo assim um rendimento eventual, e nem mesmo se allegou, nem provou que houvesse esse excesso.

Improcede egualmente a arguida nullidade da falta de intervenção de agente especial de ministerio publico, porque nem o Estado podia demandar a ré e ao mesmo tempo protegê-la, nem o cod. do proc. o exige.

Improcede tambem a allegada prescripção, porque

ao tempo da promulgação do cod. civ. — 22 de março de 1868 — ainda não tinha passado o lapso de 40 annos a contar do fim do praso de 2 annos para o encarte, nos termos da lei de 22 de junho de 1846, isto é. desde 13 de julho de 1848 até á citação do reu em 27 de novembro de 1886 — certo a fl. 114, nem o lapso de tempo exigido pelos artigos 528.º e 529.º do cod. civ., vista a falta de registo da posse, ou de titulo. e do disposto nos seus artigos 564.º e 565.º

Quanto á qualidade de donataria da coroa que a auctora pede que a ré seja considerada e julgada, e em cuja qualidade é que funda o mais que pede no requerimento inicial da acção, parece-me que a auctora não provou a sua intenção.

A carta regia de doação do 1.º rei D. Affonso Henriques e outros—documentos a fl. 6—, base fundamental da acção, não é a original, porque não existe—documento a fl. 135—, e sendo anterior ao seculo 16.º e arguida de apocripa pela ré, como tambem alguns historiadores assim a consideram e entre elles Alexandre Herculano—documento a fl. 130—, e não se tendo feito o exame a que se refere o artigo 2:497.º do cit. cod. civ., não póde ser recebida como meio de prova, nos termos do mesmo artigo. E no mesmo caso está o documento de fl. 135. Por conseguinte a pena imposta pela lei de 22 de junho de 1846 pela falta de encarte cae por terra.

O reconhecimento de donataria da corôa pelos antecessores D. Prior e Conegos da dita Collegiada e o quinto dos foros e rendas, que n'essa qualidade pagavam, era fundado na supposição da authenticidade da referida carta regia, e esse erro de facto foi desde 1846

reclamado pela ré, que contestou aquella sua qualidade de donataria da corôa.

Quaesquer decisões judiciaes em contrario não teem na presente hypothese força de caso julgado, nem como tal foram nem podiam ser invocadas. Mas no sentido que fica exposto estão os accordãos d'esta relação constantes da certidão de fl. 199.

Voto, pois, concordando com as precedentes tenções, pela confirmação da sentença appellada, sem custas, por d'ellas ser isenta a auctora.

Porto, 2 d'abril de 1895.

Vasco Leão.

Accordam em Relação :

Que, pelos fundamentos das tres ultimas precedentes tenções, que se dão aquí como reproduzidas confirmam a sentença appellada, sem custas, por d'ellas ser isenta a appellante.

Porto, 2 de abril de 1895.—*Vasco Leão.*—*Marques da Paixão.*—*D. Oliveira.*

GETTY CENTER LIBRARY



3 3125 00028 1168

